

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

FESTEJOS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA KALUNGA

*O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL*

BRUNO LEONARDO DAMÁSIO SIMÕES

ORIENTADOR: PROF. DR. JOÃO PAULO FARIA TASSO

Brasília
2018

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

BRUNO LEONARDO DAMÁSIO SIMÕES

FESTEJOS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA KALUNGA

*O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL*

Dissertação de Mestrado,
apresentada como requisito
parcial para a obtenção de título
de Mestre em Turismo na
Universidade de Brasília, Curso
de Pós-Graduação *Stricto
Sensu* em Turismo.

ORIENTADOR: PROF. DR. JOÃO PAULO FARIA TASSO

Brasília
2018

Simões, Bruno Leonardo Damásio.

**FESTEJOS KALUNGAS NA CHAPADA DOS
VEADEIROS:** Nuances do fenômeno turístico no maior território
quilombola do Brasil/Bruno Leonardo Damásio Simões.
Brasília, 2018.

112p. : Il.

Dissertação de Mestrado. Centro de Excelência em
Turismo, Universidade de Brasília, Brasília.

1. Comunidades Tradicionais. 2. Chapada dos Veadeiros. 3.
Quilombolas. 4. Kalungas. 5. Planejamento Turístico. 6.
Desenvolvimento Local.

I. Universidade de Brasília. CET.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias, somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Bruno Leonardo Damásio Simões

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO

BRUNO LEONARDO DAMÁSIO SIMÕES

FESTEJOS NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA KALUNGA

*O PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO COMO INSTRUMENTO DE
DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL*

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo, vinculado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (CET/UnB), como requisito para obtenção do título de mestre, Área de Concentração “Desenvolvimento, Políticas Públicas e Gestão no Turismo”.

Aprovado por:

Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso – Presidente

Prof. Dr. Mozart Fazito Rezende Filho – Membro efetivo interno

Prof. Dra. Marli Sales – Membro efetivo externo

Dedico este trabalho aos representantes da Comunidade Kalunga, que sempre me receberam muito bem, e fizeram com que meu respeito e admiração, tanto por seu belo território, quanto pela própria comunidade, crescessem bastante ao longo dos últimos anos. Dedico também à minha família e aos meus estimados mestres, dos quais destaco o meu orientador e a ex-coordenadora do programa de mestrado, que me ajudaram na reinserção no mundo acadêmico, e me estimularam a aprofundar meu conhecimento acerca de uma área do conhecimento que eu conhecia apenas superficialmente.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar”

Nelson Mandela

*A terra do pequizeiro sobrevive
Mesmo depois da seca
Sua linda vista do vale
Os peixes mais improváveis
Os pomposos frutos que a nomeiam*

*Vou lhes roubar um pouquinho
Do seu restinho de água
Sobreviventes piabas
Dou-lhes de volta em troco
Um pouco de minha morta pele
E o lindo canto dos pássaros
Faz minha alma leve*

*Foste escondido pelo homem
Ó imponente pequizeiro
Preservado como um tesouro
Dá seus frutos
Produz seus cheiros
Em se tratando deles
Uns os amam
Outros odeiam
Mas sua casca
Seu caule
E tudo que de ti nasce
Os nossos olhos presenteiam*

Bruno Damásio

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre me incentivaram e me motivaram em todas áreas de minha vida, especialmente no que diz respeito aos estudos. O exemplo que vocês me deram, e continuam dando sempre, me ajudou a prosseguir nos momentos difíceis, e a aproveitar bem os momentos de conquistas.

A todos os professores do Mestrado Profissional em Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília, que iluminaram a minha caminhada acadêmica e me ajudaram a trilhar caminhos até então desconhecidos.

Ao meu orientador, João Paulo Faria Tasso, que esteve sempre disponível e focado, me ajudando a compreender melhor o trabalho de pesquisa, e me mantendo atento e motivado para desenvolver um trabalho acadêmico de qualidade.

À professora Marutschkca Moesch, que coordenou de forma exemplar o programa de mestrado, apresentando novas perspectivas e estimulando novos olhares.

Aos professores Neio Campos, Mozart Fazito, Luiz Spiller e Iara Brasileiro, que me auxiliaram no trabalho de qualificação da pesquisa, e durante toda a caminhada do mestrado.

Aos meus amigos e parceiros nos trabalhos junto à comunidade Kalunga, Vilmar e Wanderléia, que têm desempenhado um trabalho admirável presidindo suas associações e desempenhando trabalhos voluntários.

À Silvinha, a quem eu conheci no Vão de Almas durante o trabalho de campo, e que me prestigiou e presenteou com sua companhia durante o Festejo do Vão do Moleque e em outras viagens.

À Milena, minha ex vizinha e grande amiga, antropóloga e fotógrafa, que me acompanhou durante o Festejo do Vão de Almas, cedeu fotos para utilização neste trabalho de pesquisa, e viveu comigo a experiência antropológica do transporte de pau de arara, com direito a subida de serra, muita poeira e muita prosa.

À minha vizinha, amiga e grande companheira, Tayná, que me ajudou bastante no processo de morar em comunidade e continuar focado no trabalho de pesquisa.

Aos meus companheiros de turma no mestrado, que compartilharam das mesmas dificuldades e desafios, e com os quais vivenciei bons momentos.

Aos meus novos e velhos amigos, que sempre me ajudaram a viver grandes momentos.

RESUMO

A prática social do turismo quando conectada a territórios de populações tradicionais, tais como, indígenas e quilombolas, está diretamente ligada aos processos socioculturais que envolvem a forma como essas populações interagem com a natureza, seus hábitos e costumes e suas celebrações festivas. O presente trabalho busca um melhor entendimento acerca do fenômeno turístico no território usado (SANTOS, 1979 *apud* STEINBERGER, 2009) pela comunidade quilombola Kalunga, assim como, acerca dos eventos tradicionais, conhecidos como “Festejos Kalungas”. Esse território, reconhecido pelo Estado de Goiás, como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, está localizado no Nordeste de Goiás, dentro de uma região que vem ganhando importância no cenário nacional, a Chapada dos Veadeiros, que abriga a unidade de conservação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Trata-se do maior território quilombola do Brasil que conta com dezenas de cachoeiras e piscinas naturais, além de ser formado por um relevo montanhoso que proporciona vários mirantes e belos cenários. Os Festejos Kalungas chegam a receber milhares de pessoas durante períodos de até quinze dias. O cenário atual aponta para um crescimento da visitação, que tem causado impactos em questões ambientais, tais como a poluição de córregos e rios, impactos socioculturais, com a introdução de novos elementos como os sons automotivos, mas que também traz impactos positivos como o fortalecimento da identidade cultural e dos processos de interação. O objetivo desta pesquisa é analisar o fenômeno turístico no Território Quilombola Kalunga e a importância de um processo de planejamento participativo para a localidade, na perspectiva dos sujeitos. Adotou-se neste trabalho uma abordagem na qual o turismo é visto como um fenômeno social complexo, que deve ser analisado com base em paradigmas interdisciplinares, por meio de uma abordagem holística. Pergunta-se: a ausência de um processo participativo de planejamento turístico, integrado a outros projetos e planejamentos, tem acarretado impactos negativos no Território Kalunga? Levando-se em consideração que o fenômeno turístico está se consolidando na região, e já tem afetado localmente a comunidade Kalunga, como contribuir para a construção de um planejamento turístico participativo para o Território Kalunga? A metodologia de pesquisa, além do levantamento documental e bibliográfico, base para a discussão teórica e caracterização da localidade, adotou uma abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com representantes comunitários, gestores públicos e visitantes, bem como, durante a vivência *in loco* nos Festejos do Vão de Almas e do Vão do Moleque. Após a fase de campo foram propostas categorias de análise para reflexão crítica sobre o objeto de estudo. A aplicação dessas categorias permitiu constatar algumas questões referentes ao potencial turístico do Território Kalunga como um todo, especialmente, quando se trata das festividades tradicionais, cujo o potencial para atrair visitantes já está consolidado. Também foi possível identificar que a provável falta de envolvimento do poder público municipal, bem como a possível falta de integração entre atores sociais e políticos regionais, dificulta os processos de planejamento e de gestão, tanto dos eventos estudados quanto de atividades sociais, culturais e econômicas que estão ligadas ao fenômeno turístico no Território Kalunga.

Palavras-Chave: Festejos. Comunidades Tradicionais. Chapada dos Veadeiros. Quilombolas. Kalungas. Planejamento Turístico. Desenvolvimento Local.

ABSTRACT

The social practice of tourism when connected to territories of traditional populations, such as indigenous and quilombolas (descendants of Africans slaved), is directly linked to the socio-cultural processes that involve the way these populations interact with nature, their habits and customs and their festive celebrations. The present work seeks a better understanding of the tourism phenomenon in the territory used (SANTOS, 1979 apud STEINBERGER, 2009) by the quilombola community Kalunga, as well as about the traditional events known as "Kalungas Festivities". This territory, recognized by the State of Goiás as Historical Site and Kalunga Cultural Heritage, is located in the Northeast of Goiás, within a region that is gaining importance in the national scenario, the Chapada dos Veadeiros, which houses the conservation unit of the National Park of Chapada dos Veadeiros. It is the largest quilombola territory in Brazil that has dozens of waterfalls and natural pools, besides being formed by a mountainous relief that provides several viewpoints and beautiful scenery. The Kalungas Festivals can receive thousands of people for periods of up to fifteen days. The current scenario points to a growth in visitation, which has caused impacts on environmental issues, such as pollution of streams and rivers, socio-cultural impacts, with the introduction of new elements such as automotive sounds, but also has positive impacts such as strengthening cultural identity and interaction processes. The objective of this research is to analyze the tourist phenomenon in the Quilombola Kalunga Territory and the importance of a participative planning process for the locality, from the perspective of the subjects. This paper adopts an approach in which tourism is seen as a complex social phenomenon, which must be analyzed based on interdisciplinary paradigms, through a holistic approach. Is the absence of a participatory process of tourism planning, integrated with other projects and planning, having negative impacts on the Kalunga Territory? Taking into account that the tourism phenomenon is consolidating in the region, and has already affected locally the Kalunga community, how to contribute to the construction of participatory tourism planning for the Kalunga Territory? The research methodology, besides the documentary and bibliographical survey, base for the theoretical discussion and characterization of the locality, adopted a qualitative approach. Data collection was done through semi-structured interviews with community representatives, public managers and visitors, as well as during the on-site experience at the Vão de Almas and Vão do Moleque Festivities. After the field phase, categories of analysis were proposed for critical reflection on the object of study. The application of these categories made it possible to note some issues concerning the tourist potential of the Kalunga Territory as a whole, especially when it comes to traditional festivities, whose potential to attract visitors is already consolidated. It was also possible to identify that the probable lack of involvement of the municipal public government, as well as the possible lack of integration between regional social and political actors, hinders the planning and management processes of both the studied events and social, cultural and economic activities which are linked to the tourist phenomenon in the Kalunga Territory.

Keywords: Festivities. Traditional Communities. Veadeiros Plateau. Integration. "Quilombolas". Kalungas. Tourist Planning. Local Development.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE QUADROS	11
LISTA DE GRÁFICOS	12
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: DISCUSSÃO TEÓRICA	27
1.1. Turismo: conceitos e práticas de um fenômeno social complexo.....	27
1.1.1. Conceitos e Epistemologia	27
1.1.2. A prática do Turismo	35
1.2. Planejamento: conceitos, aplicações turísticas e participação social.....	38
1.2.1. Planejamento Turístico	41
1.2.2. Planejamento Participativo	45
1.2.3. A Correlação entre os conceitos Governança, Capital Social e Mobilização Social	48
1.2.4. Compreendendo o Território Usado	52
CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO KALUNGA E DO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE	54
2.1. Aspectos do município de Cavalcante.....	54
2.2. Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga	58
2.3. Espaços dos festejos.....	60
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DA PESQUISA	64
CAPÍTULO 4: ANÁLISE das Contribuições Gerais e Específicas	74
4.1. CONTRIBUIÇÕES GERAIS	74
4.1.1. Em busca de uma visão panorâmica	74
4.1.2. Opinião sobre a visita nos festejos	76
4.1.3. Contribuições dos Festejos para a Comunidade Kalunga	78
4.1.4. Turismo no Território Kalunga	79
4.1.5. Conhecimento da gestão pública sobre os festejos.....	85
4.2. CONTRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS	86
4.2.1. Participação nos eventos tradicionais do Território Kalunga.....	86
4.2.2. Impactos Gerais.....	90
4.2.3. Correlações dos dados coletados com a discussão teórica	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	120

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Território Kalunga.....	14
Figura 2: Categorias Estruturantes do fenômeno turístico	29
Figura 3: SISTUR	30
Figura 4 - Ecosistema Turístico a partir da Teoria da Complexidade com base em Edgar Morin.....	34
Figura 5 - O ciclo vicioso da governança viciosa	51
Figura 6: Mapa do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros.....	56
Figura 7: Mapa do estado de Goiás (marcador vermelho em Cavalcante).....	57
Figura 8: Cachoeira de Santa Bárbara	60
Figura 9: Estrada no Território Kalunga (canto superior esquerdo), Rio Branco (canto superior direito), Área do Festejo (canto inferior esquerdo) e Romaria do Vão de Almas (canto inferior direito).....	61
Figura 10 - Pátio Central do Espaço de Festejo do Vão do Moleque.....	62
Figura 11: Romaria do Vão do Moleque.....	75
Figura 12: Cachoeira dos Porcos	78
Figura 13 - Frase sobre o turismo no povoado Kalunga Engenho II.....	81
Figura 14 - Cachoeira do Rei do Prata	82
Figura 15: Apresentação de grupo da dança tradicional "Sussa"	87
Figura 16: Visitantes durante as apresentações das músicas tradicionais e dança da Sussa.....	89
Figura 17 - Lixo, ranchos e barracas no Festejo do Vão de Almas	95
Figura 18: Piscina Natural do Rio Curriola	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Grupos e Atores definidos para as entrevistas	68
Quadro 2: Perfil dos Entrevistados	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Índice Firjam do município de Cavalcante (Ano 2013)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DS – Desenvolvimento Sustentável
EEP – Empregado em empresa privada
Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FAPEC – Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura
FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IFDM – Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
PNCV – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
SIG (GO) – Superintendência de Geologia e Mineração do Estado de Goiás
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
UnB – Universidade de Brasília
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca aprofundar o conhecimento acerca do fenômeno turístico no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (Figura 1), tendo como estudo de caso os eventos tradicionais da Região da Chapada dos Veadeiros, conhecidos como “Festejos Kalungas”, um termo utilizado tanto para se referir às festividades, quanto ao espaço físico em que são realizados.

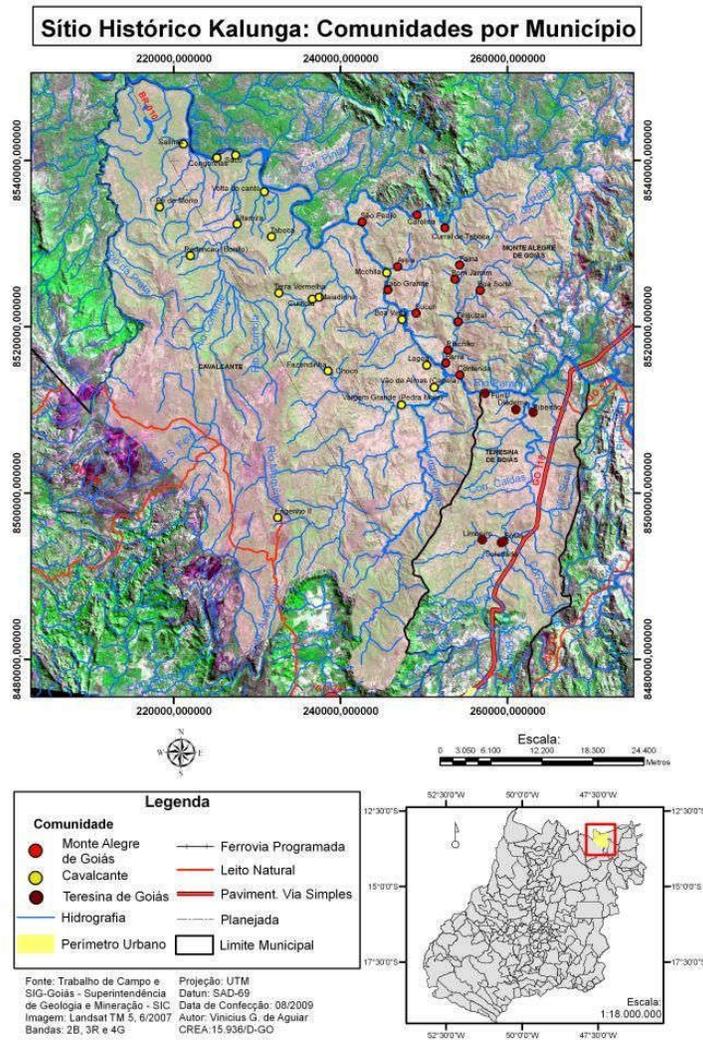


Figura 1: Mapa do Território Kalunga
Fonte: SIG (GO), 2017.

Os Festejos Kalungas acontecem no território usado pela comunidade quilombola Kalunga, reconhecido como o maior território quilombola do Brasil. Esse território está localizado na Região Nordeste do Estado de Goiás, entre os

Municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre. Existem, também, alguns povoados formados por quilombolas Kalungas no Estado de Tocantins, porém, o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga foi demarcado pelo Estado de Goiás e é formado, exclusivamente, por municípios do estado goiano.

O termo quilombola define a condição de vida e organização social de povos africanos escravizados, trazidos à força para o Brasil, e que conseguiram escapar do processo de escravidão. Esse modo de vida se popularizou com a Abolição da Escravidão em 1888, quando restou aos africanos e aos descendentes de africanos escravizados a opção de ocupar, desordenadamente, as periferias urbanas, por meio de favelas, ou se refugiarem nas comunidades quilombolas, que se estabeleciam em locais de mata fechada e relevo de difícil acesso. (BARRETO, 2006)

A grande maioria dos descendentes de africanos, habitantes de áreas rurais, se isolou em comunidades quilombolas distantes dos centros urbanos, isolamento esse justificado pelo medo da escravidão nas comunidades que se formaram antes da abolição, ou por receio de que a Lei Áurea viesse a ser revogada e que o sistema escravocrata retornasse ao país. (BARRETO, 2006)

Na Constituição Federal de 1988, o governo brasileiro reconheceu a existência das comunidades remanescentes de quilombos, e lhes assegurou o direito à posse da terra, por meio do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT): “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos”. (CONSTITUIÇÃO, 1988).

A definição da Associação Brasileira de Antropologia, fundada em 1955, diz que quilombo é “toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de povos africanos escravizados vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado” (BARRETO, 2006, p. 15).

Uma das principais características da Comunidade Kalunga é a sua organização territorial. O seu Território apresenta alguns locais de difícil acesso por parte de visitantes ou representantes estatais, onde as pessoas viviam, até meados dos anos 1980, quase que em sistema de isolamento. (BAIOCCHI, 1999)

Os Kalungas (com exceção do povoado do Engenho II) ocupam seu território de forma dispersa, por meio de pequenos povoados, sem grandes áreas de concentração humana, e têm como modo principal de subsistência a agricultura familiar. Há, também, na região, algumas casas de farinha, alambiques e outros pequenos meios de produção que proporcionam a oportunidade de comercialização de produtos oriundos da agricultura. O extrativismo e o artesanato ainda são incipientes, apesar da implementação recente de alguns projetos que têm buscado incentivar atividades produtivas que contribuam para a melhoria da condição socioeconômica.

Esse modo de vida tradicional, que não explora atividades econômicas de alto impacto ambiental, a exemplo da pecuária extensiva, a agricultura de grande escala (monocultura) e a mineração, ajudou a preservar a cobertura vegetal e a biodiversidade do Território Kalunga que, no ano de 1990, foi reconhecido pelo Governo do Estado de Goiás com o título de “Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga”, e encontra-se, atualmente, em fase de titulação de terras.

Ao longo do ano de 2016, para ampliação da vivência do pesquisador na região, foram realizadas quatro incursões preliminares ao Território Kalunga, sendo a última durante a realização do Festejo do “Vão do Moleque”, identificado tradicionalmente como “Romaria de Nossa Senhora do Livramento e São Gonçalo”. Pôde-se notar, por meio de observações *in loco*, que o Território Kalunga passa por um processo de estruturação, que tem como destaques: (a) a chegada da energia elétrica, já implementada em algumas localidades e prevista para várias outras; (b) a construção de duas pontes, que resolveram os problemas de acesso ao mais conhecido atrativo turístico do território (Cachoeira de Santa Bárbara), e proporcionaram a revitalização de estradas de ligação entre o Povoado do Engenho II e os povoados da Região do Vão do Moleque e do Vão de Almas.

A revitalização dessas duas estradas encurtou, quase pela metade, a distância entre a sede do Município de Cavalcante e a Região do Vão do Moleque. Em termos numéricos, essa distância passou de, aproximadamente, 140 quilômetros de estrada não pavimentada para, aproximadamente, 70 quilômetros de estrada não pavimentada. O caminho também se tornou menos sinuoso e, apesar de não estar sinalizado, permite a chegada de pessoas sem a necessidade de acompanhamento, evitando erros de trajeto e infortúnios.

Porém, esse caminho mais curto só é acessível para veículos que possuem tração nas quatro rodas.

Esse processo de estruturação tende a proporcionar um aumento do fluxo turístico que se concentrava, basicamente, no Povoado Kalunga do Engenho II, onde estão localizadas as cachoeiras “Santa Bárbara” (uma das mais bem divulgadas da Região da Chapada dos Veadeiros), “Capivara” e “Kandaru”. O povoado do Engenho II possui um centro de atendimento aos turistas, que promove a cobrança da taxa de entrada e a venda de produtos artesanais ou de culinária, além de estabelecer aos visitantes a cobrança de taxa de entrada e a condição de exigência de contratação dos condutores locais.

Com a melhoria das estradas de acesso, a divulgação do seu atrativo principal e as atuais obras de infraestrutura, que implementaram o sistema de água encanada e possibilitaram a instalação de equipamentos de acomodação turística, o povoado do Engenho II tem recebido, nos períodos de alta temporada, centenas ou até milhares de visitantes.

O fluxo crescente de turistas pode gerar novas buscas por opções alternativas no Território Kalunga. Segundo o relato de guias e de condutores do Povoado do Engenho II, já existem alguns roteiros que promovem a saída de visitantes para atrativos localizados nas Regiões do Vão do Moleque e do Vão de Almas. A consolidação e a criação de novos roteiros, assim como a crescente popularização dos Festejos Kalungas, pode influenciar tanto no fluxo de visitantes que se dirigem às Regiões do Vão de Almas e do Vão do Moleque, quanto nos processos de interação entre os próprios Kalungas.

Devido às questões relativas às condições socioeconômicas e às dificuldades relativas ao transporte, bem como ao modo de vida tradicional, os moradores do Vão de Almas e do Vão do Moleque praticamente só se reúnem em ocasiões especiais, como as datas dos festejos religiosos. Os membros dessas comunidades que recebem benefícios sociais, como o Bolsa Família, ou fazem algum tipo de tratamento de saúde, dirigem-se ao Município de Cavalcante uma vez por mês, utilizando como transporte um caminhão (conhecido, popularmente, como “pau de arara”) oferecido pela prefeitura do município, ou pagando uma taxa de frete para carros e caminhões particulares.

Os Festejos Kalungas são eventos tradicionais, que mesclam religiosidade, cultura e entretenimento. Recebem a visitação de muitos

integrantes dos povoados Kalungas que se espalham pela região, bem como de integrantes dessas comunidades, que se mudaram para áreas urbanas próximas em busca de emprego e de oportunidades de estudo. Esses eventos recebem visitantes, identificados pelos próprios Kalungas como “turistas”, provenientes de municípios próximos, bem como de Brasília, de Goiânia e de outros municípios goianos, e até mesmo de outros estados brasileiros ou de outros países, variando bastante a cada edição das festividades.

A partir de incursões preliminares, foi possível obter relatos que identificavam o crescimento do número de visitantes como sendo influenciado, inicialmente, pelo aumento no fluxo de automóveis com tração nas quatro rodas. Por conseguinte, ampliado e impulsionado pela melhoria nas estradas de acesso. Não foram identificadas iniciativas organizadas de fomento à visitação turística. Não foram encontrados, nos *sites* de busca na *internet*, campanhas de divulgação ou pacotes turísticos que apresentassem como produtos principais os Festejos Kalungas. Apenas alguns grupos de jipeiros organizaram expedições e divulgaram vídeos sobre o evento e o local.

Os espaços dos Festejos, identificados em pesquisas antropológicas como espaços sagrados (BAIOCCHI, 1999), localizam-se às margens de rios ou córregos. No Vão de Almas, encontra-se um dos afluentes do Rio Paranã, o Rio Branco, anteriormente denominado por Rio Almas (BAIOCCHI, 1999). Na Região do Vão do Moleque, a área de festejo está localizada ao lado de um pequeno rio intermitente, identificado pela comunidade como “Rio dos Porcos”. Essa proximidade dos cursos d’água viabiliza as festas, tendo em vista que as águas são utilizadas para diversas finalidades, tais como banho, lavagem de utensílios de diversas variedades (panelas, pratos, roupas) e, também, para o consumo e preparo de alimentos (GONÇALVES, 2013).

Apesar de proporcionarem as condições necessárias para a realização bem-sucedida das festividades tradicionais, as águas próximas às áreas dos Festejos Kalungas do Vão do Moleque e do Vão de Almas têm sofrido forte impacto ambiental. A utilização da água por centenas, ou até milhares de pessoas, simultaneamente, durante períodos de 05 a 12 dias, aliada à falta de estrutura de saneamento nas duas áreas de festejos, tem afetado o abastecimento de escolas da região e dos povoados que se localizam abaixo dessas áreas, em períodos longos, mesmo após a realização das festividades.

Durante as incursões preliminares e durante o processo de vivência in loco foram coletados relatos que indicavam a contaminação da água durante as celebrações, com casos de disenteria, febre e outros males sanitários. Os períodos mais extensos de estiagem, nos últimos anos, com a conseqüente diminuição no volume de chuvas na Região Centro-Oeste do Brasil, têm agravado os problemas relatados, tendo em vista que a sujeira, produzida durante a realização dos eventos, costumava ser levada pelo forte fluxo de águas durante as épocas de cheia.

Outro problema relatado foi a participação não autorizada de comerciantes, vindos de outros municípios que, além de auferir ganhos financeiros que poderiam amenizar as dificuldades socioeconômicas da Comunidade Kalunga, não participam das ações coletivas e deixam uma grande quantidade de lixo nos locais onde se instalam.

Desta forma, identificou-se que a implementação de ações de planejamento turístico, integrado e participativo, voltadas ao aperfeiçoamento de processos ligados à realização dos eventos, à gestão territorial e à consolidação do fenômeno turístico nessas áreas, pode trazer contribuições diretas ao Território Kalunga. Parte-se da premissa de que o fluxo de turistas para a região tem aumentado bastante.

Segundo relatos, os festejos, que nos anos noventa recebiam uma média de duas mil pessoas, em sua maioria integrantes das comunidades tradicionais, passaram a receber, aproximadamente, cinco mil pessoas, sendo, muitos desses, turistas e/ou moradores dos municípios vizinhos, que permanecem, em média, entre quatro e cinco dias. No entanto, centenas de pessoas da comunidade Kalunga chegam com bastante antecedência às áreas de festejos e permanecem algum tempo após o encerramento das romarias.

Os visitantes, Kalungas ou turistas, se instalam em áreas que não possuem estrutura de acomodação. A única opção é o acampamento, que conta com o apoio dos ranchos destinados às famílias dos povoados locais. Mas não há delimitação ou preparação das áreas de camping, nem equipamentos de uso coletivo, tais como banheiros, cozinhas comunitárias ou lavanderias. A princípio, a falta de estrutura não representava um problema, pois os Kalungas que ainda moram em áreas rurais não possuem banheiros em suas casas e, mesmo os

que se mudaram para as cidades, eram acostumados a não utilizar banheiros quando estavam nas áreas rurais.

Alguns projetos técnicos e planos já foram apresentados às Comunidades Kalungas e ao Município de Cavalcante. Há relatos de que a visitação à cachoeira de Santa Bárbara foi estimulada por projetos que envolviam a participação de ONG's internacionais. Outra iniciativa que envolveu as questões referentes ao turismo na região foi a implementação do Observatório de Turismo de Cavalcante, que funcionou entre os anos de 2009 e 2012, produzindo relatórios e pesquisas acadêmicas, e realizando pesquisas de satisfação de identificação do perfil dos turistas que visitavam a região.

No ano de 2011, foi lançado o Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Cavalcante, 2011 - 2014, produzido por uma equipe técnica multidisciplinar formada por representantes do trade turístico, Câmara Municipal, Secretaria de Turismo, empreendedores individuais, guias e artesãos, assessorados por uma equipe de consultores do SEBRAE/GO. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE, 2011 – 2014)

A iniciativa de elaboração de um planejamento turístico municipal surgiu por meio do “Plano Estadual do Turismo - Goiás no caminho da inclusão”, que foi elaborado em 2008, pela Goiás Turismo, Agência Estadual de Turismo, vinculada ao Governo do Estado de Goiás, tendo como base as diretrizes do Ministério do Turismo e propondo programas, projetos e ações nas seguintes dimensões: Arranjo Institucional, Informação (Inteligência Competitiva), Infraestrutura e Equipamentos, Qualificação do Produto e Projetos Especiais. (PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE, 2011 – 2014)

No entanto, o Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Cavalcante 2011 – 2014, que teve como meta principal “ampliar o fluxo turístico do município e aumentar a sua competitividade por meio da valorização da cultura e identidade locais”, não relaciona o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, em sua descrição da Região da Biosfera Goyazes (chancela concedida pela UNESCO para a região do Nordeste Goiano). Também não houve menção das associações Kalungas ou representantes comunitários da região entre os atores envolvidos no processo de planejamento. Não foram descritas ações de

integração entre os municípios da região, havendo apenas uma citação de um projeto específico para a estruturação do destino turístico de Alto Paraíso.

O entendimento do ambiente externo ao turismo, por meio do aprofundamento do conceito de território, instiga um movimento que ajuda a compreender a relação “espaço – território – turismo”, de modo a explorar a possibilidade de entender o turismo como uso do território (STEINBERGER, 2009). O uso do território incorpora não somente o espaço das instituições, mas, principalmente, o espaço onde se constroem as relações cotidianas, sejam as referentes ao trabalho, ou à construção cultural, sendo que essas relações cotidianas participam ou sofrem os impactos das ações políticas. É por meio dessa conexão entre as relações cotidianas, as ações políticas e os espaços, que se constrói o paradigma do “Território Usado”. (SANTOS, 1979 *apud* STEINBERGER, 2009).

O paradigma do “Território Usado” se alia ao conceito de “Planejamento de Conflitos”, qual seja, o choque entre o uso turístico e os demais usos do território. Esse “Planejamento de Conflitos” deve ser embasado nas perguntas: usado como, onde, por quem, por que e para quê? (STEINBERGER, 2009)

Para que seja possível analisar o conflito entre os possíveis usos do Território Kalunga, e buscar um melhor entendimento dos impactos positivos ou negativos dos usos desse território, é necessário analisar as condições necessárias para a implementação de processo de planejamento integrado e participativo. Dentro desse processo de planejamento um dos enfoques definidos pela comunidade pode ser o turismo. Porém, a comunidade pode exercitar seu direito se posicionando, também, a respeito do não-desenvolvimento do turismo em determinadas áreas (BARRETO, 2005).

A partir do momento em que o Turismo é aceito pela comunidade, o planejamento participativo se torna ainda mais importante, pois, a simples aceitação da comunidade, sem envolvimento, pode gerar um cenário de turismo de massa que, por vezes, não traz benefícios econômicos e sociais e ainda pode causar sérios impactos negativos no meio ambiente. Tratando-se de América Latina, o planejamento participativo pode corrigir desequilíbrios usualmente gerados em núcleos turísticos. (MOLINA E RODRIGUES *apud* BARRETO, 2005)

Um conceito igualmente importante para o embasamento teórico da presente pesquisa é o de Desenvolvimento Local, que pode ser definido como

um processo endógeno de estruturação, que busca dinamizar questões econômicas e melhorar a qualidade de vida da população de pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos (BUARQUE, 2008).

Esse desenvolvimento trará consistência e sustentabilidade ao desenvolvimento local, à mobilização e à exploração das potencialidades locais, assim como às oportunidades sociais que elevem a viabilidade e a competitividade da economia local. No entanto, essa exploração deve, também, ter como foco a conservação dos recursos naturais, que são a base das potencialidades e a condição básica para a qualidade de vida (BUARQUE, 2008).

No entanto o discurso de desenvolvimento tem causado graves impactos sociais e ambientais por meio da perspectiva da modernização. Esse discurso se consolida por ter atingido um patamar hegemônico. Essa modernização impregnada nos discursos de desenvolvimento gera uma organização social fundamentada em altos níveis de consumo. Ela traz um processo linear de desenvolvimento que opõe aquilo que é tradicional, e visto como atrasado, ou subdesenvolvido, àquilo que é moderno e visto como avançado e desenvolvido. (FAZITO, 2015)

Dentro dessa perspectiva de desenvolvimento, por meio da modernização, o turismo assume o papel de estimular o consumo de algo que antes não era desejável. Nessa lógica os lugares não 'modernizados' e vistos como 'atrasados', 'exóticos', 'distantes', 'desconhecidos', se tornam lugares para 'aventura' e 'descoberta', se transformando em destinos turísticos. Neste contexto, a visão inadequada do conceito de desenvolvimento apoiará a modernização turística, trazendo consigo uma indústria tida como mais adequada para ocupar lugares não modernizados. (FAZITO, 2015).

Desta forma é necessário encontrar o equilíbrio entre a necessidade de um processo de fomento à visitação turística e um possível processo de modernização que descaracterize o território. Esse equilíbrio pode ser encontrado por meio de uma compreensão holística, com foco na complexidade do fenômeno social que envolve a visitação turística (MOESCH, 2004).

A presente pesquisa tem como base a hipótese norteadora da existência de situações conflituosas com relação à visitação turística não planejada no Território Kalunga. Essa hipótese está fundamentada na concepção de que a

visitação turística, realizada da forma como tradicionalmente tem se consolidado, ou seja, inserida em uma lógica capitalista de consumo dos recursos naturais e socioculturais para a obtenção de lucro (DIAS, 2003 *apud* SILVA, 2008), opõe-se aos propósitos de preservação cultural e ambiental que embasam a demarcação de territórios tradicionais e sítios históricos de patrimônio cultural.

Corroborando com essa concepção de que o turismo não deve ser promovido de forma desordenada no Território Kalunga a Lei nº 11.409, promulgada pelo Governo do Estado de Goiás em 21 de janeiro de 1991, que dispõe o seguinte:

Art. 3º - Para cumprir o disposto nesta lei, é dever do Estado de Goiás, com referência ao sítio histórico:

I - garantir às pessoas mencionadas no artigo anterior a propriedade exclusiva, a posse e a integridade territorial da área delimitada e protegê-la contra esbulhos possessórios, o trânsito, as incursões e sua utilização por quem não se enquadrar na definição do mencionado dispositivo, podendo, para tanto, proceder às necessárias desapropriações;

Mediante esse contexto contraditório entre a hipótese levantada e o texto da Lei, que decretou a demarcação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, surgem alguns questionamentos que ajudaram a delimitar o problema de pesquisa e o direcionamento da discussão, quais sejam:

- ✓ Já houve um processo de planejamento turístico, de forma participativa e integrada, efetivamente implementado no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga e/ou no Município de Cavalcante-GO como um todo?
- ✓ Se houve, esse planejamento foi voltado à melhoria das condições de vida da comunidade e ajudou a minimizar os impactos negativos ao Território Kalunga?
- ✓ Por outro lado, a implementação de um processo de planejamento turístico participativo e integrado na região pode vir a se caracterizar como um instrumento efetivo que promova condições para uma vida melhor no Território Kalunga, em um contexto de mudança dos indicadores sociais, tais como, o acesso aos serviços de transporte, de educação e de saúde e a meios alternativos que contribuam para o dinamismo econômico?
- ✓ Levando-se em consideração que o fenômeno turístico está se consolidando na região, e já tem afetado localmente a Comunidade

Kalunga, como contribuir para a construção de um planejamento turístico participativo para o Território Kalunga?

Por intermédio dessas questões norteadoras, definiu-se como objetivo geral deste estudo: **Analisar o fenômeno turístico no Território Quilombola Kalunga e a importância de um processo de planejamento participativo para a localidade, na perspectiva dos sujeitos.** Para se chegar a este objetivo final, foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Contextualizar multidimensionalmente (aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais, políticos, demográficos, histórico-evolutivos) o Território Quilombola Kalunga, na Região da Chapada dos Veadeiros;
- ✓ Identificar os impactos socioculturais, socioeconômicos e socioambientais decorrentes do processo de visitação turística não planejada nos Festejos Kalungas;
- ✓ Refletir sobre o envolvimento (participação efetiva) nos processos decisórios que envolvem o Território Quilombola Kalunga.

A discussão teórica e epistemológica da pesquisa foi embasada em temas como “Planejamento” (com foco no “Planejamento Participativo”), “Governança” e “Desenvolvimento”, com enfoque no paradigma de “Desenvolvimento Local”, porém, tendo como contraponto o paradigma do “Pós Desenvolvimento”). Outra base importante foi o constructo teórico das Ciências Sociais, tais como a Sociologia e a Antropologia, em especial no que tange a conceitos e métodos que se adaptam à realidade de Comunidades Tradicionais.

A metodologia adotada no presente trabalho de pesquisa baseou-se, inicialmente, em referenciais teóricos obtidos por meio de pesquisa documental e bibliográfica (fontes secundárias). Esse levantamento identificou uma lacuna teórica acerca do fenômeno turístico no Território Kalunga. Foram encontradas pesquisas e dados sobre vários aspectos deste território, essas pesquisas tem sido organizadas e disponibilizadas por meio de um repositório promovido pela Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio do endereço eletrônico:

https://odonto.ufg.br/up/133/o/Projeto_Kalunga_Relat_rio_editorado_e_conferido_03-2012.pdf

Nesse repositório, que tem sido divulgado por meio de um projeto denominado “Biblioteca Kalunga” por meio sítio eletrônico www.guiakalunga.com.br, estão disponibilizadas algumas pesquisas a respeito do turismo no Território Kalunga. A presente pesquisa utilizou dados de algumas dessas pesquisas no capítulo de caracterização do território. Porém, foi identificada apenas um trabalho técnico que citou a relação entre as romarias e eventos tradicionais e a visitação turística. O *“Relatório Final do Estudo Diagnóstico: o turismo nas comunidades Kalunga do Vão de Alma, Vão do Moleque e Engenho II – potencialidades, desafios, dificuldades e ações para o desenvolvimento do turismo cultural, rural e ecológico de base comunitária, sustentável e inclusivo”* cita a visitação desordenada que traz impactos negativos aos festejos.

O levantamento bibliográfico e documental também identificou que o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Cavalcante-GO (PMHIS Cavalcante-GO) do Governo de Goiás, desenvolvido por meio da Agência Goiana de Habitação – AGEHAB. Esse plano cita o turismo como atividade sazonal que, entre outros impactos traz pessoas de outros estados para morar no município. Esse plano diretor registra o potencial turístico do município de Cavalcante, definindo que o turismo começou a se consolidar no ano de 2004, mas que ainda não é uma atividade econômica consolidada no município. Segundo o PMHIS a população de Cavalcante *“vive de salários pagos pela prefeitura”*. (PMHIS Cavalcante-GO, 2011)

No trabalho de campo para coleta de dados por meio de fontes primárias a técnica de investigação foi a de definição de uma amostragem não probabilística e qualitativa, utilizando roteiros de entrevista do tipo semiestruturado e a vivência in loco.

O viés qualitativo desta pesquisa se refletiu na abordagem do objeto, direcionando a busca pelo entendimento dos fenômenos de acordo com a perspectiva dos participantes da situação estudada e, a partir deste ponto, situando a interpretação de tais fenômenos (NEVES, 1996 *apud* SILVA, 2009). O direcionamento descritivo e indutivo do estudo de caso – entendido como um “exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular”

(GODOY, 1995, p. 03 *apud* SILVA, 2009) – auxiliou o processo de consolidação das nuances qualitativas do presente estudo.

Desta forma, o presente trabalho foi estruturado em quatro capítulos, afora esta Introdução e as Considerações Finais. O Capítulo 1 traz a discussão teórica, que abarcou estudiosos sobre os principais constructos da pesquisa. O Capítulo 2 apresenta a contextualização multidimensional do Município de Cavalcante, do Território Kalunga e dos Espaços dos Festejos. No Capítulo 3 é apresentada a metodologia da pesquisa. Por fim, o Capítulo 4 traz as análises e as discussões das contribuições gerais e específicas, por meio de uma reflexão crítica do objeto de estudo.

CAPÍTULO 1: DISCUSSÃO TEÓRICA

O intuito da presente discussão teórica é o de fundamentar as reflexões resultantes da análise empírica, criando, assim, uma trilha de orientação que tem como fundamentos os conceitos de turismo e de planejamento. Essa trilha serviu como referência para os desdobramentos conceituais e abordagens a conceitos, indicando, assim, o caminho ao qual todas as discussões deveriam retornar.

1.1. TURISMO: CONCEITOS E PRÁTICAS DE UM FENÔMENO SOCIAL COMPLEXO

Algumas visões, que se baseiam na análise de comportamentos mercadológicos deterministas, enxergam o turismo como uma indústria ou como um objeto de consumo em um sistema econômico desestruturado. Abordagens reducionistas desconsideram a interdisciplinaridade e as relações interculturais que interferem em um fenômeno social complexo. Essas interferências influenciam nas relações e nos códigos, tornando-os diferentes daqueles produzidos e distribuídos em seres. Identidades passam a ser reconhecidas e reconhecíveis por meio de grupos, previamente rotulados como nativo/visitante, dominado/dominador. (MOESCH, 2004)

1.1.1. Conceitos e Epistemologia

A compreensão do fenômeno turístico demanda mais do que o entendimento da multisetorialidade e da dinamicidade de sua estrutura. É necessário buscar a compreensão da complexidade, da transversalidade, da multidimensionalidade e da interdisciplinaridade de um sistema formado por elementos também subjetivos e imateriais. (TASSO, 2014)

O espaço e o tempo perderam seus *status* de entidades absolutas e independentes. A base empírica simples não encontra mais espaço enquanto realidade inquestionável, assim como a base lógica simples que defendia noções claras e distintas, e a existência de uma realidade não ambivalente, não contraditória e estritamente determinada (MORIN, 2011).

A Ciência não é uma simples análise da experiência a partir do concreto. A sua produção é feita com o auxílio de abstrações e de conceitos acerca do objeto a ser conhecido. Ela constrói o seu objeto próprio pela destruição dos objetos da percepção comum. O progresso da ciência não se faz por meio de acumulações ou novas verdades que se propõem a se colocar à frente ou acima das já estabelecidas. O Turismo, enquanto objeto científico, não é linear, ou seja, não vem de um processo exclusivo de evolução e, sim, de um processo de “revolução”, “progredindo por reformulações, por refusões em seu corpo teórico, por retificações de seus princípios básicos”. Essa revolução que gera reformulações e novas fusões constrói um caminho que leva a “um saber sempre mais objetivável, jamais inteiramente objetivo” (MOESCH e BENI, 2014, p. 01).

O Turismo possui cinco características que lhe atribuem maior complexidade: (a) Heterogeneidade: “conjunto de produtos e serviços bastante diversificados e de difícil padronização”; (b) Fragmentação: “cada produto ou serviço, geralmente, fica a cargo de um fornecedor”; (c) Dispersão Espacial: “cada fornecedor presta seu serviço ou vende seu produto em seu próprio espaço”; (d) Interdependência: “os diversos componentes precisam estar interconectados de forma precisa”; (e) Instantaneidade: “produto é consumido no local e no momento em que é produzido”. (GARRIDO, 2001, p. 60 apud TASSO, 2014)

As características descritas parágrafo anterior demonstram que antes da adoção de modelos pré-concebidos, algumas vezes forjados com perspectivas unicamente mercadológicas, pode gerar distorções durante o processo de planejamento e de gestão do turismo.

O modelo teórico precisa aliar construção e ruptura, sendo essencial o rompimento com as semelhanças fenomenais para a construção de analogias profundas, uma vez que a ruptura com as relações aparentes gera um novo encadeamento entre as aparências, por meio de princípios ou pressupostos teóricos. A experiência demanda uma questão dirigida à natureza que gerará uma medida que é a anotação da resposta. Porém, antes de se executar uma experiência, é necessário formular a pergunta a ser dirigida à natureza e, antes de se definir a medida, a mesma precisa ser interpretada, permitindo a compreensão da resposta da natureza. (BOURDIER, 2004)

Uma das tentativas de reconstrução da epistemologia interna do Turismo estabelece uma crítica ao domínio conceitual, aos métodos e aos fundamentos utilizados no ensino do Turismo como um campo disciplinar o empirismo, o funcionalismo, e o sistemismo. Essa proposta se baseia na Dialética Histórico Estrutural, na sociologia compreensiva de Michel Maffesoli e na teoria da complexidade de Edgar Morin, para buscar a construção de um novo conhecimento turístico, pelas categorias reconstruídas de Sujeito, Tempo, Espaço, Economia, Tecnologia, Diversão, Ideologia, Imaginário, Comunicação e Nomadismo, propondo o exercício do diálogo interdisciplinar, com foco na complexidade do fenômeno turístico (**Figura 2**). (MOESCH, 2004)

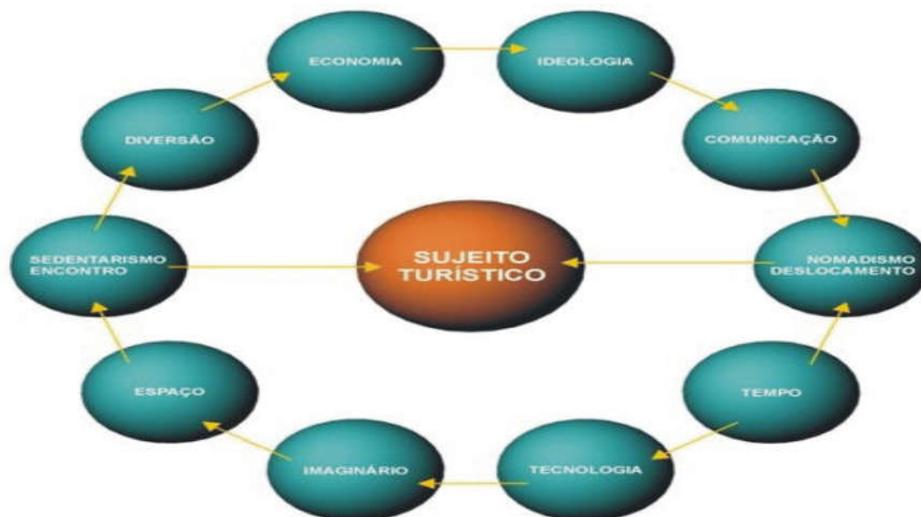


Figura 2: Categorias Estruturantes do fenômeno turístico
Fonte: Moesch, 2004.

Essa reconstrução epistemológica procura chegar a uma nova síntese dialética com base no conhecimento já construído por outros teóricos e autores, mas que retira o foco das questões econômicas e refuta a ideia do turismo como uma indústria ou como um segmento de mercado para focar na relação de sujeito/objeto e estabelecer, de forma complexa, o domínio da psicogênese e da sociogênese do conhecimento turístico, recuperando os valores humanos no discurso científico do Turismo. (MOESCH, 2004)

Outros autores defendem o sistemismo como a melhor forma de analisar a complexidade do fenômeno turístico. A Teoria Geral de Sistemas parte do pressuposto de que, em um sistema específico, cada variável interage com todas as outras, além de interagir com variáveis de outros sistemas, realizando operações de troca e interação. Esse processo sistêmico de trocas é exemplificado e desenhado em configurações aproximadas da dinâmica da vida real. Nesse contexto, o Turismo se apresenta como um sistema aberto que, dentro da estrutura de sistemas, demonstra as características básicas que se apresentam como elementos do sistema. (BENI, 2000)

Um dos modelos analíticos de turismo mais difundidos no Brasil é o SISTUR - Sistema de Turismo (**Figura 3**), que tem como objetivo geral:

Organizar o plano de estudos da atividade do Turismo, levando em consideração a necessidade, há muito tempo demonstrada nas obras teóricas e pesquisas publicadas em diversos países, de fundamentar hipóteses, justificar posturas e princípios científicos, aperfeiçoar e padronizar conceitos e definições, e consolidar condutas e investigação para instrumentar análises e ampliar a pesquisa, com a conseqüente descoberta e desenvolvimento de novas áreas do conhecimento do Turismo (BENI, 2000, p. 47).

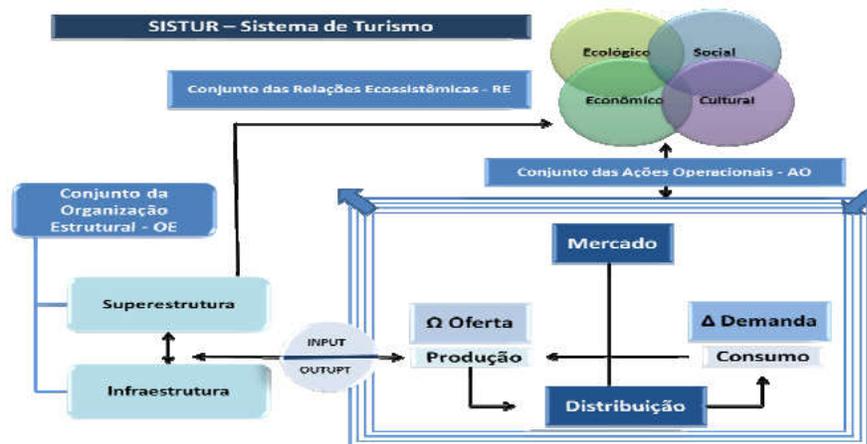


Figura 3: SISTUR
Fonte: Beni, 1988.

Porém, o SISTUR e seus subsistemas ecológico, social, cultural e econômico, que se integram aos demais setores do mercado por meio da infraestrutura e da superestrutura, receberam críticas. Algumas dessas críticas

defendem que, mesmo considerando a complexidade do Turismo, seu modelo se revelou como uma tentativa de simplificar a complexidade e, não, interagir e buscar elementos dentro de uma visão holística de um sistema complexo. Outra crítica foi a de que o SISTUR não coloca o sujeito como ponto focal do Turismo, reduzindo tanto a comunidade local quanto o visitante a papéis secundários dentro do Sistema. (MOESCH e BENI, 2014)

Essas críticas geraram, no ano de 2014, uma revisão geral do SISTUR, a partir de um entendimento mais amplo da Teoria da Complexidade de Edgar Morin. Dessa forma, o presente estudo se valerá do conhecimento produzido pela revisão geral do SISTUR, mediante a integração com outros paradigmas teóricos do Turismo.

Visando não se restringir a modelos pré-formatados, buscou-se recorrer aos estudos de uma episteme do turismo. Esses estudos demonstram que o fenômeno turístico tem como ponto central o caráter humano, pois, o agente maior desse fenômeno são os turistas que se deslocam e, não, as mercadorias que são consumidas. (MOESCH e BENI, 2014)

Esse caráter humano é um fator complicador, pois, dificulta o esforço de uma argumentação sistemática, especialmente no que tange às interrelações sociais que derivam do contato que, muitas vezes, se traduz em relacionamento, ainda que temporário, entre o “consumidor – turista” e as comunidades dos destinos turísticos. Esse contato interfere no processo de identificação do turista com o seu grupo ideal ou o seu melhor modelo de visitação, gerando, assim, a “segmentação turística” e interferindo no processo de escolha dos destinos que melhor se adaptam a seus padrões. (MOESCH e BENI, 2014)

Nesse contexto epistemológico, a interdisciplinaridade tem se apresentado como um paradigma essencial. A postura de adoção do paradigma da interdisciplinaridade permite posicionar o turismo como um fenômeno contemporâneo, de uma sociedade altamente conectada através de redes e que se vê frente aos desafios relativos ao uso do tempo ocioso. O ócio moderno provém das folgas semanais, feriados e férias escolares ou trabalhistas (para aqueles que estão empregados) ou surge de uma opção de vida do mochileiro, ou do andarilho. Esse ócio possibilita novas experiências que são facilitadas ou, até mesmo, sustentadas pela tecnologia, que tornam possíveis os

deslocamentos no espaço e no tempo, bem como as viagens virtuais. (MOESCH e BENI, 2014)

A interdisciplinaridade cria um novo discurso que transcende às disciplinas particulares. Novas práticas são desenvolvidas mediante a negociação entre diferentes pontos de vista, aliando variados interesses disciplinares acerca de um mesmo fenômeno ou objeto, e propondo práticas políticas novas no campo de ação de conhecimentos aplicados. (MOESCH e BENI, 2014)

Nesse momento de superação dos modismos que se fixavam em aspectos exteriores, no método experimental ou em prodígios da ferramenta matemática, o encontro da superação em ato de oposição entre racionalismo e empirismo pode se tornar a melhor forma de progredir em busca da coerência teórica e da fidelidade ao real (BOURDIER, 2004). A conexão entre o paradigma da interdisciplinaridade e o da complexidade permite a abstração e a superação dos limites teóricos e empíricos dos modelos preestabelecidos, além de possibilitar a junção de aspectos positivos de vários métodos.

O termo “complexus” significa “o que está tecido junto”. O pensamento complexo é um pensamento que alia a distinção com a união. Dessa forma, a complexidade não se restringe a uma característica de um fenômeno e, sim, à junção de várias características distintas (MOESCH e BENI, 2014). No entanto, esse termo tem sido utilizado como um sinônimo do termo complicado para denotar grau de dificuldade, quando deveria denotar o grau de complexidade, ou seja, a profundidade do encadeamento de várias nuances (MORIN, 2011).

A complexidade é um tecido de constituintes heterogêneas que coloca o paradoxo do uno no múltiplo, e se forma por meio de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acaso, que constituem um mundo fenomênico. A complexidade apresenta traços inquietantes do emaranhado inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza. O pensamento complexo deve combater o jogo infinito das inter-retroações, a solidariedade dos fenômenos entre eles, a incerteza, a contradição, elaborando ferramentas conceituais, tais como o paradigma da distinção/disjunção, que permite distinguir sem disjuntar, associar sem identificar ou reduzir (MORIN, 2011).

Nesse contexto de interdisciplinaridade e complexidade, surge a seguinte necessidade:

(...) conquistar o objeto do turismo em sua forma inter e transdisciplinar, em que o princípio de auto-eco-organização tem valor hologramático, em que cada ponto contem a quase totalidade da informação do todo e o todo é mais que a soma das partes, afim de trilhar o caminho de uma ciência emancipatória das amarras disciplinares. (MOESCH e BENI, 2014, p. 01)

Surge, assim, uma síntese tecida sobre os exercícios construídos sob a luz da teoria da complexidade, enxergada como o sistema orgânico do turismo, explicitando, então, o “*ecossistema turístico*”, uma releitura do SISTUR que propõe um novo modelo hologramático, e a reconstrução das categorias do objeto do turismo, em sua expressão enquanto fenômeno humano. (MOESCH e BENI, 2014)

Essa reconstrução realiza, de forma simultânea, a auto-eco-organização e a auto-eco-produção, evidenciando que o SISTUR está envolvido em um ambiente externo integrado a um sistema eco-organizador, o ecossistema turístico (MOESCH e BENI, 2014). O princípio da auto-eco-organização agrega um valor hologramático. A qualidade da imagem hologramática está ligada ao fato de que cada ponto possui a quase totalidade de informação do todo, assim como o todo é o todo do qual os atores fazem parte, e que está presente no espírito. (MORIN, 2001 apud MOESCH e BENI, 2014)

Na sobreposição de sistemas e na visualização hologramática (**Figura 4**), há trocas energéticas, materiais e informacionais, que ocorrem entre o sistema e o território. Essas trocas permitem que, ao se apresentar em forma de rede, o sistema internalize tudo o que necessita para que possa manter sua organização e sua estrutura em funcionamento. Dessa forma, a complexidade, para Morin, constitui o tecido, o pano de fundo, a trama, deixando evidentes as interações que, por acaso, ocorrem. O entrelaçamento de fenômenos e processos constituem, assim, a dinâmica natural em diferentes níveis de ascensão e descensão. (MOESCH e BENI, 2014).

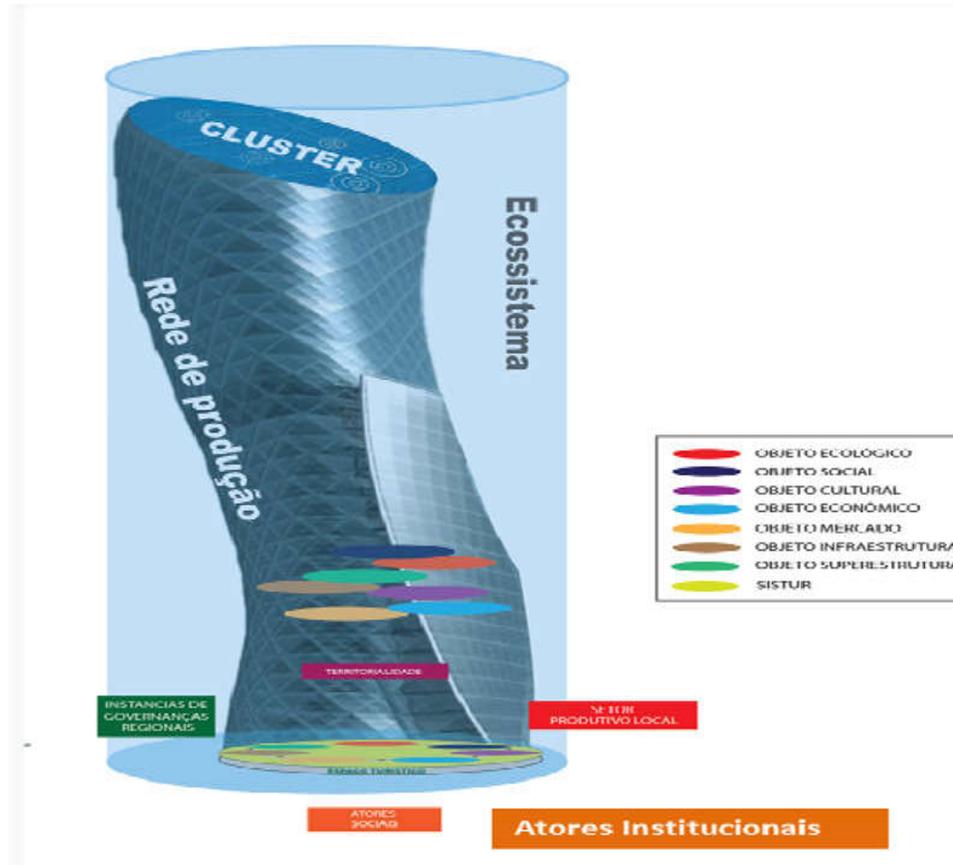


Figura 4 - Ecosistema Turístico a partir da Teoria da Complexidade com base em Edgar Morin

Fonte: Moesch e Beni, 2014.

Alguns autores focam o estudo das questões epistemológicas do turismo, outros analisam questões relativas à prática, enquanto muitos defendem ou esmiúçam modelos e casos específicos, tais como: turismo de base comunitária, turismo alternativo, ecoturismo e turismo sustentável. O presente estudo se valeu de variadas contribuições, em especial dos epistemólogos, que buscam o aprofundamento acerca das nuances da pesquisa em turismo, em busca de uma melhor abordagem do problema de pesquisa e do atingimento dos objetivos.

Mesmo autores que não se utilizaram da dialética ou do sistemismo para analisar as nuances do turismo trouxeram grandes contribuições. As discussões acerca dos modelos utilizados para a prática do turismo, apesar de algumas vezes reduzirem a complexidade do fenômeno, trazem questões específicas

importantes para o entendimento da prática do turismo e das consequências dessa prática na natureza e nas comunidades receptoras.

1.1.2. A prática do Turismo

O extremo da divisão entre as várias formas de se praticar turismo seriam: “as férias em guetos e as viagens ditas alternativas” (KRIPPENDORF, 2000, p. 56). Nesse caso, os guetos são ambientes construídos especialmente para a prática do turismo, tais como *resorts*, reservas artificiais e empreendimentos localizados próximos a atrativos naturais, como montanhas, lagos e praias. Já as viagens alternativas estão mais ligadas a locais não preparados ou completamente adaptados para a prática do turismo em países de Terceiro Mundo. (KRIPPENDORF, 2000)

O ciclo de vida do destino turístico, quando visto sob uma perspectiva de linearidade, demonstra que o crescimento descontrolado do fluxo turístico pode levar ao exaurimento de um destino. Porém, o crescimento planejado e controlado pode proporcionar condições duradouras de prosperidade econômica, por meio da comercialização de produtos e serviços turísticos (BUTLER, 2008).

Pode-se notar que a prática do turismo pode trazer impactos negativos por meio da massificação e do exaurimento dos recursos naturais, além das consequências sociais de um ciclo de crescimento econômico insustentável. Aliada a essas consequências, surge, também, a necessidade de se compreender a influência do fenômeno turístico no turista.

Os sentimentos alimentados pelas redes de informação ajudam a construir conceitos sobre um determinado local. Essa percepção, denominada por alguns autores como “imaginário”, gera, no público, a sensação de que um local é seguro e outro é inseguro, ou de que um local é festivo e outro é “cult”, gerando, assim, uma íntima relação entre turismo, imagens e imaginários (GASTAL, 2005). Esses sentimentos também definem as formas escolhidas para a prática do turismo, separando, especialmente, aqueles que preferem eventos e locais frequentados por grandes massas, daqueles que preferem locais mais reservados, distinguindo, assim, o “turismo de massa” do “turismo alternativo”.

A noção de turismo alternativo se tornou um apelo utilizado por um extenso leque de viagens, incluindo viagens de estudo ou de aventura, férias a pé ou viagens individuais de mochileiros e andarilhos. Essas viagens, em geral, se desenrolam em países de Terceiro Mundo, mas também podem ocorrer em outras regiões. O imperativo essencial dos turistas alternativos é dissociar-se do turismo de massa. (KRIPENDORF, 2000)

A visitação turística tem contribuído para a potencialização e divulgação de alguns aspectos dos modos de vida tradicionais. As ideias de comércio justo, solidário e sustentável interagem de forma bastante positiva com os modos de vida tradicionais e de capacitação para a produção artesanal, agregando valores solidários, a troca de bens, serviços e saberes produzidos por comunidades que sofrem consequências de dívida social herdada de desvantagens históricas. (SAMPAIO e CORIOLANO, 2009)

Alguns autores identificam essas iniciativas como Turismo de Base Comunitária (TBC), outros como Turismo Comunitário Solidário (TCS). Independente da nomenclatura, essas práticas turísticas funcionam como formas de resistência ao turismo convencional consumista, e se associam a estratégias de trabalho e de comunicação social em favor da conservação dos modos de vida próprios de populações tradicionais. (SAMPAIO E CORIOLANO, 2009)

Surge da discussão acerca das definições e modelos para a prática do turismo o conceito de "Turismo Sustentável" que busca perpassar as limitações dos conceitos ligados a práticas turísticas específicas, tais como turismo de massa, turismo alternativo, turismo de natureza, ecoturismo, turismo de base comunitária e outros. "O turismo consistente, saudável, sustentável é o que atrai pessoas desejosas de conhecer o lugar, curtir as belezas naturais, o folclore, a gastronomia e se inter-relacionar com culturas e povos diferentes" (CORIOLANO, 1997, p.130 apud ESPÍNOLA e CASTRO, 2012).

A busca pelo desenvolvimento do turismo sustentável demanda um processo de planejamento que não priorize apenas seu aspecto econômico, mas reflita também anseios e dificuldades relativos aos aspectos sociais, culturais e ambientais. (ESPÍNOLA e CASTRO, 2012)

O conceito de "Turismo" não é um conceito estático e está ligado às culturas. O ato de receber um visitante nasce, e é fundamentado, no código da

tradição. Como um sistema aberto, orgânico, o “Turismo” não pode ser estudado como uma entidade radicalmente isolada. Essa conexão entre o fenômeno turístico e os fatores externos comprovam seu conteúdo interdisciplinar e transdisciplinar. Dessa forma, tanto teórica quanto empiricamente, o conceito de sistema aberto complexo desvela uma teoria da evolução. Teoria essa que deriva de interações entre sistema e ecossistema, podendo ser concebido como um transbordo do sistema em um metasistema, ou, ecossistema turístico, estabelecendo, assim, desafio a ser trilhado. (MOESCH e BENI, 2014)

O fenômeno turístico apresenta números que crescem vertiginosamente. Esse crescimento, identificado por alguns autores como um processo de massificação, traz impactos sociais e ambientais que precisam ser bem compreendidos, visando ao diagnóstico de possíveis problemas e à geração de alternativas que possam auxiliar tanto nos processos de planejamento, quanto nos processos de interação entre membros de comunidades e entre essas comunidades, agentes financeiros externos e turistas.

Os impactos negativos do turismo, em geral, mas não exclusivamente, afetam aspectos de ordem ambiental, social, cultural e econômica. Dentre os principais impactos negativos pode-se destacar: a degradação natural ligada à construção de equipamentos turísticos, principalmente quando essa construção é realizada em locais inapropriados; as várias formas de poluição que atingem os atrativos e podem afetar o destino como um todo; a favelização que tanto pode ser estimulada pela migração demasiada, quanto pela expulsão social da comunidade local para locais inapropriados; o excesso de lixo sem tratamento; a ausência de saneamento básico, e de outras questões básicas relativas à infraestrutura, tais como o abastecimento de água potável; o abandono ou a descontinuação das atividades produtivas familiares tradicionais; a descaracterização ou a padronização de manifestações culturais; a falta de estímulo à qualificação profissional para outras atividades; e a exclusão social, em especial de pequenos produtores rurais que não se adequam às novas condições socioeconômicas e culturais. (TASSO, 2014)

Os impactos positivos do turismo, em especial quando consolidado após um processo de planejamento podem ser: o fortalecimento da identidade cultural, estimulado pela interação entre visitantes e a comunidade local; o enfrentamento de problemas sociais, tais como o analfabetismo e a miséria; o

enfrentamento de problemas ambientais por meio da demarcação de áreas protegidas, ou pelo estabelecimento de reservas particulares, dentre outras possíveis estratégias; e o dinamismo econômico, fomentado pelo fortalecimento da atividade turística. (TASSO, 2014)

Esse dinamismo econômico pode estimular o comércio, principalmente, no setor de serviços de suporte à visitação, tais como: meios de hospedagem (hotéis, pousadas, resorts, albergues, etc.); serviços de alimentação (restaurantes, bares, lanchonetes, sorveterias, etc.); serviços de transporte; e serviços de receptivo (agências de viagem e operadoras). (TASSO, 2014)

A presente análise busca levar em consideração todo o processo de crescimento das atividades turísticas nos países ou regiões em desenvolvimento, sabendo que esse processo é acompanhado de mudanças no cenário sociocultural. O desenvolvimento do turismo traz alterações na estrutura demográfica, pois, entre outras coisas, cria novos postos de trabalho em áreas diferentes das usuais, gerando, assim, êxodo rural e migrações inter-regionais. Essa nova situação, quando se desenvolve em pequenos municípios ou áreas rurais, altera o posicionamento profissional, principalmente dos jovens, trazendo o aumento da oferta de trabalho. Um dos maiores desafios do turismo é aliar desenvolvimento econômico ao desenvolvimento social. (BENI, 2006)

1.2. PLANEJAMENTO: CONCEITOS, APLICAÇÕES TURÍSTICAS E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Antes de se buscar por definições de planejamento, é preciso analisar o real motivo de se planejar, até mesmo para que se tenha convicção de que planejar é, realmente, um processo necessário, ainda mais quando se lida com fenômenos sociais complexos como o Turismo, e com comunidades tradicionais em territórios quilombolas.

Uma das principais razões para se planejar é a contestação de que, em quase todas as atividades humanas, os meios e os recursos são limitados e os objetivos quase que invariavelmente são múltiplos e diversos. Dessa forma, a análise da realidade em que se pretende atuar permite uma melhor visualização

dos resultados desejados, contribuindo, assim, para a formação de prognósticos. (ANDER-EGG, 1978)

O ato de planejar é um processo que envolve a preparação de um conjunto de decisões visando a uma ação futura. Essas decisões devem ser dirigidas à realização de objetivos que, para serem atingidos, dependem da escolha correta dos meios. Esse caráter processual o torna atividade contínua e unitária que não se conclui com a formulação de um plano ou projeto. Nesse contexto, o ato de planejar requer reajustes constantes entre meios, atividades e objetivos, em especial, no que tange aos caminhos e procedimentos por meio dos quais se pretende atuar. Esses reajustes devem levar em conta os diversos atores sociais e fatores contingentes que atuam no cenário onde se está implementando o plano ou programa. Dessa forma, a análise de situação precisa ser interativa e se adaptar com agilidade às novas situações. (ANDER-EGG, 1978)

Planejamento pode ser entendido como um processo de decisão e elaboração de políticas. Envolve um conjunto de decisões interdependentes ou sistematicamente relacionadas, não comportando decisões individuais. Faz parte de um processo global de “planejamento-decisão-ação” (HALL, 2001, p.24).

Planejar requer preparação, ou seja, é necessário que exista um ambiente propício à tomada de decisões, respeitando-se as instâncias e buscando a aprovação daqueles que têm poder político. Trata-se de um conjunto interdependente de decisões sistemáticas e relacionadas entre si, embasadas em uma intencionalidade prática que expresse, operativamente, a visão de futuro. Nesse contexto, o tipo de planejamento que faz planos para fazer outros planos e produz documentos sem a mínima utilidade, precisa ser aperfeiçoado ou, até mesmo, revolucionado. (ANDER-EGG, 1978)

O planejamento não pode se transformar em algo confuso e sem definição. É necessário que sejam estabelecidos objetivos concretos que se traduzam em ações práticas e metas voltadas ao alcance de resultados. A escolha dos meios adequados é de suma importância. A relação entre os meios e fins precisa fluir de forma quase artística gerando, assim, procedimentos, normas e pautas que contribuam para a tomada de decisões coerentes,

compatíveis e integradas, que se traduzam em uma ação sistemática e executada de forma coordenada. (ANDER-EGG, 1978)

O planejamento é a formulação sistemática de um conjunto de decisões, devidamente integrado, que expressa propósitos e condiciona meios para alcançá-los. Planejar consiste em definir objetivos, ordenar recursos materiais e humanos, determinar os métodos e as formas de organização, estabelecer medidas de tempo, quantidade e qualidade, localizar as atividades e utilizar outras especificações que canalizem racionalmente a conduta de uma pessoa ou de um grupo. (HOLANDA, 1985)

O entendimento do conceito de planejamento pode se dar pela ideia de “um futuro desejado e de todas as providências necessárias à sua materialização” (PETROCCHI, 2009, p. 19). Planejar é predeterminar um curso de ações para o futuro, que reúna um conjunto de ações interdependentes em um processo contínuo que visa produzir um estado futuro desejado, que somente acontecerá se determinadas ações forem tomadas mediante uma atitude anterior à tomada de decisões. Desta forma, o planejamento proporciona uma visão de futuro que contribui para a melhor realização de tarefas e um maior nível de atingimento de objetivos, ordenando ações e dando prioridades a elas e permitindo o mapeamento de dificuldades ou obstáculos, auxiliando na escolha prévia de caminhos alternativos. (PETROCCHI, 2009)

A busca por uma definição de planejamento revela inúmeras abordagens, cada uma relacionada com o histórico dos planejadores ou com a razão originária da planificação. Mesmo a escolha de diversas definições é baseada em uma determinada ótica particular. Há diversas formas de se definir planejamento, todas elas remetem à organização do futuro como um ato de orientação de uma determinada atividade atual, visando a um estado futuro, levando-se em consideração o pressuposto de que existem várias alternativas possíveis. (DIAS, 2008)

Os objetivos do planejamento estão relacionados às mudanças na estrutura de uma realidade existente, ainda que grande parte das vezes essas mudanças visem a um crescimento econômico acelerado. Planejamento é importante em qualquer ação humana que almeje resultados. Qualquer ação ou conjunto de ações que busquem a realização de metas deve ser

cuidadosamente planejada para maximizar a probabilidade de sucesso. (RUSCHMANN, 2001)

1.2.1. Planejamento Turístico

Os núcleos turísticos passam por três etapas de desenvolvimento. Na primeira, a originalidade da população local e os atrativos naturais atraem turistas de forma seletiva e espontânea. Na segunda, começam os investimentos e a instalação de equipamentos turísticos mediante o crescimento do fluxo de visitantes. Na terceira etapa, consolida-se a entrada massiva de capital nacional e internacional, proveniente de grandes corporações multinacionais. Nessa fase, são observados efeitos maléficos, tanto na qualidade de vida quanto na degradação ambiental. (BENI, 2006)

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define que as condições do encontro entre o turista e o hospedeiro tem caráter transitório, traz constrangimentos espaciais e temporais e apresenta relações desiguais, além de ser, desde a sua gênese, uma relação que envolve questões financeiras. Esse encontro, quase sempre casual, é intermediado por empresas turísticas ou por complexos hoteleiros, embora o turismo endógeno venha se ampliando e promovendo experiências mais autênticas e genuínas. (BENI, 2006)

O planejamento turístico não pode mais ser visto como um exercício de definição de regras do uso do solo, ainda que essa vertente seja muito importante. Várias questões devem ser abordadas, tais como: desenvolvimento local e/ou regional, protagonismo comunitário, cuidados com a implementação e/ou adaptação da infraestrutura, respeitando os padrões tradicionais de arquitetura, os conhecimentos tradicionais de uso do solo e de recursos, a organização social, os recursos naturais e os processos de comunicação.

O planejamento turístico também interage com as estruturas governamentais e não governamentais, e está inserido em um universo de escalas (internacionais, transnacionais, nacionais, regionais, locais e setoriais). Outro fator importante é a escala de tempo, que deve respeitar as fases de desenvolvimento, implementação, avaliação e realização satisfatória dos objetivos pré-estabelecidos (HALL, 2001).

No entanto, o turismo pode, também, auxiliar na preservação da herança cultural e contribuir para o resgate de itens esquecidos do patrimônio histórico e cultural. O interesse dos visitantes pela história e pela riqueza cultural pode provocar efeitos importantes no sentido de conservação desse patrimônio. Assim, mediante os impactos negativos e positivos, pode-se dizer que o planejamento do turismo precisa estar integrado ao planejamento global socioeconômico de um país ou região. (BENI, 2006)

A sazonalidade e a imprevisibilidade da visitação turística, bem como a necessidade de preservação da identidade cultural e dos recursos naturais podem inviabilizar a sobrevivência de um destino turístico que tenha como base um planejamento turístico estanque, que não se integre às demais atividades produtivas, culturais e ambientais da região.

O ato de planejar está conectado à busca por prever e regular mudanças em sistemas, por meio de um crescimento ordenado que vise propiciar benefícios sociais, econômicos e ambientais em um processo de desenvolvimento. (MURTHY, 1985 apud HALL, 2001)

O planejamento é elemento crítico para o desenvolvimento sustentável de destinos turísticos, uma vez que somente ele pode evitar impactos negativos, por meio do envolvimento de todos os participantes e, não apenas, dos planejadores profissionais. Para tanto, o planejamento deve ser pluralista, englobando dimensões sociais, econômicas e físicas. Ser, também, político, considerando os objetivos sociais e equilibrando aspirações conflitantes. Além de ser estratégico em uma visão de longo prazo e integrador. O planejamento turístico precisa ter relevância regional, uma vez que grande parte dos problemas surge nas regiões circunvizinhas, inserindo-se, assim, em uma esfera de planejamento mais ampla. (HALL, 2001)

É necessário planejar a forma como serão estruturados os serviços e equipamentos. Buscar entender as necessidades e desejos dos turistas. Avaliar a capacidade de carga de recursos e/ou localidades. Expor a nova realidade à população local, buscando integrá-la. Mensurar necessidades de preservação ambiental e determinar medidas de proteção ao meio ambiente. Definir estratégias de capacitação profissional. Estimar lucros e despesas. Estudar a legislação vigente. Entre outras coisas, na fase de pré-planejamento. Apenas

após todas essas atividades, é possível construir o verdadeiro planejamento para uma atividade turística de bom desempenho. (RUSCHMANN, 2001)

A preocupação de alguns grupos, com os efeitos negativos percebidos no turismo, impôs a necessidade de aperfeiçoamento do planejamento turístico. Além disso, o surgimento da exigência de planejamento público de turismo foi motivado pelas exigências do mercado turístico e pelo posicionamento do governo mediante problemas de reestruturação econômica em áreas urbanas e rurais. (HALL, 2001)

O turismo é visto como um fenômeno que, além de promover a interação entre o turista e o núcleo receptor, também envolve atividades que ajudam a promover ou decorrem dessa interação. Observa-se, assim, que o turismo como atividade trans, inter e multidisciplinar, envolve uma série de relações e de situações de fato. Assim, o seu estudo e o seu planejamento requerem a utilização de critérios e de métodos de várias ciências. Nada lhe é próprio ou exclusivo. O turismo abarca parcelas de outros setores e se apropria de técnicas criadas com fins generalizantes. O planejamento turístico utiliza-se de outros campos e ciências do conhecimento, tais como, história, geografia, filosofia, metodologia científica, economia, administração, estatística, política, marketing, cultura, meio ambiente, direito e ética profissional. (RUSCHMANN, 2001)

O planejamento turístico não trata exclusivamente da divulgação e do desenvolvimento. O turismo deve ser integrado a um processo de planejamento mais abrangente, visando às metas de melhoria ou maximização econômica, social e ambiental, conectadas ao desenvolvimento turístico adequado. (HALL, 2001)

No que tange ao turismo praticado em áreas naturais e/ou rurais, existem algumas metas paisagísticas que podem ser simplificada e resumidas na necessidade de conservar o meio natural, de tal modo que as obras turísticas o alterem na menor intensidade possível, ou não o alterem. O planejamento dos usos turísticos do ambiente natural deve levar em consideração o fato de que a paisagem não pode ser planejada. O planejamento turístico do espaço natural deve ser antecedido por uma decisão acerca dos tipos de uso e atividades econômicas mais indicadas para uma região. A partir do momento em que se decide pelo uso turístico, é necessário analisar quais as vertentes do turismo se adaptam melhor àquele determinado contexto. (BOULLÓN, 2002)

O processo de planejamento do turismo recebe benefícios significativos quando há o envolvimento de amplo grupo de pessoas interessadas, embora isso exija esforço e tempo. Essa participação de pessoas que, de alguma forma, estão conectadas ao fenômeno turístico naquele local, traz diferentes perspectivas e abre espaço para uma maior variedade de elementos sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos. Porém, existe um alto grau de dificuldade para a inclusão da comunidade no processo de planejamento, pelo fato de não se tratar de uma massa homogênea. Contudo, essas dificuldades não justificam o abandono da prática de inclusão, nem o desejo das comunidades de serem sujeitos do desenvolvimento. O ponto crítico é que todos os afetados precisam ser efetivamente inseridos no processo de planejamento, e, não, incorporados de forma meramente simbólica. (BENI, 2006)

As dificuldades supracitadas, a respeito da participação das comunidades no planejamento turístico estão presentes no caso específico do presente estudo. O isolamento histórico, potencializado pelo relevo montanhoso da região e pela precariedade das estradas vicinais que carecem de pontes e outras obras de infraestrutura, dificultam os processos de participação e de interação social. A comunidade Kalunga luta contra processos de exclusão social, tais como o analfabetismo, a inexistência de rede de energia elétrica, de redes de telecomunicações, de água encanada ou de tratamento de esgoto.

Tanto no espaço rural como nas áreas litorâneas, há a imperiosa necessidade de planejar os arranjos produtivos locais do setor primário, assegurando sua sobrevivência e a manutenção da atividade produtiva da população autóctone, fazendo com que o turismo venha a lhes oferecer um cenário cada vez mais ampliado e renovado de produção, seja na sua atividade primária básica, seja nas atividades prestadoras de serviços ou, ainda, na complementariedade de ofícios e habilidades artesanais (BENI, 2006).

Para tanto, é necessário realizar um diagnóstico das potencialidades e das dificuldades de cada comunidade, visando à formulação de estratégias que viabilizem o aproveitamento das potencialidades e minimizem as dificuldades.

Um bom processo de prognóstico precisa estar embasado em um bom processo de diagnóstico que adote o rigor científico e técnico. De forma geral, o planejamento precisa respeitar três conceitos, quais sejam: racionalidade, conhecimento da realidade e adoção de decisões. (ANDER-EGG, 1978)

Tendo em vista as características descritas, esta pesquisa buscou embasamento epistemológico para a adoção do conceito de planejamento participativo que visa à participação das maiorias, de forma racional, no intuito de construir mudanças estruturais dentro de um processo decisório corresponsável. Porém, para que um processo de planejamento seja participativo, é necessário que a comunidade busque uma organização funcional, mas, não necessariamente formal, contribuindo, assim, com opiniões e sugestões em um clima de cooperação mútua com os responsáveis pela elaboração e execução dos planos e projetos (SANTOS, 2006).

1.2.2. Planejamento Participativo

A resposta à crise de paradigmas organizacionais, em especial, quando se fala de esferas estatais e governamentais ou de políticas públicas, passa por um planejamento estratégico que sirva de instrumento para a condução global e, não, apenas para a definição e realização de atividades. A análise de fatores externos deve estar incorporada à própria elaboração dos planos, construindo, assim, um caminho viável. Ao mesmo tempo, deve-se buscar o fim da separação entre o planejamento e a execução, seja no tempo ou nas esferas de gestão que, muitas vezes, separam planejadores de gestores e executores. (FORTES in BROSE, 2001)

Porém, esses novos objetivos só serão alcançados se a equipe que encabeça o processo desenvolver ou aperfeiçoar uma série de capacidades diferenciadas. Não se trata da “aplicação” ou “assimilação” de qualquer método particular. O que se deve buscar é uma transformação de cultura e do perfil de gestores e de diferentes líderes envolvidos no processo. (FORTES in BROSE, 2001)

No que tange à participação de comunidades, o processo pode ser ainda mais dispendioso. É necessário investimento financeiro, tempo e habilidade para a organização. A consulta pública pode gerar atrasos nos processos de decisão e onerar os investimentos. A introdução do turismo em uma determinada localidade requer ações de infraestrutura que, na maioria dos casos, seguem padrões internacionais. Grande parte dos habitantes de países em desenvolvimento tem dificuldades relativas às necessidades básicas, o que

limita a participação em questões comunitárias. Essa apatia, acerca de problemas socioculturais, econômicos e políticos é resultado de séculos de exclusão em processos que afetam a dignidade. (BENI, 2006)

A proposta participativa encontra resistência, pois, vai de encontro à tendência dominante que sofre influência do neoliberalismo e propõe a incorporação do social pelo mercado desregulamentado. Outro grande problema, em processos participativos, é a ausência de um método sistemático de trabalho nos processos de decisão e planejamento. Essa ausência de ferramentas metodológicas pode tornar o processo longo e exaustivo, limitando o número de participantes e trazendo problemas relativos à normatização da linguagem, deixando, assim, brechas para imprecisões e gerando desgastes que podem culminar em conflitos estéreis e ineficazes. (FORTES in BROSE, 2001)

Os limites de produtividade no trabalho coletivo, que podem gerar exaustão e sobrecarga, podem ser amenizados por meio da dosagem entre momentos de trabalho coletivo geral, trabalho em pequenos grupos e momentos de labor individual. Essa dosagem aproxima o detalhamento e a revisão do plano da dinâmica do cotidiano de trabalho. Por meio da montagem de um sistema de gestão, esse plano encontrará sua forma final na ação de cada um. (FORTES in BROSE, 2001)

O processo de planejamento turístico em comunidades tende a ser simplista ou inexistente. A visitação, na maioria dos casos, é estimulada e gerida por empreendedores, empresas e agentes governamentais. Faz-se necessário uma revisão de conceitos e procedimentos que permita que as comunidades decidam sobre as principais diretrizes de desenvolvimento que almejam para a sua região, inclusive no que tange à divisão de custos e benefícios. Essa mudança de paradigmas só se concretiza mediante um forte processo de mobilização social, que visa a convocar vontades para uma mudança de realidade por meio de propósitos comuns estabelecidos em consenso. (BENI, 2006)

Surge um questionamento recorrente sobre os méritos do planejamento participativo, que indaga se não seria possível chegar às mesmas propostas através de um processo menos trabalhoso. Um dos principais méritos do trabalho coletivo é a possibilidade de se identificar interconexões entre diferentes áreas de atuação individual. Assim, o resultado de uma elaboração coletiva

ganha em qualidade e consistência em relação a trabalhos individuais. (FORTES in BROSE, 2001)

Existe a necessidade de se pensar a comunicação, visando ao engajamento da comunidade na estruturação de um projeto social mobilizador. A principal função da comunicação, em um processo de mobilização social, é gerar e manter o vínculo entre projetos sociais e seus respectivos públicos. Para tanto, é necessário o reconhecimento da existência e da importância de cada um, bem como o compartilhamento de todos no que diz respeito aos sentidos e valores. A vinculação ideal encontra-se no nível da corresponsabilidade, quando o público age por sentir-se responsável e por acreditar no sucesso de um projeto maior, entendendo sua participação como fundamental. (BENI, 2006)

Desse modo, o planejamento estratégico pode ser um instrumento de incorporação dos princípios de gestão participativa à cultura organizacional, e proporcionar a segurança de que se está no caminho certo para a manutenção dos compromissos de transformação da realidade social pré-definidos. (FORTES in BROSE, 2001)

A grande maioria dos projetos de planejamento do turismo esbarra na incapacidade de mobilização da comunidade local, como participante decisiva do planejamento estratégico. A questão principal é como alicerçar, nas comunidades, ações que combatam a exclusão social, construam a história e permitam que a identidade local seja reconquistada. Esse alicerce oferecerá às pessoas a formação necessária para que elas mesmas percebam o quanto podem contribuir para o seu próprio bem-estar e o de sua comunidade. (BENI, 2006)

O envolvimento da comunidade no processo de desenvolvimento é fruto de uma gestão turística que identifique, mobilize e arregimente os agentes institucionais e atores sociais, as lideranças comunitárias, políticas e empresariais da região. Desta forma, o planejamento, com base local, consolida-se por meio de projetos construídos com a comunidade, primando pelas questões de cunho ambiental, sociocultural e socioeconômico, e mantendo a relação das partes formadoras do todo. Assim, consegue-se conciliar a valorização ou a manutenção do meio ambiente e a convivência humana no resgate de tradições, valores e costumes locais, garantindo a atratividade turística e consolidando os benefícios econômicos e sociais da prática turística

planejada que contribui para a melhores condições de vida. (GASTAL; MOESCH, 2007)

O processo de planejamento turístico, com base local e metodologia participativa, torna-se um verdadeiro diferencial na formação de produtos turísticos socialmente justos e includentes. Para que esse processo de inclusão ocorra, consolidando uma gestão compartilhada, é indicada a implantação de um sistema público de turismo, cuja composição ideal seria formada por um conselho de turismo, por fundos de financiamento, e por uma agência de desenvolvimento. Esse sistema buscaria consolidar a imagem do destino turístico, por meio do desencadeamento de um processo de sensibilização da comunidade para o turismo, enquanto fenômeno humano e econômico, e a maximização das potencialidades locais, a fim de atender à demanda. (GASTAL; MOESCH, 2007)

Os gestores públicos e planejadores profissionais, também, devem estar inseridos nos contextos de direção e/ou de coordenação, utilizando-se de ferramentas de comunicação e motivação para desempenhar funções de liderança. (SANTOS, 2006)

Outro objetivo desse sistema seria o de estimular e consolidar parcerias entre o setor público, o privado, a sociedade civil e o cidadão, desenvolvendo, com isso, produtos e serviços que partam de uma concepção global dos interesses coletivos. Para tanto, é essencial o aporte do conhecimento e da tecnologia, bem como o atendimento aos cidadãos de todas as classes sociais e raízes culturais em suas vivências de lazer. (GASTAL; MOESCH, 2007)

1.2.3. A Correlação entre os conceitos Governança, Capital Social e Mobilização Social

A conjunção dos conceitos de governança, capital social e mobilização social pode ajudar a construir os fundamentos necessários para a consolidação de um processo de planejamento e de gestão participativa. No caso estudado, a comunidade Kalunga pode se beneficiar desses conceitos tanto no que tange à realização dos festejos tradicionais quanto para o melhor entendimento do fenômeno turístico e até mesmo para lidar com uma possível consolidação deste fenômeno para outras áreas do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

O conceito de governança pode auxiliar a compreensão da relação entre comunidade, governo e atores sociais envolvidos nos processos de planejamento. Esse conceito pode ser definido como o conjunto das formas utilizadas por indivíduos e instituições para gerenciar assuntos comuns. Trata-se de um processo contínuo que busca acomodar interesses conflitantes ou diversos, efetivando a ação cooperativa. Os princípios da governança podem ser aplicados em instituições formais e em regimes com poderes ou em arranjos informais de pessoas ou instituições que tenham acordado ou entendam ter interesses comuns (COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE, 1995 in BURSZTYN, 2012).

Outra definição defende que governança diz respeito às interações entre estruturas, processos e tradições que determinam como o poder é exercido, como as decisões são tomadas e como os indivíduos participam (PLUMTRE & GRAHAM, apud HUFTY et al., 2007 in BURSZTYN 2012).

O capital social, por sua vez, pode ser descrito como os processos de cooperação em ou entre grupos sociais, embasado em normas, valores, instituições e relacionamentos que esses grupos compartilham. A interação é fundamental para esses processos de cooperação entre indivíduos. A estrutura de redes perpassa o conceito de capital social, que se constrói e se consolida por meio das relações mediadas por essas redes. Os elementos culturais, políticos e sociais quando entendidos por meio de seus fatores constituintes podem se tornar recursos para as comunidades. É necessário entender a constituição das redes por meio de canais de comunicação e o consequente tráfego da informação que auxilia nos processos de conhecimento. (MARTELETO E SILVA, 2004)

Três correntes de pensamento se destacam nos estudos acerca do conceito de capital social. A primeira dessas correntes defende que o capital social é um recurso utilizado pelo o indivíduo que está inserido em uma determinada estrutura. A segunda busca a compreensão da participação e do engajamento da sociedade focando nos efeitos desse engajamento nas instituições democráticas e governamentais. Já a terceira aborda o capital social em um contexto onde a soma dos recursos provenientes da rede de relações de reconhecimento mútuo se institucionaliza por meio dos campos sociais. Essas

três correntes têm como principais autores, respectivamente, James Coleman, Robert Putnan e Pierre Bourdier. (MARTELETO E SILVA, 2004)

Desta forma, os recursos passam a ser empregados a partir de uma estratégia de progresso que se insere na hierarquia social e conduz a uma prática resultante da interação entre o indivíduo e a estrutura. Cada campo social se define como um espaço onde se manifestam relações de poder, esses campos sociais se estruturam a partir da distribuição desigual de um quantum social que determina a posição que cada agente específico ocupa em seu interior. (MARTELETO E SILVA, 2004)

Em se tratando de mobilização social, ainda que não se atinja, em um primeiro momento a interação entre os diversos setores que constituem o tecido social, as correlações são de extrema importância. A mobilização social consolida o planejamento participativo como um instrumento de cidadania, e permite a valorização do conhecimento tradicional e da cultura.

Porém, o processo de mobilização de comunidades rurais se torna bastante complicado quando se leva em consideração que vários de seus membros viveram em isolamento e, até hoje, enfrentam dificuldades de comunicação, sem acesso a telecomunicações, quando estão em seu território. Outros fatores complicadores, para a mobilização, são o sistema de educação do campo (apresentando alto grau de analfabetismo, entre adultos e idosos) e as dificuldades socioeconômicas e de mobilidade.

Nesse processo de mobilização, é necessário que lideranças e massas direcionem seus esforços à realidade, e compreendam que ambos são sujeitos no ato não só de desvelá-la e, sim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar conhecimento. Assim, ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, esse grau de compreensão da realidade, os envolvidos se descobrem como seus refazedores permanentes. Desse modo, a presença dos oprimidos na busca de sua libertação, mais que pseudo-participação, deve gerar engajamento. (FREIRE, 1994)

Da confrontação do homem com o mundo vem a tomada de consciência. Essa tomada de consciência permite a objetivação da realidade concreta. Essa objetivação passa por uma percepção que interage diretamente com os ingredientes da própria realidade, permitindo assim níveis distintos de tomada de consciência. (FREIRE, 2017)

Os processos de governança, e mobilização social, que ocorrem de forma orgânica, por meio da atuação das associações e sindicatos, bem como dos arranjos sociais informais, tais como os que ocorrem para a organização anual dos festejos, podem ser aperfeiçoados. No entanto, é necessário ter cuidado com a implementação de metodologias participativas, mesmo que essas metodologias estejam pautadas em premissas positivas. A busca pelo aprofundamento do conhecimento e pela tomada de consciência pode atingir níveis mais profundos se for construída mediante à participação crítica e ao protagonismo da comunidade em todos os processos de decisão.

A simples implementação de processos de descentralização não garante efetividade e nem participação social. Essa descentralização pode levar ao clientelismo, encobrendo velhos expedientes de manipulação da expressão de interesses individuais. Comunidades tradicionais são vulneráveis a esse tipo de implementação errônea de processos participativos, uma vez que sua organização social possui padrões culturais próprios e a hierarquias internas nas decisões de interesse coletivo. Essas comunidades podem ser desestruturadas pela imposição de padrões participativos moldados pelo mundo ocidental, impostos de fora para dentro, culminando em uma governança viciosa (Figura 5). (PLUMTRE & GRAHAM, apud HUFTY et al., 2007 in BURSZTYN 2012).

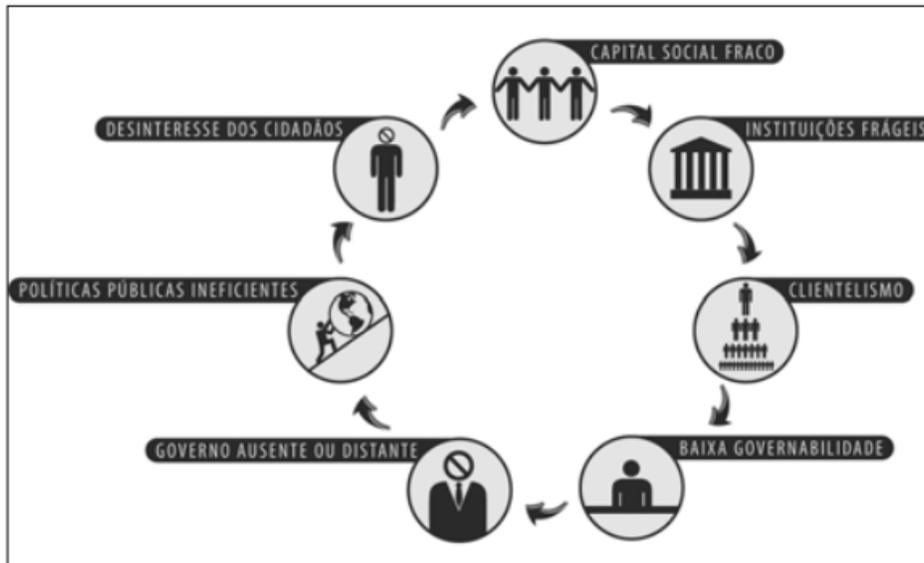


Figura 5 - O ciclo vicioso da governança viciosa
Fonte: Livro Regulação, Políticas Públicas e Governança Ambiental

Esse ciclo de governança viciosa apoiada no clientelismo pode ser interrompido por meio de ações que estimulem a mobilização social e a consequente formação de capital social. Essa interrupção está diretamente conectada à tomada de consciência da situação atual de possível opressão e domínio político que gera uma situação exclusão social (FREIRE, 1987).

A ação social de caráter paternalista, em que os oprimidos são apenas assistidos, enxerga os indivíduos como casos individuais, os colocando na posição de marginalizados, que não se adaptam aos padrões gerais da sociedade. (FREIRE, 1987)

1.2.4. Compreendendo o Território Usado

Os conceitos de planejamento participativo e de mobilização social foram conectados, nesta discussão teórica, à categoria de análise proposta por Milton Santos do “Território Usado”, pois o entendimento desta categoria é vista como um fator essencial para a compreensão da complexidade dos territórios, em especial os territórios tradicionais que integram o ambiente rural a elementos culturais seculares, sofrendo, ainda, a influência dos polos urbanos que estão cada vez mais conectados ao mundo pós moderno e globalizado.

Trata-se do território, não apenas como configuração territorial, influenciado e configurado por todas as obras provenientes do sucessivo trabalho social. O abrigo das ações passadas que se cristalizam em objetos e normas, aliado ao contexto das ações atuais, que estão em processo de realização em cada lugar, constroem o território usado. Uma superposição entre trabalho vivo e trabalho morto. A inércia é humanizada pelo trabalho social e pela imposição das normas às ações sociais que interagem com as ações provenientes dos agentes hegemônicos. (CATAIA, 2013)

O território é usado por todos os agentes, sejam eles provenientes de instituições, empresas ou da sociedade civil. Desta forma, o território usado não se restringe ao espaço dos agentes hegemônicos nos contextos políticos e econômicos. A sociedade e o território se tornam entidades associadas, numa perspectiva geográfica que demonstra a indissociabilidade entre materialidades e ações, e entre o território e a política. A categoria “usado”, “praticado”, altera o

significado histórico da categoria “território político”. (SANTOS, 1994 – apud - CATAIA, 2013).

O conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, por mais distantes que eles estejam, é o que permite ao território a possibilidade de ser usado. Este conhecimento proporciona condições para a implantação de sistemas de cooperação. Esses sistemas se associam aos motores econômicos nacionais e internacionais. Os eventos atuais são dotados de uma simultaneidade sem precedentes. Essa simultaneidade é movida pelo conjunto motor unificado da mais-valia, em nível mundial, que se torna responsável pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios. Essa unificação se dá, em grande parte, por meio do nexo financeiro e conduz a uma reformulação do espaço em escala mundial. (SANTOS, 2013)

Desta forma, o presente estudo buscou, por meio do aporte teórico e das reflexões feitas a partir da pesquisa bibliográfica e documental e dos dados coletados em campo, identificar nuances dos usos atuais do Território Kalunga e possíveis conflitos entre esses usos. Buscou-se também contribuir para a consolidação do paradigma do Planejamento Participativo, e de sua integração com as Políticas Públicas e com os conceitos de Governança e Mobilização Social.

CAPÍTULO 2: CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO KALUNGA E DO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE

O Território Quilombola Kalunga, conforme abordado na introdução do presente trabalho, abrange áreas dos municípios goianos de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre. No entanto, as áreas de festejo, estudadas nesta pesquisa, se localizam apenas em Cavalcante, município que abrange 71% da área do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

Pesquisas antropológicas revelaram que o termo “Calungueiros” foi utilizado para designar os negros fugidos dos trabalhos da mineração nas minas de ouro de Arraias, Monte Alegre e Cavalcante, e que habitaram a Região do Calunga, estabelecendo um pequeno quilombo às margens do rio Paranã, constituído. (BAIOCCHI, 1999)

Porém, a população Kalunga não se formou de uma origem exclusiva, qual seja as minas de ouro. Houve um processo migratório posterior. (BAIOCCHI, 1999)

Informações históricas e antropológicas demonstram que os Kalungas estão diretamente ligados ao Município de Cavalcante desde a época da escravidão. As observações de campo revelaram que as comunidades do Vão de Almas e do Vão do Moleque têm o referido município como referência para serviços públicos, tais como saúde e educação, bem como para o recebimento de benefícios sociais. Assim, decidiu-se trazer alguns elementos de contextualização de Cavalcante, uma vez que os dados estatísticos acerca do município refletem a situação socioeconômica do Território Kalunga, e que a base municipal também é de suma importância para o fenômeno turístico da região.

2.1. ASPECTOS DO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE

Cavalcante é um município brasileiro do Estado de Goiás, localizado ao Norte da Chapada dos Veadeiros, a cerca de 500 km da capital do Estado, Goiânia, e a 320 km da capital nacional, Brasília (IBGE, 2017).

O primeiro registro de ocupação do território de Cavalcante ocorreu em 1736, em uma expedição comandada pelo garimpeiro Julião Cavalcante, em busca de novas minas de ouro. A descoberta de uma enorme quantidade de ouro à margem do córrego Lava Pés, na Serra da Cavalhada, atraiu novos exploradores, iniciando, assim, um povoado com o nome de Cavalcante, em homenagem ao fundador e colonizador. Em 1740, foi fundado oficialmente o arraial de Cavalcante. Em 1759, o arraial foi elevado a freguesia, por ordem do Governador da Capitania de Goiás, D. João Manoel de Melo. Em 1794, com a decadência da Cidade de São Félix, transferiu-se para Cavalcante a Fundação de Ouro, extinta em 1806, por tornar-se deficitária. (IBGE, 2017)

A área territorial do Município de Cavalcante passou por um processo de desmembramento, que se iniciou no ano de 1950 com a criação do Município de Alto Paraíso que, hoje, recebe grande parte do fluxo turístico que se dirige à Região da Chapada dos Veadeiros, funcionando como uma sede simbólica do turismo regional, contando também com o distrito de São Jorge, que abriga a sede do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. A área dos atuais Municípios de Colinas do Sul e Teresina de Goiás, que também integravam o Município de Cavalcante, foram desmembradas apenas no fim dos anos oitenta. (IBGE, 2017)

Apesar da sede do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV) se localizar no Município de Alto Paraíso, 60% da área do parque está localizada no Município de Cavalcante (IBGE, 2017). Com a ampliação da área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, sancionada no dia 05 de junho de 2017, a área passa de 65 mil hectares para 240 mil hectares (Figura 6). Nessa nova configuração, apesar de representar um percentual menor de abrangência da área do parque, o Município de Cavalcante terá mais terras protegidas pela unidade de conservação. O PNCV ocupará também uma região pertencente ao Município de Teresina de Goiás, que tem sua sede às margens da rodovia GO 118. Essa rodovia se conecta à GO 241 para ligar Cavalcante a Alto Paraíso.

Com a ampliação, o PNCV tende a exercer maior influência no Município de Cavalcante, uma vez que o seu plano de manejo prevê um novo portal na face norte do parque, que abrange uma área próxima a um atrativo turístico conhecido como “Ponte de Pedra”. Outras iniciativas previstas no plano de manejo do PNCV visam à melhoria das condições de visitação e à diversificação

nas opções de atividades. Desta forma, as decisões do ICMBIO, órgão governamental responsável pela administração das unidades de conservação federais, exercem influência direta em Cavalcante.

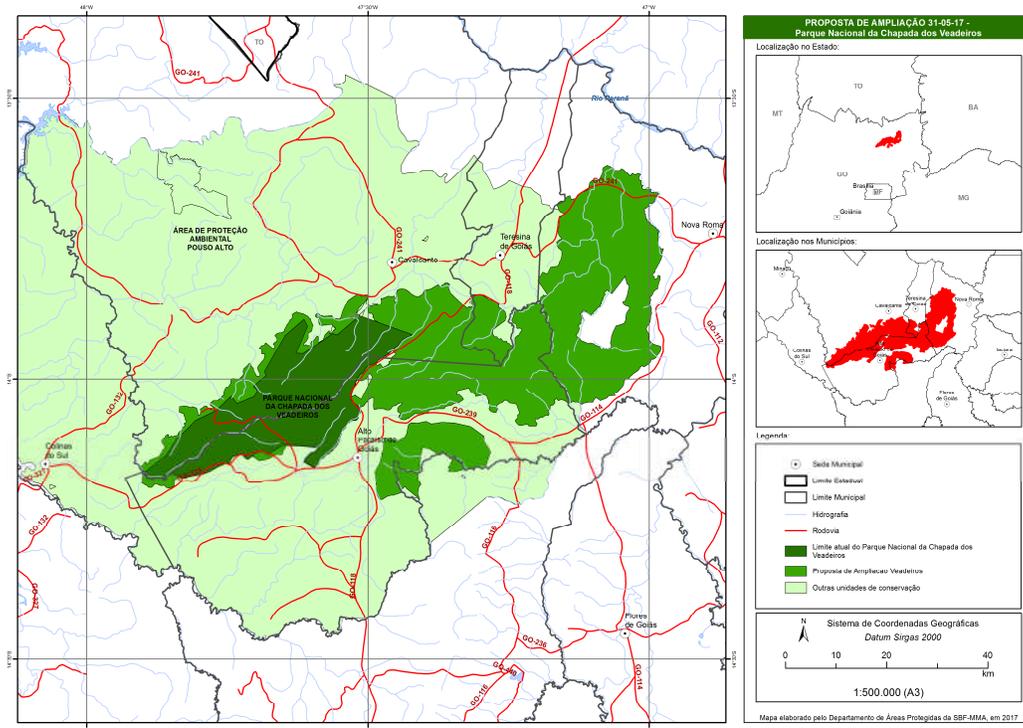


Figura 6: Mapa do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros
Fonte: Site do ICMBIO (Departamento de Áreas Protegidas da SBF-MMA), 2017.

Uma dessas decisões é o processo de concessão de serviços no PNCV, que tem como objetivo a cobrança de ingressos, a implementação de transporte interno, a preparação e o acompanhamento de áreas de acampamento, e a implementação de uma loja de conveniências. Esses serviços têm, inicialmente, seu foco na sede do parque, mas essa estruturação afeta direta ou indiretamente o Município de Cavalcante, pois o fluxo turístico para a região da Chapada dos Veadeiros tende a aumentar.

Tanto a proteção restritiva que é executada em áreas de proteção integral, tais como os Parques Nacionais, quanto a existência do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, limitam as possibilidades de uso do solo de Cavalcante. Sendo assim, o turismo tem se apresentado como uma alternativa bem adaptada à região, pois, a proximidade com a capital federal (Brasília-DF) proporciona fluxo de turistas para a região. Esse fluxo tem crescido notoriamente

após a melhoria na rodovia de acesso, ocasionada pelas obras relativas à Copa do Mundo de Futebol, realizada no ano de 2014.

Com quase sete milhões de quilômetros quadrados, o Município de Cavalcante (Figura 7) é um dos maiores municípios do Estado de Goiás. Porém, sua densidade populacional é baixa, e a população estimada para o ano de 2016 não chegou a dez mil habitantes. Apenas 15% dos domicílios contam com esgotamento sanitário adequado, e nenhum desses domicílios conta com urbanização considerada adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). (IBGE, 2017)

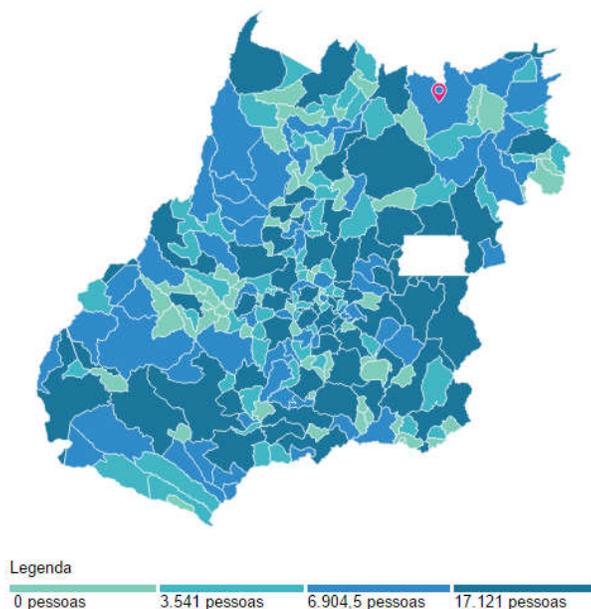


Figura 7: Mapa do estado de Goiás (marcador vermelho em Cavalcante)
Fonte: IBGE, 2017.

Em 2014, a proporção de pessoas ocupadas em Cavalcante, em relação à população total, era de apenas 8,2%. Consta que 48% da população vivia em domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que colocava Cavalcante na posição 9 de 246, dentre os municípios do estado, com pior rendimento, no que diz respeito a emprego e renda. No ano de 2015, mais de 90% do orçamento municipal era proveniente de fontes externas (Estado e União). (IBGE, 2017)

Conforme apresentado no Gráfico do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), de 2013 (**Gráfico 1**), o município de Cavalcante encontra-se numa faixa de desenvolvimento apenas “regular” (0.5648), sendo que o único

componente considerado como de desenvolvimento “moderado” foi o de “saúde”, atingindo 0.7373. O componente “educação”, por sua vez, foi classificado na faixa de desenvolvimento “regular” (0.5849), o que demonstra a clara necessidade de ações e políticas públicas para garantir melhores condições de vida. Por fim, o componente “emprego e renda” foi o indicador do Município de Cavalcante com pior classificação de desenvolvimento, puxando, assim, o índice geral para baixo. Esse componente foi classificado na faixa de “baixo desenvolvimento” (0.3721), permanecendo nesse mesmo cenário nos últimos oito anos, apenas mantendo algumas poucas oscilações.

Cavalcante - GO : (Ano 2013): IFDM 0.5648

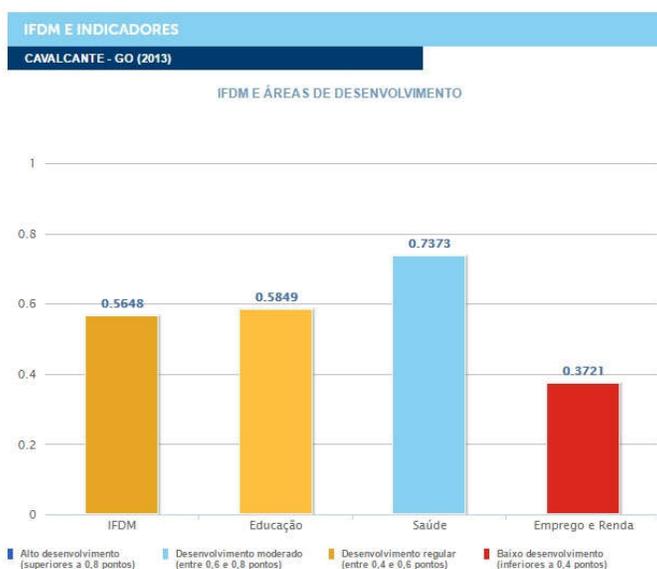


Gráfico 1: Índice Firjan do município de Cavalcante (Ano 2013)
 Fonte: SISTEMA FIRJAN, 2017.

2.2. SÍTIO HISTÓRICO E PATRIMÔNIO CULTURAL KALUNGA

O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga ocupa uma área de 253,2 mil hectares. Dessa área do Sítio, 71% está inserida no Município de Cavalcante, apesar de representar apenas 26% da área total deste município. Em Monte Alegre, representa 13% da área total, ocupando 10% da área total do município. Já em Teresina de Goiás, a despeito de representar apenas 15% da área do Sítio, ele ocupa 50% da área total do município. (MOREIRA, 2013)

Com uma população de, aproximadamente, cinco mil quilombolas (dados atuais indicam que a população pode chegar a sete mil), essa comunidade negra é formada por descendentes de povos africanos escravizados, que fugiram de cativeiros provenientes especialmente dos campos de mineração. Os negros fugidos organizaram um quilombo, que continuou recebendo outros negros e passando por interações com indígenas e andarilhos de áreas rurais, durante o período da libertação. Esse quilombo se localiza em um dos lugares de natureza mais exuberante e preservada do Brasil, a Área de Preservação Ambiental do Pouso do Alto, Região da Chapada dos Veadeiros, no Nordeste goiano. (COSTA, 2013)

O Território Kalunga é constituído por, aproximadamente, 62 povoados, distribuídos em quatro áreas principais: Vão de Almas, Vão do Moleque, Ribeirão dos Bois e Engenho II. Esses agrupamentos estão situados nos Municípios de Monte Alegre de Goiás, Teresina de Goiás e Cavalcante. Tais municípios localizam-se no Nordeste goiano, em um espaço conhecido como “Vãos da Serra Geral”, parte ocupada pelo Vale do Rio Paranã e seus afluentes, às bordas da Chapada dos Veadeiros. (MOREIRA, 2013)

O “Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga” abriga núcleos principais, conhecidos pela comunidade como “municípios”. Esses núcleos principais se subdividem em dezenas de “agrupamentos”. A região acidentada é formada por diversas serras, tais como Mendes, Mocambo e Morro Mangabeira, sendo que algumas delas se destacam por serem bastante íngremes, dificultando o acesso de viajantes. (BAIOCCHI, 1999)

O Território Kalunga camufla as habitações, e quase não se pode observar aglomerações residenciais. As habitações se espalham em grandes áreas, tornando-as parte da paisagem original, com uma intervenção visual quase imperceptível (BARRETO, 2006). Essa paisagem é de uma beleza esplendorosa, quando vista do alto, desvelando vales e platôs serranos. Aproximadamente 80% da mata nativa permanece preservada, devido à resistência e ao modo de vida do povo Kalunga (BAIOCCHI, 1999).

No caso específico da Comunidade do Engenho II, que se localiza em uma região mais próxima à sede do Município de Cavalcante, a organização se faz por meio de uma vila, onde existem escolas, posto de saúde, centro de atendimento a turistas, e outros equipamentos sociais de uso coletivo. Nessa

comunidade, está localizada a conhecida Cachoeira de Santa Bárbara (Figura 8), um dos principais atrativos da Chapada dos Veadeiros.



Figura 8: Cachoeira de Santa Bárbara
Fonte: Milena Argenta, 2017.

O fluxo crescente de visitantes que se dirige à Comunidade do Engenho II encontra na localidade uma estrutura que tem se organizado, nos últimos anos, para prover estrutura de receptivo ao visitante, diferentemente das demais comunidades circunvizinhas, as quais não dispõem da mesma estrutura. A busca por outras opções no Território Kalunga, além da Comunidade do Engenho II, tende a aumentar, principalmente após a abertura das novas pontes e da reforma das estradas, que ligam a Comunidade do Engenho II às Regiões do Vão do Moleque e do Vão de Almas.

2.3. ESPAÇOS DOS FESTEJOS

Os espaços dos Festejos (Figura 9) localizam-se às margens de rios ou córregos. No Vão de Almas trata-se de um dos afluentes do Rio Paranã, o Rio Branco, anteriormente denominado por Rio Almas (BAIOCCHI, 1999). Na Região do Vão do Moleque, a área de festejo está localizada ao lado de um córrego intermitente, identificado pela comunidade como Córrego dos Porcos.



Figura 9: Estrada no Território Kalunga (canto superior esquerdo), Rio Branco (canto superior direito), Área do Festejo (canto inferior esquerdo) e Romaria do Vão de Almas (canto inferior direito).

Fonte: próprio autor, 2015; Vale das Araras, 2017.

A realização, bem-sucedida, das festividades tradicionais está diretamente ligada ao fornecimento de água para várias finalidades (GONÇALVES, 2013). Os cursos d'água próximos às áreas dos Festejos Kalungas do Vão do Moleque e do Vão de Almas têm sofrido forte impacto ambiental negativo.

A utilização da água para lavar grandes tachos e panelas, para banho e, algumas vezes, para outras necessidades básicas, por centenas, ou até milhares de pessoas, simultaneamente, durante períodos de 05 a 12 dias, aliada à falta de estrutura de saneamento nos dois espaços de festejos, tem afetado o abastecimento de casas e de escolas da região e dos povoados que se localizam abaixo desses espaços. Sendo que, em alguns casos, tem sido necessário recorrer ao abastecimento por meio de caminhões pipa, que enfrentam grande dificuldade para chegar às áreas afetadas e para se locomover dentro do Território.

Nos espaços sagrados (áreas de festejo do Vão de Almas e Vão do Moleque) há em comum uma Capela, onde são realizadas as missas, novenas, procissões e ladainhas. Há também um espaço “profano” onde são realizadas as atividades festivas, reuniões e palestras, sendo que os bailões contam com

música ao vivo, dança em pares e distribuição de bebida alcoólica. Esse espaço festivo conta com dormitório para a família do festeiro, com um espaço coberto, que conta com equipamento de som, e com uma cozinha comunitária, que, apesar das variações, conta com ao menos uma pia, uma mesa e um fogão. (BAIOCCHI, 1999)

Há ainda um pátio central (Figura 10) com lugar para fogueira, para levantamento de mastro e para comércio e trocas simbólicas. Nesse espaço construído localizam-se também os ranchos familiares, que se espalham pelas laterais avançando dezenas de metros a partir da área central. Nesses ranchos reúnem-se os grupos de residência, as famílias e os parentes. Esses espaços familiares são provenientes de heranças dos antepassados, desta forma a terra representa a conquista dos primeiros moradores, pertencendo ao fundador do núcleo de moradia e aos descendentes. (BAIOCCHI, 1999)



Figura 10 - Pátio Central do Espaço de Festejo do Vão do Moleque
Fonte: Próprio autor, 2017.

Próximo aos espaços dos festejos há atrativos naturais, tais como, cachoeiras, cânions, piscinas naturais e fervedouros. No Vão de Almas foi observada a disponibilidade de um passeio de barco pago para visita a alguns

atrativos. No Vão do Moleque foi observado que a visita aos atrativos é realizada nos carros individuais, sendo que alguns atrativos, tais como as piscinas naturais dos rios Corrente e Correntinha são de fácil acesso pela estrada principal. Também é possível a contratação de guia no município de Cavalcante, com pacote completo, tanto para a visita ao espaço do festejo, quanto para a visita aos atrativos próximos, tais como a cachoeira e o cânion do rio Curriola.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA DA PESQUISA

A abordagem dos métodos e dos instrumentos metodológicos da presente pesquisa busca demonstrar a conexão entre os objetivos da mesma, a discussão teórica proposta e os fundamentos a serem utilizados para a análise dos dados coletados nas pesquisas documental e de campo.

O aporte teórico foi baseado no constructo epistemológico da pesquisa qualitativa, levando-se em consideração as bases epistemológicas que demonstram que o Turismo é um fenômeno social complexo, e que os elementos que constroem e, ao mesmo tempo, são construídos por esse fenômeno, devem ser analisados mediante um processo de contextualização que respeite as nuances locais.

Os aspectos metodológicos são compreendidos, nesta pesquisa, enquanto conexões interdisciplinares entre métodos. A escolha do método ou dos métodos depende do grau no qual se conjuga utilidade e aplicabilidade, ou seja, de como esses métodos auxiliarão no atingimento do objetivo geral e dos objetivos específicos (e questões de pesquisa, quando essas existirem). Isto quer dizer que a seleção deve levar em conta não apenas a capacidade de geração de dados, mas, também, o contexto de tempo e de recursos do pesquisador. (DUVAL; SHAW; COLES, 2012)

Deve-se entender os objetivos, gerais e específicos, estando diretamente conectados aos métodos e ao mapeamento desses elementos, consolidando as ligações. Um método particular pode ser capaz de fornecer informação para o atingimento de mais de um objetivo. (DUVAL; SHAW; COLES, 2012)

Retoma-se, aqui, a partir do texto da introdução, o entendimento da abordagem qualitativa do estudo de caso, e seu direcionamento descritivo e indutivo, enquanto um “exame detalhado de um ambiente, de um sujeito ou de uma situação particular” (GODOY, 1995, p. 03 *apud* SILVA, 2009).

A pesquisa qualitativa prioriza o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, ou de outros objetos de pesquisa ao invés de se ater à representatividade numérica. Os pesquisadores qualitativos buscam a superação do modelo positivista, aplicado ao estudo da vida social, acreditando que o pesquisador não deve fazer julgamentos ou permitir que seus preconceitos

e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997 – apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

A pesquisa qualitativa apresenta um alto grau de imprevisibilidade. Nela, o cientista é, ao mesmo tempo, o sujeito e o objeto, e seu conhecimento é parcial e limitado. A escolha da amostra visa produzir informações aprofundadas e ilustrativas. Assim, o tamanho pode ser relativizado, pois, o importante é a produção de novas informações (DESLAURIERS, 1991 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Tendo-se entendido e exposto algumas das características da pesquisa qualitativa, foi possível identificar que, dentro de um padrão que divide os estudos científicos em “normativos”, “explanatórios”, “descritivos” e “preditivos”, o presente estudo se identifica como “explanatório”. Essa modalidade tem foco na busca de respostas relacionadas a fenômenos particulares, e permite aos pesquisadores o desenvolvimento de previsões e hipóteses acerca do porque as coisas acontecem. (DUVAL; SHAW; COLES, 2012)

Em se tratando da abordagem, a pesquisa adotou o viés indutivo, ao invés do dedutivo, tendo como meta final a produção de teoria, evitando, assim, basear-se no teste de uma teoria pré-determinada. Nesse viés indutivo, a geração de dados surge cedo no processo de pesquisa, e deriva do ‘mundo real’ por meio de estudos de caso ou de trabalhos de campo. A análise desses dados e a sua interpretação também iniciam nos primeiros estágios, buscando sentidos por meio de comparações com o arcabouço teórico já produzido, e finalizam com constructos acerca do objeto de pesquisa e até mesmo do mundo. (DUVAL; SHAW; COLES, 2012)

Para consolidar a construção teórica acerca dos aspectos metodológicos e das escolhas de pesquisa, decidiu-se adotar um sistema com três fases de pesquisa, quais sejam:

- ❖ Pré-campo: incursões preliminares, levantamento bibliográfico e documental, e construção dos instrumentos de pesquisa;
- ❖ Campo: realização de entrevistas semiestruturadas e vivência *in loco*;
- ❖ Pós-campo: Análise e reflexão crítica, com base nos dados coletados e nos constructos teóricos e epistemológicos, que

envolvem o fenômeno social e complexo do turismo e de ciências sociais afins;

Neste contexto, na fase tratada como “pré-campo” consideram-se os contatos iniciais e visitas que ocorreram em um processo que envolveu, também, o desenvolvimento de eventos e de projetos técnicos junto à Comunidade Kalunga. Dentre esses, pode-se destacar o “Encontro das Tribos”, evento sociocultural realizado em outubro de 2013, envolvendo mais de oitenta voluntários, entre eles uma família de índios da etnia *Tapuya Fulni-ô*. Por meio do evento o pesquisador pôde participar dos processos de mobilização e de entrega de doações, além da vivência em oficinas. O evento proporcionou uma extensa programação cultural aos habitantes da Comunidade Kalunga do Engenho II e aos membros de outros agrupamentos que se dirigiram ao local.

Acerca das incursões preliminares de pesquisa, há de se destacar que foram realizadas quatro incursões pelo pesquisador, em 2016, que aliaram as questões referentes à presente pesquisa às questões referentes a um projeto técnico, aprovado no edital “DGM Brasil”, financiado pelo Banco Mundial, que visa implementar benfeitorias nas áreas dos Festejos Kalungas.

O levantamento bibliográfico e documental buscou abordar temas que contribuíram tanto com a fase de campo, quanto com o pós-campo, além de subsidiar o processo de construção dos instrumentos de pesquisa e o atingimento dos objetivos específicos. Desta forma, esse processo de levantamento perdurou durante toda a realização da pesquisa, buscando aprimorar e aprofundar as abordagens, bem como, trazer novos constructos teóricos que auxiliassem na compreensão do fenômeno estudado.

Como ponto de partida, os principais autores trabalhados para o embasamento epistemológico nos temas de turismo e de planejamento foram: Marutschka Moesch, Mario Carlos Beni, Edgar Morin, Colin Michael Hall e Alexandre Fortes. Com relação à contextualização, a principal autora utilizada foi Mari de Nasaré Baiocchi, antropóloga responsável pelo levantamento antropológico que possibilitou a demarcação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

Na fase de “campo”, definiu-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, aliadas à vivência in loco.

A entrevista semiestruturada é um dos tipos de entrevistas no qual é produzida uma lista clara de tópicos e/ou questões aplicadas durante a entrevista de forma flexível, sem definição rígida de quando e como serão discutidas (DUVAL; SHAW; COLES, 2012).

O processo de vivência in loco se baseou se baseou no método observação sistemática que é utilizada em situações nas quais o pesquisador encontra dificuldades para participar ativamente dos processos de interação durante um longo período de tempo. Esse método de observação permite a coleta de informação sem participação contínua. O pesquisador deverá se basear em uma lista de itens relacionados aos objetivos da pesquisa e que permitam destacar padrões de comportamento. Também é necessário que o pesquisador se comporte de forma a não atrapalhar os processos de interação que estão sendo observados. Esse método exige uma visão geral do público estudado. (DUVAL; SHAW; COLES, 2012).

No caso específico da presente pesquisa a lista de itens a serem observados estava presente nos próprios questionários.

Essa observação permitiu o refinamento dos demais instrumentos de pesquisa, bem como o maior conhecimento dos aspectos positivos e negativos do contexto pesquisado e dos atores sociais envolvidos neste contexto.

Assim, o levantamento de dados de campo foi executado na área do festejo realizado no do Vão de Almas, no mês de agosto de 2017, no povoado do Engenho II e no Vão do Moleque, no mês de setembro de 2017. Foram definidos os seguintes atores/grupos de atores para a realização de entrevistas (Quadro 1):

ATORES/GRUPOS	DESCRIÇÃO	MÉTODO
Poder Público	- Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e de Turismo de Cavalcante-GO; - Representante do Governo do Estado de Goiás;	Entrevistas Semiestruturadas
Comunidade / Povoados	- Representantes comunitários e integrantes das comunidades Kalunga	Entrevistas Semiestruturadas e não estruturadas

Associações Quilombolas	- Presidentes de Associações Kalungas	Entrevistas Semiestruturadas
Turistas	- Moradores de municípios vizinhos; - Moradores de Brasília ou Goiânia; - Moradores de outros Estados; - Estrangeiros;	Entrevistas Semiestruturadas e não estruturadas

Quadro 1: Grupos e Atores definidos para as entrevistas

Fonte: próprio autor.

Os temas gerais que guiaram as entrevistas semiestruturadas foram:

- Percepções sobre o turismo no Território Kalunga;
- Percepções sobre a visitação turística nos festejos;
- Participação ativa nos processos de planejamento para o Território Kalunga;
- Percepções a respeito de possíveis problemas ambientais nos festejos;
- Percepções a respeito do desenvolvimento local do Território Kalunga;

Traçou-se, ainda, temas específicos para cada perfil de público entrevistado:

Líderes comunitários e presidentes de associações (APÊNDICE I):

- Percepções sobre as principais contribuições dos festejos para as comunidades;
- Percepções sobre as principais dificuldades e questões negativas dos festejos;
- Percepções sobre ações necessárias para melhorias na realização dos festejos;
- Percepções acerca da visão da comunidade a respeito de ações de melhorias na realização dos festejos;

Gestores públicos (APÊNDICE II):

- Conhecimento da gestão pública a respeito dos festejos;
- Conhecimento acerca do aumento da visitação turística nos festejos e dos impactos ambientais gerados por esse aumento;
- Existência de planos, programas ou projetos voltados para o desenvolvimento do turismo no Território Kalunga;
- Existência de políticas públicas voltadas à minimização de impactos ambientais negativos e à melhoria das condições de visitação turística nos Festejos Kalungas;

Turistas (APÊNDICE III)

- Conhecimento prévio acerca dos Festejos Kalungas;
- Percepções acerca do que foi visto no festejo;
- Percepções acerca da participação no festejo;
- Conhecimento acerca de problemas ambientais nas áreas dos festejos;
- Percepções acerca da necessidade de melhorias;
- Intenção de retornar ao território para realizar outras atividades turísticas;

Devido ao cronograma das festas e às limitações de tempo e recurso, a primeira incursão, na região do Vão de Almas, foi realizada em apenas uma parte da festa, tendo a duração de três dias e servindo para observação e aperfeiçoamento da metodologia da pesquisa. Porém, mesmo não abrangendo todo o evento, cuja programação oficial dura cinco dias, mas que reúne pessoas durante mais de dez dias, foi possível observar vários pontos relevantes com relação à organização da comunidade para o evento, os impactos positivos e negativos e o perfil dos visitantes. Também foi observada a dinâmica dos participantes da festa com relação a transporte, alimentação, banho, participação nas atividades culturais e nas atividades de entretenimento.

Na segunda incursão, realizada na Romaria de São Gonçalo e Nossa Senhora do Livramento, também conhecida como Festejo do Vão do Moleque, o processo de vivência in loco compreendeu um período de nove dias, iniciando-se durante os dias de término da montagem da festa e acompanhando todos os

dias de programação oficial do evento. Nessa incursão, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários, gestores públicos, visitantes e representantes de associações. Houve, também, a vivência in loco em reuniões entre a comunidade e gestores públicos estaduais e municipais, bem como a realização de conversas informais com visitantes, moradores da região e líderes comunitários, pois a dinâmica da festa não favorecia a realização de entrevistas semiestruturadas.

Explicitando, em termos quantitativos, foram realizadas 19 entrevistas semiestruturadas. Foram 10 entrevistados do sexo masculino e 09 do sexo feminino, sendo 09 visitantes, 06 representantes da comunidade Kalunga, 02 presidentes de associações Kalungas e 02 integrantes da comunidade Kalunga. Também, durante o processo de vivência in loco houveram conversas informais com outros integrantes da comunidade Kalunga, com visitantes e líderes comunitários.

Os entrevistados são identificados nesta pesquisa conforme o Quadro 2, a seguir:

Entrevistado	Perfil
Entrevistado A	Representante do governo do estado de Goiás, de origem Kalunga. Reside atualmente em Goiânia-GO
Entrevistado B	Representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Cavalcante-GO. Reside em Cavalcante-GO
Entrevistado C	Representante comunitário da região do Vão do Moleque. Reside em Cavalcante-GO passando alguns períodos no Território Kalunga.
Entrevistado D	Integrante da comunidade Kalunga proveniente do povoado de Sicuri. Reside no Território Kalunga, próximo ao município de Monte Alegre-GO.
Entrevistado E	Integrante da comunidade Kalunga proveniente da região do Vão do Moleque. Reside em Cavalcante-GO passando alguns períodos no Território Kalunga.
Entrevistado F	Representante comunitário da região do Vão do Moleque. Reside no Território Kalunga.
Entrevistado G	Representante comunitário da região do Vão de Almas. Reside no Território Kalunga.
Entrevistado H	Presidente de Associação. Reside em Cavalcante-GO passando alguns períodos no Território Kalunga.
Entrevistado I	Presidente de Associação. Reside em Cavalcante-GO passando alguns períodos no Território Kalunga.

Entrevistado J	Visitante que se identifica como mochileira e foi aos dois festejos no ano de 2017. Proveniente do estado de São Paulo, sem residência fixa.
Entrevistado L	Visitante que se identificou como repórter fotográfico e informou que faz um trabalho voluntário no Festejo do Vão de Almas há vários anos. Reside em Brasília-DF.
Entrevistado M	Visitante que se identificou como repórter fotográfico e informou que foi ao Festejo do Vão de Almas pela primeira vez, para auxiliar no trabalho voluntário do entrevistado L. Reside em Brasília-DF.
Entrevistado N	Visitante de origem italiana que desempenha um trabalho voluntário ligado à igreja Católica. Reside em Cavalcante-GO.
Entrevistado O	Visitante proveniente do município de Cavalcante que informou que frequenta as romarias e festas Kalungas há muitos anos. Reside em Cavalcante-GO
Entrevistado P	Casal de visitantes que se identificou como viajante. Sendo um proveniente do Rio de Janeiro-RJ e um de origem peruana. Permaneceram em Cavalcante-GO por aproximadamente 03 meses e visitaram, junto a um casal de amigos, os dois festejos no ano de 2017. Sem residência fixa
Entrevistado Q	Visitante de origem alemã que foi pela primeira vez ao festejo do Vão do Moleque. Decidiu morar em Cavalcante-GO com a família, mas havia chegado a poucos dias à cidade.
Entrevistado R	Visitante e comerciante proveniente do município de Cavalcante-GO, que foi, no ano de 2017, tanto aos dois festejos estudados, quanto ao festejo de Salinas, outro importante evento da comunidade Kalunga, tendo trabalhado como comerciante no festejo do Vão do Moleque. Reside em Cavalcante-GO.
Entrevistado S	Visitante que se identificou como pesquisadora e visitou o festejo do Vão do Moleque pela primeira vez. Reside em Goiânia-GO.
Entrevistado T	Representante comunitário do povoado Engenho II, pioneiro na implementação das associações Kalungas e da Visitação turística no Território Kalunga.

Quadro 2: Perfil dos Entrevistados

Fonte: próprio autor.

A apresentação dos dados coletados em campo foi feita por meio de um procedimento baseado no objetivo geral e nos objetivos específicos da pesquisa. Para embasar essa apresentação, foi utilizada uma abordagem que traz as **contribuições gerais** e as **contribuições específicas** à pesquisa.

Em se tratando das **contribuições gerais**, foram selecionados os seguintes aspectos:

- ✓ Panorama geral
- ✓ Percepções sobre a visitação nos festejos
- ✓ Contribuições dos eventos tradicionais
- ✓ Conhecimento da gestão pública sobre os festejos
- ✓ Turismo no Território Kalunga

Para a análise das **contribuições específicas**, foram definidos três **temas orientadores**:

1. Participação no fenômeno turístico local;
2. Impactos Gerais;
3. Correlação dos dados coletados com a discussão teórica;

Após a definição dos dois temas orientadores, houve a definição das **categorias de análise** ligadas a cada tema:

1. Participação no fenômeno turístico local;
 - a) Participação efetiva nas Festas Kalungas;
 - b) Envolvimento no fenômeno turístico do Território Kalunga.
2. Impactos Gerais;
 - a) Impactos relativos à comunicação;
 - b) Impactos relativos à gestão ambiental;
 - c) Impactos relativos ao dinamismo econômico;
 - d) Impactos relativos à infraestrutura;
 - e) Impactos relativos ao processo de consolidação e gestão do território.
3. Correlação dos dados coletados com a discussão teórica;

A divisão dos dados em contribuições gerais e específicas, a elaboração dos temas orientadores e a definição das categorias de análise permitiu a maximização dos resultados da pesquisa, uma vez que proporcionou as

condições necessárias para a melhor compreensão e contextualização dos dados coletados em campo. Esse procedimento metodológico, também, pode permitir ao leitor a compreensão dos caminhos trilhados durante a pesquisa e, por consequência, o entendimento das proposições e dos dados.

Os temas orientadores e as categorias de análise tiveram como base os critérios de **recorrência** de alguns dados e relatos, a **contradição** entre os relatos de alguns entrevistados ou entre esses relatos e os dados levantados no processo de vivência in loco, e a **inconsistência** de alguns discursos.

Desta forma, a descrição dos dados coletados em campo seguiu o procedimento metodológico, trazendo, primeiramente, as contribuições gerais, mediante os assuntos pré-definidos e, depois, as contribuições específicas, mediante os temas orientadores e as categorias de análise. Visando à objetividade e à concisão desse processo de descrição, não foram expostos os relatos dos entrevistados sobre todos os assuntos gerais ou temas orientadores. As contribuições foram inseridas no texto à medida que os novos dados se consolidavam e estabeleciam correlações com a pesquisa.

Com relação à base epistemológica, essa elaboração de categorias de análise utilizou princípios da teoria da complexidade, tais como o paradigma da interdisciplinaridade para buscar, em diversas disciplinas e na interação entre essas, elementos que auxiliem os processos de compreensão e abstração dos dados obtidos. O arcabouço teórico produzido por turismólogos, sociólogos, geógrafos e antropólogos contribuiu diretamente com o estudo de caso. Textos de referência em estudos do turismo, e as respectivas categorias trabalhadas nesses textos, serviram como parâmetro, tanto no momento de definição, quanto no momento de aplicação das categorias.

Elementos básicos do fenômeno turístico, tais como cultura (práticas tradicionais e troca de saberes), comunicação (interação), lugar (território/espço), sujeito (comunidade/turista), desenvolvimento local e participação social, foram trabalhados nas categorias de forma indireta. Todos esses elementos foram contextualizados à realidade rural quilombola, e às nuances do território.

CAPÍTULO 4: ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES GERAIS E ESPECÍFICAS

4.1. CONTRIBUIÇÕES GERAIS

4.1.1. Em busca de uma visão panorâmica

Os visitantes, entrevistados nas duas incursões, em geral, ressaltaram a beleza cênica dos locais dos festejos, a riqueza cultural dos eventos tradicionais, a organização comunitária dos rituais, rezas e danças, além da forma peculiar com que os Kalungas acolhem os visitantes, destacando esses aspectos como características marcantes do Território Kalunga.

Essa dinâmica de organização e de acolhimento foi descrita por um dos entrevistados como “um grande exemplo de coletividade”, e definida por uma visitante, durante o processo de observação, da seguinte forma: *“Tudo aqui é muito intenso, é de verdade, é vivo”*.

Observou-se que a organização coletiva é capitaneada pela figura do “festeiro”. Esse “festeiro” é coroadado, simbolicamente, como o “imperador” daquele ano, durante as celebrações. O “imperador” reúne os familiares e amigos para realizar várias tarefas, entre elas a construção ou a reforma de ranchos de palha de buriti e de instalações onde são realizadas as atividades coletivas.

O “festeiro”, geralmente, fornece comida e bebida para um grande número de visitantes. Para gerenciar essa logística, a família do “festeiro” se instala nos cômodos da construção central do evento, que conta com um ou dois quartos, variando de uma área de festejo para a outra, com uma cozinha e com um “barracão”, onde são realizados os bailões e outras atividades coletivas.

Esse “festeiro” é eleito, anualmente, pelos representantes da comunidade Kalunga, nos últimos dias das festas, e se torna, durante o período de um ano, responsável pelos contatos e pelas ações necessárias para a realização do próximo festejo. Para os contatos com a prefeitura, com os representantes do governo do Estado de Goiás, e com os representantes de outras entidades (em especial, a Fundação Cultural Palmares), os “festeiros” contam com o apoio da

Associação Quilombo Kalunga (AQK – “Associação Mãe”) e da Associação Kalunga de Cavalcante (AKC).

Os dois “festeiros”, responsáveis pelos festejos de 2017, relataram que os gastos financeiros pessoais são bastante altos, podendo passar de vinte mil reais. Esses mesmos relatos informaram que devido à grande responsabilidade e aos altos custos, cada pessoa só exerce essa função uma única vez.

O histórico das festas e das romarias (Figura 11), promovidas pela Comunidade Kalunga, demonstra que a finalidade principal é de promover encontros e reencontros. O elo da fé, reforçado em reuniões, ladainhas e rezas, impulsiona a aproximação e serve de mote para o reencontro festivo, que não se restringe a questões religiosas, tornando-se uma grande festa com cantos, danças e bailões que atravessam madrugadas. Esse reencontro simboliza uma época que era, e ainda é, vivida de forma comunitária, na qual as dificuldades relativas às distâncias impostas pelo território e pela própria organização social Kalunga são vencidas, reafirmando, assim, a união. (JUNIOR, 2008)



Figura 11: Romaria do Vão do Moleque
Fonte: próprio autor

Esse histórico corrobora com as impressões de campo e demonstram que os eventos são pensados e organizados para receber os próprios Kalungas, que moram nos municípios próximos ou se mudaram em busca de trabalho e de estudo, bem como aqueles que ainda moram no Território Kalunga.

Dessa forma, a impressão é que os visitantes são recebidos como se fossem amigos ou parentes. Nessa lógica, os visitantes precisam se adaptar e respeitar as características dos eventos. De forma geral, não existe a necessidade de se recorrer a serviços de hospedagem e de alimentação, e não existem muitas opções para se recorrer a esses serviços.

4.1.2. Opinião sobre a visitação nos festejos

Todos os entrevistados relataram um alto grau de satisfação com a experiência de poder participar dos Festejos Kalungas, e demonstraram interesse em retornar nos próximos anos, e a indicar a visitação aos amigos. O esforço empreendido pelos moradores de cada povoado para receber tanto os Kalungas de outras áreas, como os visitantes externos, foi exaltado.

Vimos para conhecer a cultura Kalunga. Fomos à Festa do Vão de Almas. Antes de ir lá, nunca tínhamos ido a nenhuma comunidade quilombola. Nossa interação com os Kalungas foi bastante acolhedora. Eles se aproximaram de nós com curiosidade. Um jovem Kalunga conversou em espanhol com a gente... As encenações, as rezas e as procissões foram o que nos chamaram mais atenção. Eles nos ofereceram comida, nos chamaram para dançar forró. Além da festa, a gente passou muito tempo no rio do Vão de Almas, que é muito legal. Aqui, no Vão do Moleque, foi muito interessante conhecer uma família. O que mais me agrada é o modo de vida deles ser tão tradicional. A gente gostou muito de ver eles pilando o arroz. O povo aqui foi bastante receptivo, ofereceu cerveja e comida para a gente. (ENTREVISTADOS "P")

O relato acima demonstra a satisfação do casal de entrevistados com relação ao acolhimento proporcionado pela Comunidade Kalunga. Outro ponto a ser observado é a valorização dos processos de interação com as manifestações culturais e com o modo de vida tradicional. Os entrevistados relataram a experiência positiva que tiveram ao serem hospedados, gratuitamente, no quintal da casa de uma família que proporciona serviços de camping.

Essa família mora a, aproximadamente, um quilômetro da área do Festejo do Vão do Moleque e é formada por uma senhora Kalunga, que morou muitos anos fora do Território Kalunga, seu filho, já em idade adulta, e o atual marido, que é proveniente da região nordeste do Brasil.

Ficaram hospedados com essa família alguns representantes de associações Kalungas, voluntários e consultores de projetos. O pesquisador

também se hospedou na área de camping, por três dias, e coletou informações acerca dos atrativos naturais da região, bem como sobre o histórico das Festas realizadas na região, e sobre a dinâmica do território, fora da época dos eventos.

Durante o processo de vivência in loco a família proporcionou ao casal de entrevistados, e a dois amigos do casal, hospedagem gratuita por um dia. Os demais hóspedes da área de camping, incluindo o pesquisador, contribuíram financeiramente com valores não estipulados previamente. Os hóspedes também tiveram a oportunidade de participar do processo de produção de açafraão e arroz. No último dia da festa, a família levou o pesquisador e outros hóspedes para visitar a “Cachoeira dos Porcos” (Figura 12), um dos atrativos naturais da região do Vão do Moleque, que não conta com trilha demarcada ou serviço comercial de guiagem.

Essa experiência, acima descrita, não reflete a realidade da grande maioria dos visitantes, tanto da área de festejo do Vão de Almas, quanto da área de festejo do Vão do Moleque. Em geral, os visitantes montam suas barracas em áreas próximas aos ranchos de palha ou de adobe, ocupados pelas famílias Kalungas. Alguns visitantes ocupam áreas mais distantes da área central dos festejos, devido ao som alto e à grande movimentação noturna. Esses visitantes se instalam em áreas naturais próximas aos cursos d'água ou em matas fechadas. As condições de estadia não foram criticadas pelos entrevistados. As suas críticas foram direcionadas a questões que, apesar de se referirem, também, às condições de hospedagem, estavam mais ligadas aos impactos ambientais.



Figura 12: Cachoeira dos Porcos

Fonte: próprio autor

4.1.3. Contribuições dos Festejos para a Comunidade Kalunga

Com relação às contribuições, líderes comunitários e representantes de associações informaram que as romarias e as festas Kalungas servem para a transmissão de conhecimento, para a manutenção e fortalecimento de elementos culturais. Segundo esses relatos, os momentos festivos funcionam como pontos de encontro para o intercâmbio cultural entre os diversos povoados, e proporciona, também, a oportunidade para a realização de trocas e vendas da produção agrícola e de animais do campo, bem como de outros itens necessários para a subsistência.

Essa função de transmissão de elementos socioculturais, atribuída às festas Kalungas, é comum em outras comunidades quilombolas que se fixaram em áreas rurais pelo Brasil.

A vida nas comunidades negras rurais é intercalada por sons dos instrumentos de trabalho e batidas de tambores nas festas, percussões que contam histórias, lutas, alegrias e tristezas do povo negro... (MOURA, 2012, p. 69)

A música auxilia as comunidades no processo de compreensão de sua identidade cultural. Durante as festas, a música é o elemento comum em quase todos os rituais, deixando evidente a sua influência nas comunidades. As letras das músicas cumprem um papel de contar histórias e de transmitir valores. As práticas religiosas se integram de forma inseparável com as festas, e revelam importantes aspectos da dinâmica cultural. O ritual funciona como um modo que as comunidades negras rurais utilizam para apresentarem, para si mesmas, as estruturas de organização social que se desmontam e remontam ciclicamente. A repetição de padrões torna possível perceber a estrutura que articula essas celebrações festivas, deixando claras as semelhanças culturais. (MOURA, 2012)

Esse papel de transmissão de conhecimentos e de elementos culturais é o que caracteriza as festividades Kalungas. Neste sentido, a visita turística pode servir como fator motivador, tendo em vista que a grande maioria dos visitantes entrevistados relatou ter como objetivo principal de visita a observação e a interação durante os momentos em que são realizados os rituais, tais como as procissões, rezas e ladainhas, assim como a dança da Sussa.

Os festejos são espaços de integração e diversão, de valorização da cultura, tendo como elemento principal as rezas; A interação com os visitantes é muito boa. A comunidade gosta de receber o povo de fora. Nosso povo sempre foi e sempre será muito acolhedor. (ENTREVISTADA "I")

Segundo o Entrevistado "G", os jovens Kalungas, que moram nas áreas urbanas, têm perdido um pouco do interesse pelos elementos tradicionais, e têm dificuldades para enxergar as festividades como momentos importantes para a formação sociocultural. Porém, ainda, segundo os relatos do referido entrevistado, o interesse dos turistas por esses elementos gera curiosidade e interesse nos jovens Kalungas, motivando-os a participarem de forma mais vívida durante os momentos de danças e de realização dos rituais religiosos.

4.1.4. Turismo no Território Kalunga

Para buscar elementos que permitissem uma compreensão mais aprofundada da visão da Comunidade Kalunga a respeito do turismo em seu território, realizou-se a vivência in loco no povoado do Engenho II. Foram visitadas as cachoeiras de Santa Bárbara e Capivara, além do diálogo com os

anciões da comunidade. A estadia no povoado do Engenho II, aliada a outras visitas feitas ao mesmo povoado nos anos de 2016 e 2017, permitiu a observação de elementos importantes, no que tange à visitação turística. Também pôde ser observada a forma como o povoado tem se organizado mediante o crescimento do fluxo de visitantes e o posicionamento dos moradores com relação ao fenômeno turístico.

Logo após as primeiras visitas, o pesquisador retornou ao Município de Cavalcante, a fim de conseguir transporte para se dirigir ao Festejo do Vão de Almas, onde foram realizadas as primeiras entrevistas. Esse deslocamento foi realizado no mesmo transporte utilizado pelos próprios Kalungas, qual seja, um caminhão, conhecido popularmente como “Pau de Arara”, no qual as pessoas se sentam em travessas de madeira distribuídas em uma caçamba e colocam suas cargas de comida, mochilas e objetos de uso pessoal abaixo dos assentos.

Os primeiros relatos revelaram a vocação natural da Comunidade Kalunga no que tange ao acolhimento dos visitantes, bem como, a importância que os representantes comunitários dão para os processos de educação e para o movimento de educação do campo.

A interação entre o Kalunga e o povo de fora sempre foi muito boa. Nosso povo sempre gostou de receber as visitas. Tanto que, hoje, já está vindo muita gente para as festas porque recebe o convite... Mas tudo tem que partir da educação, que já trouxe grandes avanços, por meio da implementação das escolas de ensino médio e dos cursos superiores, com o ensino de alternância em que o jovem leva a experiência da comunidade para a academia e traz o conhecimento da academia para a comunidade... Tem que vir tudo a partir do ensino, tem que haver outros cursos, outras formações além do professor. (...) A gente não tem muitas pessoas formadas em turismo, apesar de hoje a gente já ter um pedacinho do Território Kalunga que é um potencial do turismo. (ENTREVISTADA “I”)



Figura 13 - Frase sobre o turismo no povoado Kalunga Engenho II
Fonte: Milena Argenta

O relato apresentado, reforçado pela frase “*Graças a Deus temos o turismo que melhorou muito nossas vidas*” (Figura 13), demonstra que a Comunidade Kalunga enxerga a visitação turística como uma interação bastante positiva. Durante o processo de vivência in loco, foi possível perceber o interesse dos moradores das regiões do Vão de Almas e do Vão do Moleque pela expansão da visitação turística. Hoje, com exceção da visitação aos Festejos e ao Complexo de Cachoeiras do Prata, o qual não possui um povoado Kalunga de referência e não conta com estrutura de recepção ou cobrança de ingressos, essa visitação fica restrita ao povoado do Engenho II.

A entrevistada “E”, integrante da família que disponibilizou serviços de camping para visitantes do festejo do Vão do Moleque, revelou que, tanto a família dela, como outras famílias, têm grande interesse em trabalhar com hospedagem, alimentação e outros serviços turísticos em suas casas e nos atrativos.

O turismo ainda tem muito o que desenvolver aqui no Território Kalunga. Temos as manifestações culturais, rios, trilhas e cachoeiras.
(ENTREVISTADO “H”)

O entrevistado “B” informou que já existem alguns guias, de origem Kalunga, que levam turistas às outras áreas do território. Esses guias fecham parcerias informais com famílias que moram permanentemente no território, para o fornecimento de comida e para a condução em trilhas. Esse serviço de

guiagem pode ser contratado no Centro de Atendimento ao Turista (CAT) de Cavalcante. Segundo a entrevistada “I”, caso os turistas não tenham veículos com tração nas quatro rodas, existem alguns fornecedores de serviço de transporte. Porém, os serviços de transporte e de guiagem funcionam de forma independente e informal.

Foi detectado um conflito de interesses referente a um dos atrativos mais visitados do Município de Cavalcante, o complexo de cachoeiras do Prata, que tem a cachoeira do “Rei do Prata” (Figura 14) como seu principal atrativo. Segundo o entrevistado “H”, a área do complexo pertence ao Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Porém, empreendedores e fazendeiros da região têm reivindicado o direito de cobrança de taxa de entrada nessa área. No ano de 2017, foi estabelecido que a visita sem a contratação de guia credenciado está proibida. Houve relatos de que a cobrança da taxa de entrada está sendo efetuada em um comércio instalado na área urbana do Município de Cavalcante, porém, essa cobrança não teve a anuência da Comunidade Kalunga ou de suas associações, não gerando, assim, benefícios diretos ou indiretos.



Figura 14 - Cachoeira do Rei do Prata

Fonte: próprio autor

Outro ponto que se fez presente nos relatos dos entrevistados é o perfil dos turistas que visitam os eventos tradicionais. Os entrevistados “D” e “G” relataram que os turistas que se dirigem à região da Chapada dos Veadeiros e

ao Município de Cavalcante, tem como motivação principal as visitas às cachoeiras e outros atrativos naturais, e não costumam visitar as festividades tradicionais, sendo que os visitantes das festividades, que não moram na região, são, em sua maioria, pesquisadores e voluntários.

Temos alguns casos de pessoas que nunca vieram aos festejos. Contratam um pacote em Cavalcante e caem de paraquedas aqui. Nós não temos um trabalho de acompanhamento dessas pessoas e não sabemos onde elas estão acampando ou como elas estão utilizando os rios. Alguns turistas vêm porque são convidados por alguém da comunidade ou do município. (ENTREVISTADA “I”)

Foi observada, também, a visitação de alguns mochileiros e andarilhos que tendem a permanecer na região da Chapada dos Veadeiros e, mais especificamente, no Município de Cavalcante, por alguns meses ou períodos maiores, tendo mais tempo para interagir com a comunidade local e visitar as festas tradicionais.

As observações realizadas durante a vivência in loco corroboram com esse relato a respeito do perfil dos visitantes de fora da região. Quase todos os visitantes, que não eram moradores dos municípios próximos, e foram entrevistados pelo pesquisador, encaixavam-se no perfil descrito. *“Do povo que vem de fora, a maioria é amigo de algum Kalunga ou está por aqui fazendo pesquisa ou projeto”*, relatou o entrevistado “G”.

Com relação aos visitantes que moram nos municípios próximos ao Território Kalunga, em especial os de Cavalcante-GO, os perfis se misturam, devido à grande quantidade de pessoas provenientes desses locais, e que visitam os Festejos Kalungas. Uma grande parte desses visitantes é proveniente ou tem família em algum dos povoados do Território Kalunga.

Os entrevistados “H” e “I”, ambos presidentes de associações, ressaltaram que a Comunidade Kalunga não está preparada para receber tantas pessoas durante os festejos ou, mesmo, um fluxo contínuo de visitantes para os atrativos naturais da região, ainda que em outras épocas.

Esses representantes defendem que o intercâmbio cultural pode auxiliar a comunidade. Porém, segundo a entrevistada “I”, esse intercâmbio precisa estar sustentado em um processo de educação que proporcione condições para o exercício do protagonismo, bem como para o desenvolvimento intelectual.

Processos bem embasados e inovadores de educação e de transmissão do conhecimento podem trazer melhorias para a produção agrícola e para a consolidação do turismo, contribuindo, ainda, para a preservação dos recursos naturais que caracterizam o território.

Hoje, já tem muita gente que fica lá no Engenho, mas eles poderiam vir aqui para as outras áreas, visitar as festas, as cachoeiras e até ficarem com as famílias que é uma vivência bem diferente. E, além disso, o turismo ajudaria muito na produção agroecológica que já existe por aqui. Mas para que isso acontecesse precisaria ter mais gente estudando o turismo, principalmente os jovens. (ENTREVISTADA “I”)

O relato da entrevistada “I”, que além de presidente de associação também é educadora e faz parte do movimento de “educadores do campo”, demonstra conhecimento acerca da complexidade do fenômeno turístico. Conforme exposto na discussão teórica, o fenômeno turístico não pode ser visto apenas pela ótica dos benefícios econômicos.

A hotelaria, a agência de viagem, os transportes, o receptivo, os destinos turísticos em geral; o turismo como negócio, o gerenciamento das organizações turísticas, o marketing turístico, o desenvolvimento e o planejamento turístico, quando tomados como uma práxis, já sabem, por certo, que não basta uma série de procedimentos técnicos para que o sujeito se transcenda em seu nomadismo... O sujeito turístico é corpo – alma – natureza - sociedade, numa ânsia permanente e intencional de transcendência. (MOESCH, 2004, p. 484)

Neste sentido, o anseio de jovens da Comunidade Kalunga pela formação acadêmica em turismo, e pela participação direta e indireta da academia nos processos de desenvolvimento socioeconômico e sociocultural, demonstrado pela entrevistada “I”, corrobora com os paradigmas defendidos por epistemólogos do turismo. O envolvimento da comunidade em processos inovadores de educação, aliado, mas não restrito, à formação técnica e profissionalizante, e à pesquisa acadêmica, podem auxiliar a Comunidade Kalunga no que tange ao planejamento e ao desenvolvimento do turismo em seu território.

O Kalunga precisa ser o próprio autor da sua história e se apropriar do seu território. O Turismo precisa ser estendido para todo o território, que é bastante rico em belezas naturais... A capacitação dos Kalungas e o fortalecimento das suas associações pode proporcionar melhorias de qualidade de vida. (ENTREVISTADA “A”)

4.1.5. Conhecimento da gestão pública sobre os festejos

Durante o processo de vivência in loco, foi possível perceber que o poder público municipal tem conhecimento acerca de alguns aspectos dos eventos promovidos pela Comunidade Kalunga. Alguns órgãos da Prefeitura Municipal de Cavalcante aproveitam a oportunidade de agrupamento da comunidade para promover reuniões, palestras e solenidades, tendo em vista, que devido às características do território e aos padrões socioculturais os Kalungas não costumam se reunir com muita frequência.

O entrevistado “B”, representante da Prefeitura Municipal, demonstrou conhecimento acerca das dificuldades logísticas para a realização dos eventos e acerca dos custos que ficam sob a responsabilidade do Festeiro (Imperador). Também relatou que a Prefeitura Municipal conhece os impactos ambientais gerados pelas festas e está ciente dos problemas referentes ao abastecimento e à contaminação dos cursos d’água.

Esses Festejos são organizados ainda dessa forma assim bem família, por exemplo, custa caro você ser imperador de uma festa, imagina a quantidade de comida, a fartura que existe, as panelas são enormes e a comida é para todo mundo. O turista mesmo é incluído como se fosse um familiar e também participa das refeições. (ENTREVISTADO “B”)

No entanto, o mesmo entrevistado revelou nunca ter ido pessoalmente a nenhuma das edições dos eventos e, também, que nenhum dos integrantes da equipe da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Cavalcante compareceu às Romarias realizadas neste ano.

A entrevistada “A”, representante do Governo do Estado de Goiás, que esteve presente durante todos os dias do Festejo do Vão do Moleque, informou que é oriunda do povoado Kalunga do Engenho II e que, inclusive, já foi Secretária Municipal de Igualdade Racial de Cavalcante. No trecho abaixo a entrevistada relatou a sua visão a respeito do que representam os Festejos para a comunidade Kalunga.

O Festejo é um momento de reintegração e integração que promove a valorização da cultura, tanto para os Kalungas quanto para os visitantes. A Festa é um momento de fortalecimento da coletividade que forma o quilombo. (ENTREVISTADA “A”)

A representante do governo estadual acredita que o processo de organização ainda precisa evoluir muito, por meio do estabelecimento de uma comissão formal, envolvendo jovens, anciãos, festeiros e associações. Nesse processo, a entrevistada “A” acredita que a prefeitura e o Estado deveriam apoiar financeiramente o evento, sem buscar interferir na organização da festa, proporcionando a infraestrutura e oferecendo opções de programação educativa.

A Prefeitura deveria auxiliar nos custos da Festa que ficam por conta do Festeiro, por se tratar de um dos principais eventos culturais do município. (ENTREVISTADA “A”)

Segundo a entrevistada “A”, o lixo, o abuso do álcool e os casos de aliciamento sexual de crianças e adolescentes são os maiores problemas a serem enfrentados para que se estabeleça uma gestão comunitária e integrada das festas.

4.2. CONTRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

4.2.1. Participação nos eventos tradicionais do Território Kalunga

Tendo em vista algumas questões já relatadas a respeito da visitação e da gestão dos Festejos Kalungas, se faz necessário analisar como se dá a participação dos diversos atores sociais nos eventos. Segundo o relato exposto abaixo, de um dos líderes comunitários, a melhoria nos processos de participação é essencial para o aprimoramento da organização dos eventos.

A organização das festas tem que melhorar bastante, precisa ter um trabalho mais coletivo entre as entidades, as associações, o governo do estado e, principalmente, a prefeitura. Tem a questão do lixo, tem a questão da água e tem a receptividade das pessoas. As associações intermediam os contatos com o estado e com a prefeitura e promove palestras sobre sexualidade, drogas e outros temas (ENTREVISTADO “H”)

Os representantes da gestão pública do Município de Cavalcante e do Estado de Goiás (entrevistados “A” e “B”, respectivamente) informaram que a prefeitura e o estado não aportam recursos financeiros para o custeio da parte tradicional da festa. Os custos com a construção e com a manutenção dos

ranchos e demais estruturas, com as ornamentações e com manifestações religiosas e artísticas (Figura 15), são arcados pela própria comunidade Kalunga.



Figura 15: Apresentação de grupo da dança tradicional "Sussa"
Fonte: próprio autor.

A entrevistada "A", representante do Governo do Estado de Goiás, informou que a administração estadual contribuiu com uma parte dos custos da alimentação fornecida pelo festeiro e sua família no festejo do Vão do Moleque, na edição de 2017. Também levou palestrantes e grupos culturais que trabalham com elementos de cultura afro-brasileira, tais como, capoeira e samba de roda. Porém, segundo a entrevistada, a prefeitura deixou de arrecadar recursos importantes ao extinguir a Secretaria Municipal de Igualdade Racial e Políticas para Mulheres. Esses recursos foram repassados para outros municípios que apresentaram projetos para temas de fortalecimento comunitário, com foco no combate ao racismo e ao sexismo.

O prefeito, em seu discurso realizado durante uma reunião comunitária, relatou que investiu recursos financeiros na reestruturação das estradas que interligam a região do povoado do Engenho II às regiões do Vão de Almas e do Vão do Moleque, estruturando, também, a estrada que faz a ligação direta entre o Vão de Almas e Vão do Moleque.

O entrevistado "B" (representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo) informou que a prefeitura jamais aportou recursos financeiros para o custeio dos eventos tradicionais da Comunidade Kalunga,

apesar de relatar que os eventos são tidos como eventos próprios e tradicionais do município. Segundo o entrevistado “B”, a prefeitura fornece suporte logístico, por meio do fornecimento de transporte, instalação do gerador de energia no Vão do Moleque (pois a área ainda não conta com fornecimento de energia elétrica), e contratação de atrações musicais para os bailões noturnos. Segundo o entrevistado, a prefeitura leva aos eventos um ônibus que dá suporte à prestação de serviços de saúde, além de estabelecer parcerias com o Governo do Estado de Goiás para a prestação de serviços de policiamento e do corpo de bombeiros.

Mediante esse relato do representante do poder público municipal surge o questionamento: O ato de deixar nas mãos da comunidade um processo de visitação massiva, sem planejamento “integrado” e “participativo”, é uma omissão?

Essa possível omissão do poder público municipal reforça a necessidade de ações de integração dos atores sociais que participam da consolidação do fenômeno turístico no Território Kalunga. A necessidade de maior envolvimento dos representantes do poder público, em especial dos representantes da Secretaria Municipal de Turismo, foi identificada por alguns dos entrevistados, conforme relato abaixo.

O entrevistado “P” (visitante proveniente do Rio de Janeiro) informou que procurou o CAT de Cavalcante e não obteve qualquer informação útil sobre os festejos. A falta de informação, de acordo com o entrevistado, dificultou a sua locomoção, apesar de já estar bem adaptado à Cavalcante. Foi relatado por ele que, depois de dois meses de estadia, precisou recorrer a informações veiculadas em carros de som. A partir de seus relatos, pôde-se perceber que a duração de sua participação, bem como a de sua namorada e a de um casal de amigos (que foram aos eventos do Vão de Almas e do Vão do Moleque), foi reduzida pelas dificuldades relativas ao acesso à informação e aos meios de transporte coletivos (“paus de arara”).

Para melhorar, o que mais precisaria, aqui, seriam uns banheiros secos. Os Kalungas poderiam ter mais contato com a Prefeitura em Cavalcante para ter mais algum tipo de publicidade. No CAT, ninguém sabia nada sobre as Festas. Tivemos muitas dificuldades para ir ao Vão de Almas, por que não tinha informação nenhuma. Se não tivéssemos ouvido o anúncio do carro de som, não teríamos conseguido ir para lá. Acho que, se tivesse mais acesso, o pessoal que está em Cavalcante viria muito mais, tanto para conhecer

quanto para fazer trabalhos voluntários e aprender mais sobre o modo de vida tradicional. (ENTREVISTADOS “P”)

O entrevistado “B” confirmou a informação de que o CAT não dispõe de informações sobre as festividades realizadas no Território Kalunga como eventos turísticos, e jamais teve um trabalho de preparação específico para fornecer informações sobre tais eventos. O entrevistado reconhece que isso é uma falha, e se comprometeu a implementar medidas para sanar o problema no próximo ano.

Durante um evento público, de cunho político, o representante da Fundação Cultural Palmares ressaltou a importância de que os grupos de cultura tradicional (Figura 16), tais como os grupos que apresentam a “Sussa” (manifestação cultural que envolve música e dança, característica da Comunidade Kalunga), sejam remunerados, assim como os artistas que se apresentam durante a programação noturna. Essa fala gerou manifestações dos presidentes de associações, que informaram que irão cobrar a efetivação da promessa de ajuda financeira para os grupos que apresentarão elementos da cultura tradicional durante os festejos do próximo ano.



Figura 16: Visitantes durante as apresentações das músicas tradicionais e dança da Sussa

Fonte: próprio autor

4.2.2. Impactos Gerais

Impactos relativos às questões socioculturais

No levantamento de dados em campo foram observados e relatados alguns impactos negativos decorrentes da visitação massiva, os quais ainda não haviam sido abordados na primeira fase da pesquisa (Pré-campo). Surgiram questões como a poluição sonora, causada pela utilização de som alto, proveniente de som automotivo ou caixas de som, pelas barracas, durante todo o dia. Esse hábito foi fortalecido pela chegada da energia elétrica na região do Vão de Almas, e tem impacto menor na região do Vão do Moleque.

Culturalmente falando o impacto da modernidade é muito grande. Pensa que numa época não existia mesa de sinuca, e esses jogos de azar com carteados, que ficam distraindo os jovens. Não existia pessoas que ficavam um dia inteiro com o som ligado desse jeito, E aí quem tá realizando a festa se cansa muito, o dia inteiro com um som desse aí, imagina. E geralmente isso é coisa de gente de fora que não entende que o outro está ali trabalhando tanto. (ENTREVISTADA "I")

Outra questão que aparece no relato acima e foi notada durante o processo de vivência in loco foram as queixas com relação à falta de interesse e participação dos jovens Kalungas nas atividades culturais e religiosas dos Festejos.

Outro impacto sociocultural exposto pelas entrevistadas "A" e "F" envolve o assédio sexual a jovens do sexo feminino, com menos de 16 anos e, em alguns casos, chega a resultar em doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce.

Esses novos aspectos, levantados em campo, demonstram que o crescimento desordenado da visitação resulta em complexas questões que acabam por intervir no bem-estar dos organizadores e dos visitantes das festividades, que são obrigados a escutar música alta enquanto trabalham ou descansam para se preparar para a programação noturna.

A questão do assédio sexual ou da sedução de menores, que pode acarretar em casos de gravidez precoce, e em outros problemas sociais, precisa ser estudada com mais profundidade, tendo em vista que não foi possível quantificar o número de casos e nem estabelecer uma correlação direta com a visitação massiva.

Os representantes da igreja católica, que vão ao Território Kalunga durante os momentos festivos, declararam que é papel da igreja promover ações de conscientização, junto às lideranças locais, pela busca de melhorias na estrutura da festa e por debates sobre as questões religiosas. Essas ações abordam questões delicadas. Alguns religiosos relatam que a prática do assédio sexual infanto-juvenil é comum no território, tanto nos períodos de festas, quanto ao longo do ano. Esses religiosos receberam informações de que pescadores e outras pessoas exploram sexualmente jovens da região, aumentando os casos de doenças sexualmente transmissíveis e de gravidez. (GONÇALVES, 2013)

A atuação da igreja católica, junto à Comunidade Kalunga, está focada nas grandes romarias. Durante a programação dessas romarias, são realizadas missas, batizados, casamentos e outros rituais. A entrevistada “N”, que desenvolve trabalho voluntário ligado à Igreja Católica, informou que existem algumas outras ações sendo executadas no Território Kalunga, com o intuito de evangelização. Não foi relatada nenhuma ação específica com relação a problemas ligados à sexualidade ou a outros problemas sociais.

As novas questões levantadas com relação aos possíveis casos de assédio, exploração sexual, ou sedução de menores, foram descritas, tanto pelos representantes comunitários, quanto pelos presidentes de associações, como sendo casos esporádicos, que quase não acontecem mais, e têm sido trabalhados com ações de orientação educacional, inclusive, contando com o apoio dos representantes do governo estadual.

Contudo, há de se ressaltar novamente a necessidade de um estudo mais específico com relação a essa questão de sexualidade, tendo em vista que há casos relatados de abuso sexual e de exploração de trabalho semiescravo, envolvendo meninas da Comunidade Kalunga nas áreas urbanas, principalmente no Município de Cavalcante. Esses casos foram denunciados pelo jornal Correio Braziliense, em uma série de reportagens publicada no ano de 2016.

Relatos dos entrevistados “G” (representante comunitária) e “J” (visitante) alertam para os riscos de descaracterização do evento, que pode-se consolidar com o processo de visitação massiva e desordenada, fazendo com que se percam elementos da cultura tradicional, próprios da comunidade quilombola que promove a festividade. *“Parece que o evento está, aos poucos, se tornando*

mais uma das festas populares comuns na região, a exemplo da romaria de Muquém”, relatou a entrevistada “J”, que permaneceu por, aproximadamente, três meses na região da Chapada dos Veadeiros, e se identificou como mochileira.

Os registros da palavra aculturação, durante as entrevistas, foram relacionados à visitação em massa e aos impactos negativos gerados em questões culturais, tais como a introdução de jogos de azar, a poluição sonora e os problemas relacionados ao uso de drogas e ao excesso de bebidas alcoólicas.

O entrevistado “G” lamentou algumas mudanças culturais, tais como a diminuição no número de casamentos realizados durante as festividades: *“Era uma tradição que as pessoas se casassem, e que novos casais se formassem durante as festas”*.

A entrevistada “I” declarou que o êxodo rural é um dos problemas mais amplos da comunidade. Segundo os dados coletados, o modo de vida urbano e consumista, com o qual uma grande parte da Comunidade Kalunga passou a ter contato apenas a partir dos anos 80, seduz os jovens Kalungas e gera impactos culturais na comunidade, que são refletidos nas festas.

Esse contexto em que questões referentes à pós modernidade, tais como, a influência da globalização e as consequências do êxodo rural impactam culturalmente a Comunidade Kalunga pode ser melhor compreendido com a ajuda do referencial teórico.

O turismo se consolida em um contexto no qual ele é posicionado como um produto comum dentro da ideologia da globalização neoliberal. Nesse contexto, lugares interioranos passam a atrair atenção devido a seus atrativos naturais. O fluxo de visitantes começa a exercer pressão e a demandar processos de modernização, além de acentuar desigualdades. A concentração dos recursos nas mãos de poucas corporações ou conglomerados, aliada ao fluxo rápido e acelerado de informações, leva à descaracterização dos elementos socioculturais que marcam, historicamente, os lugares, gerando uma padronização que atinge a identidade cultural. (FAZITO, 2015)

Impactos relativos à comunicação

A reunião de pessoas provenientes de várias áreas do extenso Território Kalunga, bem como dos membros da comunidade que residem fora do território, gera uma grande oportunidade de comunicação. No local dos festejos, não existe sinal de celular ou de internet. O isolamento e a dinâmica dos eventos favorecem a interação interpessoal e a realização de atividades em grupo.

A entrevistada “I” ressaltou a importância da troca de saberes entre integrantes da Comunidade Kalunga de áreas distantes, e da interação com turistas e com moradores dos municípios próximos às áreas de festejos.

A troca de saberes entre comunidades tradicionais, sejam elas quilombolas, ribeirinhos ou indígenas, pode trazer grande enriquecimento cultural, tanto para os membros das comunidades, quanto para os voluntários, pesquisadores, turistas ou outros visitantes.

A comunicação, vista como poder simbólico, tem o poder de construir o dado pela enunciação, de dar visibilidade e credibilidade, de confirmar ou de transformar a visão de mundo. Essa transformação gera um ciclo de ação sobre o mundo capaz de transformá-lo. Esse poder, quase mágico, permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização. Porém, só se efetiva tal poder se aqueles que participam dos processos de interação tomarem consciência desse poder e deixarem de ignorá-lo ou enxergá-lo como arbitrário. (BOURDIER, 1989)

A festa é um momento em que são realizadas muitas coisas que trazem benefícios. É uma oportunidade para a gente poder falar das nossas necessidades com os políticos e com as entidades que nos apoiam. (ENTREVISTADA “E”)

Para a entrevistada “E” a ausência de instrumentos de comunicação é um dos fatores que dificultam as condições para uma vida melhor na Comunidade Kalunga. A entrevistada relatou um fato, ocorrido no ano de 2015, em que houve uma enchente e diversas pessoas perderam suas casas. Essas pessoas ficaram ilhadas e sem comunicação com parentes ou com serviços públicos de emergência. Esse processo de isolamento histórico da Comunidade Kalunga traz impactos positivos e negativos. Notou-se, no processo de observação, que a comunidade anseia pelas conexões oferecidas pelo desenvolvimento das

tecnologias de informação e comunicação. Segundo a entrevistada “I”, essas conexões, vinculadas a outras iniciativas educacionais e de fomento econômico, poderiam motivar os Kalungas a permanecerem em seu território e a manterem e valorizarem elementos da cultura tradicional.

Segundo a entrevistada “E”, as iniciativas, articuladas e fomentadas durante os grandes eventos, encontram dificuldades para se consolidar, devido a problemas relativos à interação entre os atores sociais da Comunidade Kalunga, e entre as diversas instituições que participam ou que apoiam essas iniciativas.

Durante o processo de vivência in loco, foi constatada a existência de um projeto, capitaneado por uma ONG, para a implementação de soluções de telecomunicações para o Território Kalunga, com a edificação de torres para o fornecimento de sinal de internet e de telefonia celular comunitária. Porém, esse projeto ainda está em fase de consolidação, apesar de já fornecer sinal de internet para a escola pública localizada junto à área de festejo da região do Vão do Moleque.

O entrevistado “H” ressaltou as dificuldades relativas à interação entre os Kalungas, representados, na maioria dos casos, por associações, e o poder público estadual e municipal. Segundo o entrevistado, o poder municipal se omite em algumas ações que seriam de sua responsabilidade, tais como os investimentos em infraestrutura, ao mesmo tempo que busca interferir em questões nas quais não teria autonomia, por se tratar de um território tradicional que engloba terras de três municípios, tais como os processos produtivos, inclusive no que tange à gestão da visitação turística.

Esse relato traz à tona uma questão complexa acerca da definição do papel dos atores sociais e do poder público nos territórios tradicionais. Qual o nível de autonomia e ingerência do poder público, especialmente, em suas instâncias municipais e estaduais nos territórios tradicionais?

O entendimento dessa questão deve ser uma construção coletiva capitaneada pelas próprias comunidades tradicionais, assim como a própria compreensão acerca dos processos produtivos e até mesmo dos aspectos ligados ao desenvolvimento local. A imposição de modelos formatados para áreas urbanas ou, até mesmo, para áreas rurais com características diferentes, pode trazer fortes impactos negativos para os territórios tradicionais.

Impactos relativos à gestão ambiental

Os dados coletados na fase pré campo a respeito dos impactos ambientais causados pela grande quantidade de pessoas que se dirigem às áreas dos Festejos, que não contam com estrutura de saneamento básico e de abastecimento de água, também foram destacados por vários entrevistados, em especial a entrevistada “I”, conforme relato abaixo.

A visitação dos moradores dos municípios próximos é importante, mas, muitas vezes, eles vêm só para lucrar, não contribuem em nada e ainda deixam muito lixo. Tem uns que vêm pra festar mesmo com a comunidade, mas têm vários que vem só pra ganhar dinheiro, nem participam de nada e ainda deixam um monte de lixo. (ENTREVISTADA “I”)

O acúmulo de lixo (Figura 17), a falta de banheiros e de infraestrutura de saneamento básico foi apontado pela maioria dos entrevistados como o maior problema dos Festejos Kalungas. Esses relatos confirmam as informações preliminares obtidas na fase de pré campo. A falta de banheiros foi uma questão ressaltada tanto com relação ao aspecto da qualidade da visitação, quanto ao aspecto do impacto ambiental. Outra questão observada é a utilização dos cursos d’água, próximos aos festejos, para lavar panelas e para preparar comidas.



Figura 17 - Lixo, ranchos e barracas no Festejo do Vão de Almas

Fonte: próprio autor

Nós não estamos ainda organizados para receber tanta gente e acaba gerando problema, principalmente impacto ambiental. (ENTREVISTADO “H”)

Apesar dos relatos com respeito aos impactos ambientais gerados pela visitação massiva, nos períodos dos eventos tradicionais realizados no Território Kalunga, não foram identificados levantamentos documentais, ou estudos específicos com dados técnicos, tais como a avaliação da qualidade da água, a análise da compactação do solo e o levantamento de áreas degradadas e da necessidade de reflorestamento.

Com relação aos impactos ambientais, além do acúmulo de lixo e da contaminação dos cursos d'água próximos aos festejos, também foi detectado que o Território Kalunga passa por sérios problemas referentes ao abastecimento de água. Esses problemas ficaram mais evidentes durante o evento realizado na região do Vão do Moleque. Essa região tem como uma de suas principais fontes de abastecimento de água o Rio dos Porcos, identificado por alguns como Córrego dos Porcos. Esse rio abastece a área do festejo e é utilizado para banho e para lavagem de vasilhas.

São quase 60 famílias que moram próximas ao Rio dos Porcos, abaixo da área do festejo do Vão do Moleque. Em 2017, a água já secou e elas estão sem água próxima, tendo que andar por muitos quilômetros para buscar água em latas ou saírem de suas casas e procurarem abrigos temporários. Mas, mesmo nos outros anos, quando não secava, elas ficavam sem poder beber a água por causa da sujeira causada durante a festa. (ENTREVISTADO "H")

Por meio dos relatos e do processo de observação, percebe-se que a definição a respeito da utilização da área e dos recursos naturais surgiu de um processo empírico. Não há indícios de qualquer tipo de planejamento ou de sistema de gestão. A necessidade de um processo de planejamento da visitação e de gestão dos recursos naturais foi presente nos relatos dos entrevistados "H" e "I", ambos presidentes de associações.

Conforme exposto na fundamentação teórica, o planejamento turístico do espaço natural deve ser antecedido por uma decisão acerca dos tipos de uso e atividades mais indicadas para uma região (BOULLÓN, 2002).

A decisão pelo uso das áreas dos festejos fez parte de um processo histórico e cultural, que definiu que essas áreas seriam utilizadas, quase que exclusivamente, para a realização dos grandes eventos anuais. Desta forma, a necessidade de se estabelecer algum tipo de planejamento para ordenar, ainda que minimamente, a visitação turística, a fim de reduzir os impactos ambientais

e as externalidades negativas causadas pela visitação massiva, consolida-se como um anseio da própria comunidade.

Impactos relativos ao dinamismo econômico

Segundo o entrevistado “T”, a visitação turística, organizada, à cachoeira de Santa Bárbara, se iniciou no ano de 2001, mediante a atuação da organização não governamental WWF (World Wide Fund for Nature), em parceria com uma empresa do Município de Alto Paraíso. Segundo o entrevistado, essas instituições apresentaram um plano para os representantes da Comunidade Kalunga do povoado Engenho II e, por meio desse plano, iniciaram a capacitação de condutores e de guias locais. A empresa teve como contrapartida o direito de poder visitar os atrativos do povoado sem a necessidade de contratação de um condutor ou guia local, pagando, apenas, a taxa de entrada para visitação aos atrativos localizados no povoado Engenho II, que até o período da pesquisa estava afixada no valor de R\$ 30,00 por pessoa.

Conforme informações dos entrevistados “T” e “B”, o dinamismo econômico, gerado pela visitação turística, proporcionou ao povoado do Engenho II condições de implementarem ações relativas à infraestrutura do povoado, tais como o fornecimento de água encanada, a construção de duas pontes, e a implementação de um telecentro comunitário. Porém, segundo os entrevistados “H” e “I”, os benefícios econômicos da visitação turística ficam, praticamente, restritos ao povoado do Engenho II, com exceção de alguns guias de outros povoados que trabalham, hoje, diretamente no povoado do Engenho II ou no Município de Cavalcante.

Segundo o entrevistado “H”, a associação responsável pela titulação de terras no Território Kalunga recebe uma porcentagem do valor arrecadado com a taxa de entrada, cobrada para visitação turística aos atrativos naturais do povoado do Engenho II.

De acordo com o entrevistado “B”, essa visitação aos atrativos naturais foi reestruturada a partir do ano de 2014, mediante as ações desenvolvidas para estímulo ao turismo durante a Copa do Mundo. O entrevistado “B” citou uma estatística informal, que aponta que a Cachoeira de Santa Bárbara tem sido o atrativo mais visitado da região da Chapada dos Veadeiros nos últimos três anos.

O entrevistado relatou que devido à grande visibilidade da referida cachoeira, várias empresas e meios de hospedagem instalados no Município de Alto Paraíso estariam focando a sua divulgação na visitação a esse atrativo.

Novos atrativos foram abertos ao público. Hoje, existem cinco cachoeiras que podem ser visitadas no povoado do Engenho II. Essa reestruturação foi acompanhada pela estruturação relativa à acomodação dos turistas. Até o período de realização da pesquisa, o povoado contava com opções de acomodação em casas, áreas de camping e *hostels*. O número de restaurantes e bares também aumentou. Segundo o entrevistado “T”, os moradores do povoado foram beneficiados com treinamentos e oficinas promovidos por instituições governamentais e não governamentais, que auxiliaram no processo de reestruturação da visitação turística.

O entrevistado “T” relatou que o Território Kalunga conta com uma extensa programação de eventos em diversas regiões. O entrevistado informou que o calendário festivo está diretamente ligado às questões religiosas, e tem como momentos principais as folias (Folia de Reis), as festividades juninas e as romarias que se dirigem às regiões de Salinas, Sicuri, Vão de Almas e Vão do Moleque. Ainda, segundo o entrevistado os moradores do povoado do Engenho II planejam realizar eventos voltados a atrair turistas.

As projeções referentes ao dinamismo econômico para o Território Kalunga, feitas pelos entrevistados “H” e “I”, indicam que a melhoria da produção agroecológica, por meio da implementação de novas técnicas de plantio e de extrativismo, aliada à consolidação do turismo, seriam as melhores possibilidades para contribuir com a melhoria das condições de vida no Território Kalunga. Essa consolidação do turismo se daria, segundo a fala dos entrevistados, mediante a expansão da visitação para áreas que contam com atrativos naturais ainda não explorados, e efetuando o controle do fluxo demasiado e dos impactos causados pela visitação massiva em momentos ou locais específicos.

Essas projeções remetem ao conceito de desenvolvimento local, indicando que a mobilização social e a correta utilização das potencialidades locais, devem se aliar às oportunidades socioculturais, proporcionando, assim, condições positivas de dinamismo econômico. Essa conexão entre as potencialidades, as oportunidades e a mobilização, trará consistência e

sustentabilidade ao desenvolvimento local. Nesse processo, a conservação dos recursos naturais, que são a base das potencialidades, é condição básica para a melhoria dos fatores relativos à qualidade de vida (BUARQUE, 2008).

O entrevistado “B” informou que uma agência de turismo de Cavalcante, e alguns guias provenientes da Comunidade Kalunga, que participam das associações de guias do Município de Cavalcante, já trabalham com pacotes personalizados para visitar outras regiões do Território Kalunga. Porém, segundo o entrevistado, esse trabalho ainda é insipiente.

O entrevistado “B” informou, também, que a taxa de ocupação dos hotéis, pousadas e *hostels* tem crescido nos últimos três anos. Contudo, o mesmo informou que não há nenhum levantamento de dados sobre esse aumento, mas que isso pode ser comprovado por meio do registro de ocupação dos próprios estabelecimentos de hospedagem. Todavia, a percepção do entrevistado é de que a maior parte dos turistas que vêm conhecer as cachoeiras de Cavalcante não ficam hospedados no município, saindo, principalmente, de Alto Paraíso e São Jorge para uma visita de “bate e volta”.

Impactos relativos ao processo de consolidação e gestão do território

O entrevistado “H” informou que a Associação Quilombo Kalunga, responsável pela titulação das terras, passava, até o período da pesquisa, por um processo de aprovação de um regimento interno que, entre outras coisas, deverá definir questões relativas ao uso do solo. O entrevistado revelou que há interesse, por parte da comunidade e da própria associação, em implementar o plano turístico para o Território Kalunga. O objetivo inicial desse plano seria a expansão da visitação para outras áreas do território, mediante um processo de implementação de ações planejadas, junto à comunidade, e que proporcionem a qualificação e a instalação de infraestrutura básica, buscando não descaracterizar os padrões arquitetônicos tradicionais.

O crescimento do fluxo turístico no Município de Cavalcante, segundo relatos do entrevistado “H”, tem gerado conflitos entre a Prefeitura Municipal e os Kalungas, devido à visitação à Cachoeira de Santa Bárbara.

O entrevistado “B” disse que a Prefeitura estuda medidas para taxação da visitação e controle do número de visitantes da Cachoeira de Santa Bárbara,

ressaltando, porém, que, por se tratar de um Sítio Histórico que é um Território Tradicional, o poder público municipal não tem ingerência direta sobre as atividades econômicas ali praticadas. Os representantes das associações, bem como a representante do governo estadual, enxergam essa tentativa de taxação como uma ingerência injustificável.

Segundo a entrevistada “A”, a autonomia do território tradicional é tratada de forma bastante controversa, tendo em vista que o poder público a utiliza como justificativa para não atuar diretamente no custeio das festas e no consequente enfrentamento dos impactos ambientais causados pela visitação massiva nas áreas de festejo. Porém, relativiza essa autonomia em prol de interesses econômicos relativos à arrecadação de taxas.

Para dirimir as controvérsias relativas à autonomia do território, a entrevistada “A” defende a formação de uma comissão permanente para planejar e executar ações de apoio e de suporte técnico às festas. Esta comissão buscaria consolidar a experiência vivida pelos festeiros dos últimos anos, com o intuito de facilitar o trabalho dos próximos festeiros, sem ferir, assim, os costumes tradicionais. Outra incumbência dessa comissão seria a de negociar uma maior participação do município, com relação aos custos das festas.

Impactos relativos à infraestrutura do território

Os entrevistados relataram que o Território Kalunga tem várias dificuldades relativas à infraestrutura, justificados, em parte, pelo relevo montanhoso e, em parte, pela falta de investimentos públicos. Segundo a entrevistada “E”, os maiores problemas de infraestrutura são: a falta de pontes em trechos importantes das estradas de acesso; a ausência de energia elétrica; a ausência de serviços de telecomunicações (exceto em alguns locais onde há pontos de internet com sinal via satélite e alimentada por energia fotovoltaica); a ausência de abastecimento de água; e a ausência de tratamento de esgoto.

Esses problemas relatados impactam na organização e na gestão dos grandes eventos, assim como a lógica das romarias e os grandes fluxos interferem na infraestrutura do Território. Dificuldades relativas ao abastecimento e à qualidade da água, além de fatores logísticos e de comunicação, ficam mais evidentes durante os períodos de grande concentração humana. No entanto,

algumas questões como a reforma de estradas, e outras obras de infraestrutura, são aceleradas, ou até mesmo motivadas, por causa dos grandes eventos.

Dentre os problemas e dificuldades relatados, o fator mais perceptível no processo de vivência in loco foi a questão do abastecimento de água, tanto para os visitantes e romeiros, quanto para as famílias que moram em áreas próximas.

Foi observado pelo pesquisador que, durante a época da festa, no mês de setembro, a região da Chapada dos Veadeiros, assim como toda a região Centro Oeste do Brasil, tem passado por um período forte de seca, que no ano de 2017 se estendeu até o mês de novembro. Devido a esse fator climático, a água do Rio dos Porcos chega à área do Festejo com volume baixo, e seca a, aproximadamente, dois quilômetros abaixo dessa área de festejo. Várias famílias que moram próximas a esse rio, na área abaixo do festejo, ficaram sem abastecimento direto de água. Essas famílias aproveitaram a oportunidade de acesso aos gestores públicos, durante o evento, para reivindicar soluções paliativas, tais como o uso de caminhões e carros pipa.

Os visitantes que se dirigem ao Vão do Moleque procuram outros rios para visitação durante o dia e para acampamento. Os rios Corrente, Correntinha e Curriola (Figura 18) são utilizados para banho e entretenimento, e contam com atrativos turísticos como piscinas naturais e cachoeiras. O Rio Curriola está localizado a, aproximadamente, sete quilômetros da área do festejo do V o do Moleque, e o rio Correntinha fica a, aproximadamente, 12 quilômetros. Próximo a uma piscina natural do Rio Curriola, foi instalado um bar que proporciona estacionamento, comida e bebida a um grande número de visitantes.



Figura 18: Piscina Natural do Rio Curriola

Fonte: próprio autor.

A água dos rios Corrente e Curriola é cristalina e, aparentemente, poderia abastecer as casas que ficam abaixo da área do festejo, mediante obras de infraestrutura e de canalização.

Outro problema observado, que se relaciona com fatores climáticos e com a falta de investimentos em infraestrutura, são as condições de tráfego nas estradas de acesso às regiões do Vão de Almas e do Vão do Moleque. Segundo relatos, essas estradas só apresentam boas condições de tráfego durante o período da seca e, em especial, nas épocas próximas às festas. Alguns entrevistados criticaram a falta de investimentos na construção de pontes que manteriam as condições de acesso durante os períodos chuvosos.

4.2.3. Correlações dos dados coletados com a discussão teórica

O que se pôde observar no Território Kalunga é que o fluxo turístico varia entre o modelo de Krippendorf e o modelo de Butler, ambos expostos na discussão teórica. Nas áreas mais longínquas se pratica o turismo identificado por Krippendorf como alternativo, onde o que se busca é o exótico, e os lugares

pouco visitados e pouco estruturados em um conceito de aventura. Por outro lado, o fluxo turístico dá sinais de crescimento desordenado no povoado do Engenho II e nos festejos Kalungas.

Nesse contexto o modelo de Butler, que defende o controle do fluxo desordenado por meio da estruturação da rede de atendimento baseada em um conceito desenvolvimentista e focado na maximização dos lucros, pode vir a se consolidar. Para evitar essa consolidação, que poderia vir a descaracterizar o território, é essencial que o desenvolvimento do fenômeno turístico esteja embasado em um processo de reflexão, de compreensão crítica da realidade e de valorização da identidade cultural, evitando assim a padronização demasiada e a aculturação.

Conceitos e paradigmas ligados aos modelos de turismo solidário, turismo de base comunitária, ecoturismo e turismo de experiência, podem servir como exemplos, ajudando a comunidade a encontrar um ponto de equilíbrio. Todavia, há que se ressaltar que a adoção exclusiva de modelos também pode ser perigosa, pois pode gerar um processo de simplificação de um fenômeno complexo. Muitas iniciativas bem-intencionadas focam a utilização dos modelos nos benefícios de marketing, acabando por adotar um processo superficial e oportunista, que não traz benefícios reais e duradouros.

O trabalhador social desenvolve um papel que se interpõe em um domínio mais amplo. A mudança ou o processo de planejamento, se tornam assim apenas alguns de seus aspectos. Impõe-se, assim, a compreensão da complexidade dos processos de transformação, sejam eles planejados ou não. É necessário compreender, por meio de uma visão crítica, que uma estrutura social não se caracteriza pela mudança nem pela permanência, mas, sim, pela “duração” da contradição entre ambas, e pela alternância de domínio entre elas. (FREIRE, 2015)

Neste sentido, a valorização do conhecimento vivencial, que pode se converter em conhecimento tradicional, não significa a manutenção inalterada da organização sociocultural. É perfeitamente possível e, até mesmo recomendável, buscar a melhoria das condições de vida e bem-estar das comunidades por meio da valorização do conhecimento tradicional e do fortalecimento da identidade cultural.

Não se pode considerar o conhecimento como uma ferramenta pronta (*ready made*). O seu uso não pode se dar sem a devida reflexão acerca da sua natureza. O conhecimento dos dados e fatores é primordial, e serve de preparação para o enfrentamento dos riscos permanentes de erro e ilusão. Esses riscos são parasitas eternos da mente humana. É fundamental armar cada mente para o combate vital e individual que tem como meta a lucidez. (MORIN, 2011)

A percepção da realidade pode ser alterada antes da real mudança dessa realidade. Essa alteração no processo de percepção, por meio da problematização de uma realidade conflitiva, requer enfrentamento dos indivíduos com a sua realidade. Esse enfrentamento deve gerar uma “apropriação” do contexto, um processo de inserção. O abandono do status de “aderido” a um contexto, para uma posição ativa nesse contexto. (FREIRE, 2015)

Retoma-se então os seguintes questionamentos: O ato de deixar nas mãos da comunidade um processo de visitação massiva, sem planejamento “integrado” e “participativo”, é uma omissão? Possíveis problemas relativos ao envolvimento efetivo nos processos de planejamento e de gestão territorial e à integração dos atores sociais, que estão, direta ou indiretamente, ligados ao Território Kalunga, podem ter sua origem em questões relativas à comunicação?

Para elucidar esses questionamentos buscou-se o aparato teórico de alguns autores do campo das ciências sociais, sendo eles, Paulo Freire, Milton Santos e Edgar Morin.

O homem, como um ser de relações, desafiado pela natureza, a transforma com seu trabalho. Essa transformação constitui o mundo da cultura que se prolonga no mundo da história. Esse mundo é exclusivo do homem e com ele são ocupados e preenchidos os espaços geográficos. O mundo social e humano não existiria, como tal, se não fosse um mundo de comunicabilidade, fora do qual é impossível dar-se o conhecimento humano. A intersubjetividade ou a intercomunicação é a característica primordial desse mundo cultural e histórico. (FREIRE, 2017)

A consciência da necessidade de solidariedade une os humanos. A comunicação triunfa por meio das redes modernas. O problema da compreensão tornou-se vital, porém, nenhuma técnica de comunicação, por mais elaborada que seja, traz, por si mesma, a compreensão. Ela não pode ser quantificada. As

interdependências se multiplicaram. Há duas formas de compreensão: a intelectual ou objetiva e a intersubjetiva. Compreender significa aprender em conjunto, abraçando o texto e seu contexto, as partes e o todo, o múltiplo e o uno. Compreender constitui um processo de empatia, de identificação e de projeção. A comunicação está ligada diretamente à compreensão e, por isso, requer abertura, simpatia e generosidade. (MORIN, 2011)

O sujeito pensante não pode pensar sozinho, precisa da coparticipação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. É na união de pensamentos que se dá a comunicação. O objeto não é o ponto final do pensamento e, sim, o mediador da comunicação. O conteúdo da comunicação não deve ser simplesmente comunicado de um sujeito a outro. Se o objeto do pensamento fosse apenas um comunicado, não teria significação na mediação dos sujeitos. A comunicação implica uma reciprocidade que não pode ser rompida. Na comunicação não há sujeitos passivos. O que caracteriza a comunicação, nesse processo de comunicar comunicando-se, é que ela se constitui em um diálogo que precisa ser comunicativo. (FREIRE, 2017)

A sociedade contemporânea está permeada por incompreensões de ordem intelectual, humana, individual e coletiva. Essas incompreensões constituem obstáculos para a melhoria das interações e relacionamentos entre indivíduos, grupos, povos e nações. Hoje, as vias econômicas, jurídicas, sociais e culturais não são os únicos meios para facilitar a compreensão. É cada vez mais necessário recorrer a vias intelectuais e éticas. É por meio dessas duas vias que se torna possível desenvolver a dupla compreensão: intelectual e humana. (MORIN, 2011)

A busca por essa dupla compreensão, a intelectual e a humana, embasou um processo de análise do fenômeno turístico no Território Kalunga que teve como foco contínuo a meta de traçar um panorama aprofundado, um entendimento abrangente de uma situação específica, em um processo de estudo de caso, que está inserido em um contexto mais amplo. Ou seja, de buscar um entendimento que perpassasse a superfície daquilo que foi observado ou relatado, no que tange aos elementos que influenciam e interagem para encadear ou desencadear uma rede de comunicação.

Vive-se hoje em um mundo no qual as exclusões e as inseguranças fomentadas pela desproteção social é característica do modelo neoliberal. A

perversidade se estabelece, agora, como um sistema que tem como causa principal a competitividade que se estabelece como regra absoluta. A prioridade de uma ação hegemônica, que não se responsabiliza pelos problemas que causa, aliada à instalação, sem contrapartida, de uma ordem que produz naturalmente a desordem, são legitimadas pelo sistema da perversidade e pelo império do consumo. A combinação entre a competitividade e o consumismo, conduzida pelos atores hegemônicos, estimula o egoísmo, amplia as desigualdades e quebra a solidariedade. O ideal da democracia plena é substituído pela construção de uma democracia de mercado. Esse contexto, que torna a violência estrutural, é a origem de todas as outras violências. (SANTOS, 2015)

Corroborar-se, assim, com a opinião da entrevistada “1”, quando relatou a importância dos processos de educação para a Comunidade Kalunga. A compreensão crítica de fatores interdisciplinares de cunho social, histórico, geográfico e político, aliada ao domínio de tecnologias e técnicas, pode contribuir para futuros projetos e planejamentos. O envolvimento e a integração dos atores sociais, por meio de um processo de comunicação que mantenha o protagonismo comunitário e valorize o conhecimento vivencial, é primordial para a superação de dificuldades históricas do Território Kalunga, que culminaram em um cenário de exclusão social e de impactos ambientais.

No entanto, esse processo de comunicação, que culmina na proposição de planos e projetos, não pode estar subordinado à lógica neoliberal, tendo-se, em vista, que tal subordinação colocaria em risco a lógica comunitária e solidária que ainda predomina no território. Neste sentido, os fatores geográficos contribuem para a consolidação de um planejamento turístico que não tenha como foco a visitação massiva e a acumulação desenfreada de ganhos financeiros. A consolidação do turismo, planejado pela própria comunidade Kalunga, com apoio da academia e de outras instituições, e com envolvimento do poder público municipal e estadual, pode se tornar possível mediante o aperfeiçoamento dos processos de comunicação e interação.

A atuação humana sobre a realidade objetiva e a consciência dessa atuação é proveniente da curiosidade e da comunicação. Essa comunicação, embasada na realidade, vale-se de uma linguagem criadora e da pluralidade de respostas a um desafio singular, para testemunhar a criticidade que há nas

relações. Essa criticidade não pode ser compreendida de forma absoluta nem com base na objetividade, nem na consciência. As ações transformadoras estão impregnadas pela dimensão crítica da consciência que explica, desse modo, as suas finalidades. A capacidade de ter finalidades gera a capacidade de prever o resultado das ações, antes de iniciá-las, e ajuda os seres humanos a se reconhecerem como seres que projetam. (FREIRE, 2015)

Os atuais atores hegemônicos se valem de sistemas técnicos utilizados para reduzir o escopo da vida humana sobre o planeta. Porém, jamais houve, na história, esses sistemas tão propícios a facilitar a vida e a proporcionar a felicidade dos homens. A materialidade pós-moderna, interagindo com condições políticas favoráveis, libera a inventividade e a torna efetiva. A combinação inteligente da informática e da eletrônica a outras técnicas de pesquisa e desenvolvimento oferecem a possibilidade de superação das limitações históricas, referentes ao acesso à tecnologia, e proporcionam condições para a proliferação de novos arranjos e à retomada da criatividade. (SANTOS, 2015)

O verdadeiro processo de ação, e até mesmo de revolução cultural, não pode apontar questões estruturais da realidade sem conhecê-la de forma profunda, mediante um olhar crítico. Também não é possível propor um novo panorama sem um pré-projeto embasado na denúncia da realidade vigente, e que se concretize na prática cotidiana e comunitária. É essencial a proximidade aos fatos concretos, às fontes do conhecimento. Também se faz necessário que as denúncias e anúncios não sejam feitos de forma isolada, sem confiança nas massas populares ou, até mesmo, renunciando a comunhão com essas massas. De outra forma, a liderança comunitária, que almeje revolucionar, ainda que em um contexto pontual, corre o risco de tentar domesticar a comunidade com a qual deveria interagir, vindo a se considerar detentora da verdade. (FREIRE, 2015)

Pode-se inferir das proposições do parágrafo anterior, que a Comunidade Kalunga, bem como outras comunidades que almejem implementar projetos e planejamentos, visando melhorar as condições de vida em um território, precisam buscar um conhecimento crítico e aprofundado dos fatores históricos, políticos e geográficos, que influenciaram e influenciam na condição atual. A busca incessante pela compreensão deve vir acompanhada por processos que melhorem a comunicação e gerem mais integração.

Um projeto, para ser revolucionário, precisa ter como premissa a unidade e a comunhão entre a liderança e as massas. Um projeto de ação revolucionária precisa encontrar novos caminhos de testemunhar sua presença, estabelecendo objetivos que se diferenciam do status vigente, não apenas pelo conteúdo, mas, também, pelos métodos. A coerência é essencial, ainda que possa ser abalada por erros pontuais. O que não pode haver é a alteração da lógica comunitária, que, por si só, já é antagônica à lógica do individualismo, da alienação e do consumismo. A comunhão é um dos fundamentos de qualquer ação cultural que busque a libertação. É nela que se materializa a inserção crítica na realidade e a consequente desmistificação desta, por meio de um processo de conscientização que compreenda e denuncie as estruturas de dominação, anunciando, também, a nova realidade almejada pela comunidade. (FREIRE, 2015)

O contexto de oportunidades, exaltado por Milton Santos, e a comunhão, defendida por Paulo Freire, são fatores que proporcionam as condições necessárias para a construção, consolidação, ou até mesmo, a reconstrução dos processos de comunicação dentro da própria Comunidade Kalunga e entre a comunidade e os outros atores sociais com os quais ela interage. Essa comunhão, que já existe em um processo natural pode ser aperfeiçoada por meio da dupla compreensão defendida por Morin, ou seja, intelectual e humana, acerca do contexto de realidade social, histórica e geográfica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar questões complexas referentes ao fenômeno turístico em um território vasto e de relevo montanhoso, que apresenta grandes dificuldades relativas ao acesso de veículos, e que não conta com redes de telecomunicações, requer alguns esforços diferenciados no processo de pesquisa. Os 140 quilômetros de estrada de terra, com trechos de travessias de água, que levam ao Festejo do Vão do Moleque, assim como os 70 quilômetros de estrada de terra, que cortam uma serra de grande grau de inclinação, e levam ao Festejo do Vão de Almas, são fatores que dificultam tanto a pesquisa quanto a própria visitação turística ao Território Kalunga.

Porém, essas dificuldades de acesso não podem se tornar impeditivos ou servirem de desculpa para a não realização de pesquisas, bem como para a falta de investimento público em infraestrutura ou no fornecimento de serviços básicos. Os obstáculos que são, anualmente, enfrentados pelos romeiros que lotam os “paus de arara”, podem perfeitamente ser superados por agentes públicos e por turistas, tendo em vista que já há tecnologia disponível para superar esses obstáculos.

No caso específico do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, a falta de integração entre os entes públicos dos municípios de Monte Alegre, Teresina de Goiás e Cavalcante, e entre esses municípios e o governo estadual, traz consequências graves para os processos de inclusão social e de alcance das condições para uma vida melhor na maior comunidade quilombola do Brasil.

Nesse sentido faz-se necessário resgatar que o conceito de alcance das condições para uma vida melhor é abordado na presente pesquisa, a partir de uma das questões norteadoras, em um contexto de mudança dos indicadores sociais tratados no capítulo de caracterização, que demonstraram índices baixos relativos a emprego e renda, posicionando o município de Cavalcante entre os municípios com mais dificuldades econômicas no estado de Goiás. Fatores como o acesso aos serviços de transporte, de saúde pública, de saneamento básico e educação, bem como, a meios alternativos de geração de renda podem ser por meio de processos de planejamento participativo integrado, em especial se houver um esforço regional na Chapada dos Veadeiros.

Há de se ressaltar que as Associações Kalungas desenvolvem ações em busca de promover a integração dos quilombolas. Porém, a falta de apoio do poder público e os obstáculos logísticos, políticos e socioculturais dificultam essa integração.

O turismo tem se consolidado na região como um fator que pode contribuir para os processos de integração. No entanto, existem, também, os riscos de desintegração trazidos pela concentração da visitação em períodos ou locais específicos, causando sobrecarga nos atrativos naturais e possíveis conflitos internos gerados pela concentração dos benefícios econômicos.

As limitações de recursos da presente pesquisa, aliados às dificuldades de acesso e de comunicação, impostas pelas condições atuais do Território Kalunga, não permitiram que a visível e comentada sobrecarga de visitação às Cachoeiras de Santa Bárbara e de Capivara fosse mensurada de forma quantitativa. Porém, pelo processo de vivência in loco, e pelo relato de alguns entrevistados, em especial do entrevistado “B”, representante do poder público municipal, foi constatado que a Cachoeira de Santa Bárbara tem recebido um número excessivo de visitantes, principalmente em feriados e em períodos de férias escolares.

Não foi possível aprofundar estudos acerca dos possíveis conflitos internos gerados pela concentração dos benefícios econômicos centralizados no povoado do Engenho II, que abriga menos de 20% da população total do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.

Outros fatores revelados pela pesquisa também não foram aprofundados. Ressalta-se, entre eles: o aprofundamento da mensuração do impacto socioambiental da visitação massiva em alguns atrativos turísticos e nas áreas dos festejos; os problemas sócio históricos relativos aos possíveis casos de assédio sexual a jovens Kalungas, durante os festejos ou em outros processos que envolvem a visitação turística e as questões políticas, geográficas e históricas que influenciam na falta de envolvimento do poder público com as questões estruturais, de infraestrutura e de estruturação econômica.

No entanto, essas limitações da pesquisa não interferiram no atingimento do objetivo geral, qual seja, o de **analisar o fenômeno turístico no Território Quilombola Kalunga e a importância de um processo de planejamento participativo para a localidade, na perspectiva dos sujeitos.** Ao invés de se

focar em um aspecto específico do fenômeno turístico, em uma realidade onde esse fenômeno já está em processo avançado de consolidação, buscou-se uma visão panorâmica e holística focada nas características e no potencial do território, nos impactos de um processo de visitação turística massiva e nos benefícios de um possível processo de planejamento participativo comunitário.

Não se quer dizer, com isso, que o estudo aprofundado dos dados quantitativos da visitação turística não possa trazer contribuições significativas para o processo de planejamento turístico do Território Kalunga. Esses dados podem ser trabalhados em pesquisas futuras, inclusive de outros pesquisadores do Mestrado Profissional de Turismo do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília.

A relação entre o turismo e as comunidades tradicionais, sejam elas quilombolas, indígenas, ribeirinhas ou de outras origens, precisa valorizar o conhecimento vivencial. Qualquer processo de planejamento que envolva essas comunidades precisa levar em conta o conhecimento tradicional e as características da organização sociocultural. Nesse sentido acredita-se que presente pesquisa contribui para a construção de conhecimento a respeito das nuances do fenômeno turístico em territórios tradicionais.

Acredita-se também que esta pesquisa contribui, mesmo que de forma limitada, contribui para o preenchimento da lacuna de informação acerca do fenômeno turístico no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Essa contribuição se dá por meio conexão entre a caracterização do território e das áreas de festejo e dados coletados em campo, que trazem a visão dos entrevistados acerca de pontos importantes que envolvem a visitação turística e seus impactos no Território Quilombola Kalunga.

Visando à compreensão da complexidade da realidade sociocultural da comunidade Kalunga e a relação entre essa realidade, o conhecimento tradicional, o panorama do fenômeno turístico e o possível processo de planejamento participativo para esse fenômeno no Território Quilombola Kalunga, buscou-se aliar o objetivo geral da pesquisa ao objetivo específico de **contextualizar multidimensionalmente (aspectos sociais, econômicos, ambientais, culturais, políticos, demográficos, histórico-evolutivos) o Território Quilombola Kalunga, na Região da Chapada dos Veadeiros.**

Essa conexão entre o objetivo geral e o objetivo específico permitiu um processo de contextualização que não se ateve ao capítulo focado neste tema. Durante a exposição e a análise dos dados coletados em campo, foram inseridos novos elementos do contexto sociocultural, histórico e geográfico da Comunidade Kalunga, bem como de seus festejos e dos elementos formadores de seu território.

Adotou-se, para tanto, o paradigma do “Território Usado”, que busca uma visão que vai além da simples noção de território como um espaço físico demarcado com base em decisões políticas externas, e caracterizado apenas por suas formações naturais e pelas características demográficas de sua população. Com a adoção desse paradigma foi possível dar o enfoque nos usos atuais e potenciais do Território Kalunga. Por meio desse enfoque foi possível perceber os conflitos e nuances dos usos atuais do território.

No que tange ao uso turístico do território foram observados conflitos envolvendo a Comunidade Kalunga, as Associações Kalungas, o poder público municipal e estadual e o mercado turístico, representado pelas associações de guias e pelas agências de turismo da região da Chapada dos Veadeiros.

Quanto aos usos tradicionais do território foi observado que os usos tradicionais estão voltados principalmente para a agricultura familiar e o extrativismo, e que são compatíveis com o uso turístico e podem ser até aprimorados mediante a consolidação do planejamento turístico. Por se tratar de um processo de agricultura familiar, que não utiliza tecnologias avançadas de mecanização do plantio, o uso tradicional da agricultura tem forte ligação com a incidência das chuvas. Dessa forma existe a possibilidade de que os trabalhadores rurais, bem como, outros integrantes da comunidade Kalunga trabalhem com atividades ligadas ao turismo durante o período da seca, que muitas vezes se prolonga por mais de seis meses no território.

A contextualização multidimensional permitiu que as visitas de campo servissem para a observação de questões estruturantes da organização sociocultural da comunidade Kalunga, em especial, no que tange aos povoados dessa comunidade que estão diretamente ligados ao Município de Cavalcante.

A análise dos aspectos socioeconômicos revelou que o Município de Cavalcante possui problemas relativos ao dinamismo econômico e a outras questões que impactam nas condições de vida da população, demonstrando que

município de Cavalcante possui índices de desenvolvimento humano ruins em comparação com a grande maioria dos municípios do Estado de Goiás. Um dos dados mais relevantes obtidos nesse processo de caracterização foi o de que Cavalcante encontra-se na posição 9 de 246, dentre os municípios do estado, com pior rendimento no que diz respeito a emprego e renda

Por outro lado, a caracterização da área de estudo demonstrou que o município de Cavalcante é um dos maiores municípios, em termos de dimensões geográficas, do estado de Goiás, e já chegou a ter uma área bem mais ampla do que nos dias atuais, englobando até mesmo a área atual dos municípios de Alto Paraíso e Teresina de Goiás. Porém, a densidade populacional do município é baixa e a população total não ultrapassa os dez mil habitantes. Essas características ajudam a compreender as dificuldades dos entes públicos municipais em gerir algumas questões específicas.

No que tange aos aspectos ambientais a contextualização revelou que existem alguns problemas pontuais com relação ao tratamento de resíduos sólidos e de saneamento básico. Porém, a existência do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, ajudaram a preservar as riquezas naturais da região, que conta com dezenas ou até centenas de cachoeiras (muitas ainda não catalogadas).

A beleza cênica proporcionada pelas serras e vãos que abrigam as matas, rios e cachoeiras da região, aliado à riqueza sociocultural da região, ressalta o potencial turístico da região.

Com relação aos aspectos políticos e de organização social foram detectados conflitos entre a comunidade, representada, na maioria das vezes, por meio de associações, e o poder público municipal. Esses conflitos, aliados às indefinições relativas ao processo de demarcação de terras e ao posicionamento político dos representantes do poder público municipal, influenciam em questões complexas. Foi percebida a falta de envolvimento do poder público na organização dos festejos tradicionais e nos processos de planejamento de atividades socioeconômicas, socioambientais e socioculturais.

Tendo em vista que os Festejos Kalungas são eventos que atraem milhares de pessoas e geram impactos sociais, culturais e ambientais, a decisão da Prefeitura Municipal de Cavalcante, “de não se envolver diretamente”, conforme relatado pelo entrevistado “B”, é questionável. Durante o processo de

análise dos dados coletados em campo, surgiu a seguinte pergunta: O ato de deixar nas mãos da comunidade um processo de visitação massiva, sem planejamento “integrado” e “participativo”, é uma omissão?.

Os prejuízos causados pela visitação massiva, e não planejada, durante os festejos geram impactos negativos que afetam aspectos ambientais, econômicos, sociais e culturais. Esses prejuízos se tornaram perceptíveis durante o processo de vivência in loco e de análise dos relatos coletados em campo. A constatação desses impactos ambientais revela que a falta de envolvimento do poder público na organização e na gestão dos festejos pode ser qualificada como uma omissão, tendo em vista que fatores como o abastecimento de água são de responsabilidade do poder público e tem sido afetados pela falta de investimento em infraestrutura, pela visitação desordenada e pelos problemas de gestão dos festejos.

A pesquisa revelou que esses impactos negativos da visitação refletem questões estruturantes e históricas do território, tais como, a falta de envolvimento do poder público municipal na resolução de problemas de infraestrutura e nas iniciativas para a melhoria do dinamismo econômico da Comunidade Kalunga.

O processo de análise dos dados observados em campo permitiu conectar o segundo objetivo específico - de **identificar os impactos socioculturais, socioeconômicos e socioambientais decorrentes do processo de visitação turística não planejada nos Festejos Kalungas** - ao terceiro objetivo específico, que foi o de **refletir sobre o envolvimento (participação efetiva) nos processos decisórios que envolvem o Território Quilombola Kalunga**.

Desta forma, a identificação dos impactos e a reflexão sobre o envolvimento dos atores sociais na gestão dos festejos, e na própria visitação turística, ocorreram de forma conectada, buscando assim colocar em prática a interdisciplinaridade e a visão holística, paradigmas essenciais para a compreensão da complexidade do fenômeno turístico.

Nesse contexto os maiores impactos identificados foram os relativos às questões ambientais. O acúmulo de lixo e contaminação dos cursos d'água próximos aos festejos são problemas sérios que precisam ser enfrentados com urgência, tendo em vista que o abastecimento de água às famílias que moram

abaixo das áreas de festejo, em especial na região do Vão do Moleque, já tem sido afetado.

Outros impactos foram identificados nas questões econômicas e socioculturais. O impacto financeiro do custeio dos eventos e os impactos socioculturais causados pela visitação massiva que traz elementos como os jogos de azar e a música alta contínua, reforçam a necessidade de um processo de planejamento participativo que estimule a integração e o envolvimento.

Foi observado, durante a pesquisa de campo, que a Comunidade Kalunga passa por um processo de transformação e de adaptação. Questões relativas ao modo de vida moderno, urbano e globalizado têm se inserido no contexto de organização social tradicional e camponês. Contudo, esse processo de adaptação tem se mostrado problemático, uma vez que a velocidade com que novos elementos são inseridos é maior que a velocidade normal dos processos naturais de reorganização social.

A sociedade humana viveu, até pouco tempo, em um mundo de lentidão. As velocidades diferentes não eram fatores decisivos de separação. Os ritmos diversos se compatibilizavam. Os compartimentos se agregavam, ainda que não fossem contíguos, e isso acontecia, também, em escala internacional. Impérios como o Britânico, o Português e o Espanhol coexistiam, ainda que houvesse diferenças colossais no domínio das tecnologias e nas características socioculturais. Hoje, o mundo se caracteriza pela rapidez e fluidez, uma fluidez virtual possibilitada pelos sistemas técnicos, em especial os sistemas de informação e de transporte. Porém, há uma fluidez potencial e uma fluidez efetiva. A fluidez potencial habita o imaginário coletivo em forma da ideologia de um bem comum. No entanto, apenas alguns agentes podem, realmente, efetivá-la e tornarem-se, assim, detentores efetivos da velocidade. (SANTOS, 2015)

A necessidade de adaptação da Comunidade Kalunga se torna evidente, frente aos desafios impostos pelo crescimento do fluxo turístico, em especial, durante os Festejos Kalungas, que concentram um número grande de visitantes em um único espaço. O crescimento da divulgação dos atrativos e dos elementos tradicionais da comunidade quilombola, aliadas às características populares que as festas foram absorvendo, aumentaram a complexidade da organização dos festejos.

A estruturação da recepção de visitantes visando a minimização dos impactos socioambientais e socioculturais, bem como, uma possível maximização dos benefícios socioeconômicos, demanda esforços de integração de todos os atores sociais que participam direta e indiretamente das festas, conforme apontou a entrevistada “A”, representante do governo estadual. Todavia, para que haja essa integração, é essencial que haja envolvimento tanto da comunidade como um todo, quanto das instituições envolvidas no processo.

Para buscar uma melhor compreensão dos dados observados em campo, bem como das declarações obtidas nas entrevistas semiestruturadas, foram definidas categorias de análise ligadas aos temas de **participação no fenômeno turístico local e impactos gerais**. Para o primeiro tema, as categorias foram **participação efetiva nas Festas Kalungas** e **envolvimento no fenômeno turístico do Território Kalunga**. Para o segundo tema, trabalhou-se as seguintes categorias: **impactos relativos à comunicação**; **impactos relativos à gestão ambiental**; **impactos relativos ao dinamismo econômico**; **impactos relativos à infraestrutura**; e **impactos relativos ao processo de consolidação e gestão do território**;

A aplicação das categorias de análise permitiu o direcionamento e a melhor compreensão dos dados obtidos em campo, assim como o aprofundamento da análise crítica e abstrativa desses dados. Os temas que direcionaram as categorias de análise refletiram de forma direta os objetivos específicos referentes à identificação dos impactos e à reflexão sobre o envolvimento.

Por meio dessas categorias foi possível atestar informações obtidas na fase pré campo, em especial as relativas aos impactos ambientais, bem como obter novas informações que auxiliaram na construção de conhecimento acerca do fenômeno estudado.

Surgiram fatores novos que demonstraram que o impacto cultural da visitação massiva interfere no bem estar, tanto dos Kalungas quanto dos visitantes, por meio da música alta e contínua dos aparelhos de som automotivo.

Outro aspecto importante, que não havia surgido na fase pré campo e tornou-se evidente mediante a vivência in loco e a aplicação das categorias, foi a questão da já citada falta de envolvimento direto do poder público na organização e na gestão dos festejos. Essa falta de envolvimento reflete fatores

históricos e geográficos da região que possui localidades que permaneceram isoladas, ou quase sem contato com os municípios próximos, até meados da década de mil novecentos e oitenta.

Os fatores socioculturais e antropológicos, bem como, a simples presença da comunidade Kalunga, aliadas aos fortes impactos ambientais causados pela visitação massiva justificam o maior envolvimento do poder público. Além disso, esses impactos ambientais muitas vezes se refletem em externalidades que afetam todo o município e até mesmo outros municípios próximos.

Nesse aspecto é importante lembrar que o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga ocupa a área de três diferentes municípios, quais sejam, o de Cavalcante, o de Teresina de Goiás e o de Monte Alegre. Desta forma as dificuldades de integração entre os processos de gestão e de planejamento estaduais e municipais podem gerar consequências regionais e até mesmo nacionais e internacionais.

Há que se ressaltar que, além dos impactos negativos e das externalidades regionais, problemas e dificuldades do Território Kalunga, podem ganhar visibilidade nacional e internacional. Trata-se do maior território quilombola do Brasil, que serve assim de vitrine para causas ligadas a comunidades quilombolas. Essa questão da visibilidade pode ser melhor trabalhada pela Comunidade Kalunga buscando um viés positivo, uma vez que a beleza cênica e as características geográficas e antropológicas da região podem auxiliar nos processos de sensibilização de possíveis apoiadores das causas defendidas e dos projetos desenvolvidos pela Comunidade Kalunga.

Os problemas relativos ao envolvimento e à integração dos atores sociais, potencializados, ou até mesmo originados, pelos problemas de comunicação, tem composto um cenário no qual questões básicas, tais como o abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica se tornam grandes obstáculos. Esse cenário impacta diretamente nas questões de êxodo rural e de enfraquecimento da identidade cultural.

Para enfrentar esses problemas organizações da sociedade civil e as próprias Associações Kalungas tem proposto alguns projetos. Porém, a falta de continuidade e de integração entre os projetos e ações pontuais, que foram apresentadas à Comunidade Kalunga, foi uma das principais queixas

apresentadas durante o processo de vivência in loco, transparecendo, também, em algumas entrevistas semiestruturadas.

Neste sentido, a lógica de implementação de um processo de ação cultural, embasado na comunhão e na conscientização crítica, pode vir a culminar em um verdadeiro contexto de revolução cultural. Para tanto, é necessário que as lideranças comunitárias, representadas, principalmente, por meio de associações, promovam os elos de comunicação e interajam formando redes que proporcionem as condições necessárias para a melhor compreensão da realidade e das possibilidades de transformação dela.

Contudo, apesar dos impactos negativos, a análise das categorias permitiu perceber que as festas trazem muitos impactos positivos para a Comunidade Kalunga. A realização anual das romarias contribui para o fortalecimento cultural e para a transmissão do conhecimento tradicional. A interação com os visitantes, sejam eles representantes dos poderes públicos e de organizações não governamentais, grupos de voluntários, representantes de movimentos socioculturais e de grupos artísticos, pesquisadores ou pessoas interessadas somente em observar e participar da programação, ajuda a reforçar a importância do momento de encontro, destacada pelos entrevistados “I” e “B”.

Desta forma, seja para reforçar os impactos positivos, seja para minimizar os impactos negativos, um processo de planejamento participativo, comunitário e integrado de turismo pode ser o ponto de partida de uma ação cultural mais ampla. O fenômeno turístico interage com vários outros fatores vivenciados pela comunidade e interfere em projetos e planejamentos. O histórico de comunhão e de acolhimento que se consolidou nos Festejos Kalungas pode servir como fundamento para a construção de uma nova realidade, em que as dificuldades socioeconômicas que afligem a Comunidade Kalunga possam ser superadas.

Conforme ressaltado na discussão teórica, é necessária a adoção de novas práticas que são desenvolvidas mediante a negociação entre diferentes pontos de vista, e aliam interesses variados, propondo práticas políticas novas no campo de ação dos conhecimentos aplicados. (MOESCH e BENI, 2014)

Neste sentido a busca por um entendimento interdisciplinar, capaz de proporcionar conhecimentos específicos em áreas como as de turismo, comunicação, biologia, gestão ambiental, administração, geografia, história e outras, aliada à busca pelo entendimento da complexidade que envolve e agrega

vários aspectos do fenômeno social vivido pela Comunidade Kalunga, se torna essencial e funcionará como a mola propulsora do processo de planejamento.

Espera-se, assim, que a presente pesquisa, ao promover uma análise geral e um panorama de possibilidades, estimule futuras discussões, estudos e pesquisas, tanto acerca da região da Chapada dos Veadeiros, quanto do Território Quilombola Kalunga, contribuindo, assim, para a construção de conhecimento acerca da relação entre o fenômeno turístico, o planejamento participativo turístico e as comunidades tradicionais.

É possível ousar imaginar que as condições objetivas, materiais e intelectuais da sociedade pós moderna proporcionam as condições ideais para a superação obstáculos históricos, potencializados pelo consumismo e pela acumulação de riqueza e de produtos tecnológicos. Trata-se de um período histórico que proporciona possibilidades. O cenário que cada geração encontra disponível é a base para as mudanças, que são marcadas pela irrupção de novos objetos, de novas ações e relações e de novas ideias. (SANTOS, 2015)

As oportunidades surgem ou são criadas de formas variadas, e a habilidade para aproveitá-las pode mudar o destino de uma comunidade. A busca pela compreensão dos fatores que envolvem e tecem os complexos fenômenos sociais é apenas o primeiro passo de uma extensa e intensa jornada.

Espera-se que essa caminhada evolua, e que os próximos passos, protagonizados pela Comunidade Kalunga, ajudem a manter e a valorizar os fatores socioculturais que a caracterizam. Todavia, espera-se, também, que a jornada da compreensão, do envolvimento e da integração conduza a comunidade a um processo bem construído de transformações e adaptações.

REFERÊNCIAS

- ANDER-EGG, Ezequiel. Introducción a La Planificación. Ed. Hvmánitas. 1978.
- AGEHAB (Agência de Habitação do Estado de Goiás). Plano Municipal de Habitação de Interesse Social de Cavalcante-GO - PMHIS Cavalcante-GO, AGEHAB, 2011.
- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. Kalunga: Povo da Terra – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, 1999. 124p.
- BARRETO, Jônatas Nunes. Implantação de infraestrutura habitacional em comunidades tradicionais: o caso da comunidade quilombola Kalunga. 2006. 121p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.
- BARRETO, Margarida. Planejamento responsável do turismo/Margarida Barreto – Campinas-SP: Papirus, 2005. – (Coleção Turismo)
- BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- BENI, Mario Carlos. Política e planejamento de turismo no Brasil – São Paulo: Aleph, 2006. (Série turismo). 206p.
- BURSZTYN, Marcel / BURSZTYN, Maria Augusta. 2012. Fundamentos de Política e Gestão Ambiental. Garamond, 603p.
- BOURDIER, Pierre. O Poder Simbólico. 1989. Editora Bertrand Brasil S.A.
- BOULON, Roberto C. Planejamento do Espaço Turístico. 2002. Editora Edusc. 275p.
- BROSE, Markus (organizador); FORTES Alexandre (artigo). Metodologia Participativa – Uma introdução a 29 instrumentos. 2001. Porto Alegre: Tomo Editorial. 312p.
- BUARQUE, Sergio C. Construindo o desenvolvimento local sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed. 180p.
- BUTLER, Richard W. The Concept of A Tourist Area Cycle of Evolution: Implications for Management of Resources. Article in Canadian Geographer / Le Géographe canadien. June 2008. University of Western Ontario, Canadá.
- CAMPOS, Edilberto S. Dias (coord.). Relatório Final do Estudo Diagnóstico: o turismo nas comunidades Kalunga do Vão de Alma, Vão do Moleque e Engenho II –

potencialidades, desafios, dificuldades e ações para o desenvolvimento do turismo cultural, rural e ecológico de base comunitária, sustentável e inclusivo. Brasília: Fundação Banco do Brasil (FBB) – Instituto para o Bem Estar do Funcionalismo Público (IBESP), 2011.

CATAIA, Márcio. Território Usado e Federação: articulações possíveis. Educação & Sociedade [en linea] 2013, 34 (Outubro-Dezembro) : [data de consulta: 19 de dezembro de 2017] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87330049007>> ISSN 0101-7330

COSTA, Vilmar Souza. A Luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga. 2013. 75p. Licenciatura em Educação do Campo – LedoC, Universidade de Brasília, Brasília.

COMMISSION ON GLOBAL GOVERNANCE – http://ec.europa.eu/europeaid/how/evaluation/evaluation_reports/reports/2006/884_vol2_en.pdf (acesso em 29.04.2017)

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Sítio Eletrônico do Senado Federal, 2017: http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_12.07.2016/art_68.asp

CORIOLOANO, LNMT. "Da sedução do turismo ao turismo de sedução." Rodrigues, AB Turismo, modernidade, globalização. São Paulo: Hucitec (1997): 119-135.

DUVAL, David Timothy. SHAW Gareth; COLES Tim. Student'S Guide To Writing Dissertations And Theses In Tourism Studies And Related Disciplines. 2012. TAYLOR & FRANCIS LTD. 256p.

FAZITO, Mozart. Modernização Turística: o papel do turismo nos discursos dominantes de desenvolvimento in “Perspectivas contemporâneas de análise em turismo” / Silvio Lima Figueiredo, Francisco Fransualdo de Azevedo, Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (Organizadores) – Belém: NAEA, 2015.

FOUCAULT, Michael. Sobre as maneiras de escrever a história. (entrevista com R. Bellour), Les françaises, nº 1.187. 15-21 de junho de 1967, ps. 6-9.

FREIRE, Paulo. A Pedagogia do Oprimido. 23 ed. – São Paulo: EDITORA PAZ E TERRA S/A, 1994.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. Ação Cultural para a liberdade e outros escritos/Paulo Freire. 15. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. Extensão ou comunicação?/Paulo Freire; tradução Rosiska Darcy de Oliveira. – 18ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo, 1921-1997. Pedagogia do oprimido, 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Marcella Brasil. Cultura, identidade e subjetividade em uma comunidade quilombola : uma etnografia na comunidade Kalunga. 2013. Dissertação (Mestrado em Processos do Desenvolvimento Humano e Saúde). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília.

GASTAL, Suzana. Turismo, imagens e imaginários. São Paulo: Aleph, 2005. – (Coleção ABC do Turismo)

GASTAL, Suzana. MOESCH, Marutschka. Turismo, Políticas Públicas e Cidadania. São Paulo, Ed. Aleph, 2007.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. 2009. Métodos de Pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

GONÇALVES, Nayara Carvalho. O Espaço Sagrado Da Comunidade Quilombola Do Vão De Almas: convergência de práticas socioculturais. 2013. 90p. Monografia (Graduação em Geografia) Departamento de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília.

HALL, Colin Michael. 2001. Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos; tradução de Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2001. – (Coleção Turismo Contexto)

HOLLANDA, Sérgio Buarque. 1985. O Brasil Monárquico - o Processo de Emancipação. Editora Difel. 410p.

IBGE Cidades. <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/go/cavalcante/panorama> - acessado em 29.06.2017

JUNIOR, Augusto Rodrigues da Silva. 2008. Festejo quilombola: o kalunga, o Divino, o Verso. Artigo publicado no IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. UFBA, 2008.

KRIPPENDORF, Jost. 2001. Sociologia do Turismo. Aleph, 2001.

MOESCH, Marutschka Martini. A Produção do Saber Turístico. 2 ed. – São Paulo: Contexto, 2002, ECA/USP. São Paulo.

MOESCH, Marutschka.2004. Epistemologia Social do Turismo. Dissertação Doutorado. ECA/USP. São Paulo.

MOESCH, Marutschka e BENI, Mario Carlos. 2014. Do discurso sobre a ciência do turismo para a ciência do turismo. Artigo Científico.

MOREIRA, Jorgeanny De Fátima Rodrigues. Paisagens Culturais Do Povo Kalunga do Engenho II Em Cavalcante, GOIÁS: cotidiano e festas. 2013. 183p. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo; tradução Eliane Lisboa. 4. Ed. – Porto Alegre: Sulina, 2011. 120p.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro; tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgard de Assis Carvalho. - 2. ed.rev. – São Paulo: Cortez ; Brasília, DF : UNESCO, 2011.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. 2008. Rev. enferm. UERJ, Rio de Janeiro, 2008 out/dez;

PETROCCHI, Mario. Turismo: planejamento e gestão. 2009. Prentice Hall Brasil. 364p.

RUSCHMAN, Doris Van De Meene. Turismo e planejamento sustentável. 1996. Campinas. Papirus.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce; CORIOLANO; Luzia Neide. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e America Latina paracompreensão do turismo comunitário e solidário. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. v. 3, n. 1, p. 4-24, abril 2009.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. Introdução à Gestão Pública. São Paulo: Saraiva, 2006.

SANTOS, Milton. Concepções de geografia, espaço e território. Geo UERJ Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42. Disponível em: www.geouerj.uerj.br/ojs

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, ED. 5, 2013.

SILVA, David Leonardo Bouças da. TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO - Contribuições para a prática de uma atividade turística sustentável no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. 2008. 207p.

Dissertação de Mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

SISTEMA FIRJAM, (<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=GO&IdCidade=520530&Indicador=1&Ano=2013>)

ESPÍNOLA, Rafaella Soares e CASTRO, Vívian Maitê. "Ecoturismo e gestão participativa em Áreas Protegidas: o caso da Floresta Nacional do Tapajós (PA)." Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.5, n.2, mai/ago 2012, pp.281-296.

STEINBERGER, M. Territórios turísticos no Brasil Central. Brasília: Editora LGE, 2009.

TASSO, João Paulo Faria. À procura da inclusividade: estudo sobre os fatores de inclusão socioeconômica em destinos turísticos brasileiros. Brasília, 2014. 310p.

APÊNDICES

APÊNDICE I

Roteiro para entrevista semiestruturada com líderes comunitários e presidentes de associações

Olá, estou realizando algumas entrevistas que fazem parte de uma pesquisa para o Mestrado Profissional do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UnB), a respeito dos Festejos Kalungas. Qual o seu papel na comunidade Kalunga? O(a) Sr(a) pode participar?

Nome:	Local onde mora:
Idade:	Religião:
Escolaridade:	Possui familiares na região?
Ocupação:	Possui veículo próprio? Se “sim, qual?”
Gênero:	Qual o motivo da sua viagem?

1. Para você, o que são os Festejos Kalungas?
2. Como você interage com as pessoas durante o Festejo?
3. Qual a sua opinião sobre a participação de turistas nos Festejos? Existe alguma diferença entre as pessoas que vêm de longe e as pessoas que vêm das cidades próximas daqui?
4. Qual a sua participação na organização do Festejo? O que você pensa sobre essa organização?
5. Alguma coisa não te agradou no Festejo?
6. Na sua opinião, o que poderia ser aperfeiçoado no Festejo?
7. Você acredita que a comunidade Kalunga poderia obter mais benefícios com a realização dos Festejos?

APÊNDICE II

Entrevista semiestruturada com gestores públicos

Olá, estou realizando algumas entrevistas que fazem parte de uma pesquisa para o Mestrado Profissional do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UnB), a respeito dos Festejos Kalungas. O(a) Sr(a) é um gestor público do município de Cavalcante-GO? O(a) Sr(a) pode participar desta pesquisa?

Nome:	Local onde mora:
Idade:	Religião:
Escolaridade:	Possui familiares na região?
Ocupação:	Possui veículo próprio? Se “sim, qual?”
Gênero:	Qual o motivo da sua viagem?

1. Como a prefeitura de Cavalcante-GO vê os Festejos Kalungas?
2. Como você e os demais gestores públicos de Cavalcante-GO interagem com os Kalungas durante o Festejo?
3. Na sua opinião, quais são os benefícios da realização dos Festejos para a comunidade Kalunga?
4. Qual a participação da prefeitura municipal na organização do Festejo? O que você pensa sobre essa organização?
5. Alguma coisa não te agradou no Festejo? A prefeitura de Cavalcante-GO vê algum impacto negativo na realização dos Festejos?
6. Na sua opinião, o que poderia ser aperfeiçoado nos Festejos Kalungas?
7. A prefeitura municipal tem algum plano ou projeto específico para os Festejos Kalungas? Se “sim”, o(a) sr(a) pode descrever?

APÊNDICE III

Entrevista semiestruturada com visitantes

Olá, estou realizando algumas entrevistas que fazem parte de uma pesquisa para o Mestrado Profissional do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília (UnB), a respeito dos Festejos Kalungas. O Sr(a) é um visitante? (Se “sim”) O Sr. pode participar?

Nome:	Local onde mora:
Idade:	Religião:
Escolaridade:	Possui familiares na região?
Ocupação:	Possui veículo próprio? Se “sim, qual?”
Gênero:	Qual o motivo da sua viagem?

1. Como você descreve a sua experiência pessoal com os Kalungas?
2. Como você interage com os Kalungas durante o Festejo?
3. O que você acha da organização deste evento?
4. Você acha que este Festejo é um evento característico dos Kalungas? Se “sim” ou se “não”, porque?
5. Alguma coisa não te agradou no Festejo? Você vê algum impacto negativo na realização deste festejo?
6. Você pode descrever quais foram e, estão sendo, seus gastos financeiros para a participar do Festejo?
7. Na sua opinião o que poderia ser aperfeiçoado no Festejo?